

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CENTRO DE ESTUDOS DAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS – CAENI

A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA VISÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS: CHILE E ARGENTINA

FAPESP 06/58620-0
RELATÓRIO FINAL – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

BOLSISTA: **BRUNO MIQUELINO DA SILVA**
ORIENTAÇÃO: PROFA. DRA. JANINA ONUKI

SÃO PAULO
NOVEMBRO DE 2007

ÍNDICE

1. Introdução	5
1.a. Dificuldades encontradas na pesquisa	6
1.b. Estrutura do relatório	7

PARTE I

2.a. “Los Conjurados” – História das Relações Internacionais da Argentina	8
2.b. “La rosa separada” – História das Relações Internacionais do Chile	17

PARTE II

3. Partidos políticos e política externa – uma análise empírica	26
3.a. Argentina	28
3.a.1 Relações com o Brasil	30
3.a.2 Relações com o Chile	32
3.a.3 Relações com os EUA	35
3.a.4 Ilhas Malvinas	38
3.a.5 Liberalização comercial	41
3.a.6 MERCOSUL	44
3.b. Chile	48
3.a.1 Relações com o Brasil	48
3.a.2 Relações com a Argentina	51
3.a.3 Relações com os EUA	53
3.a.4 Comunidade Andina de Nações	56
3.a.5 Liberalização comercial	57
3.a.6 MERCOSUL	60
4. Conclusão	63
Referências Bibliográficas	67
Relatório de Atividades	71

Anexo I	72
Anexo II	81
Anexo III	93
Anexo IV	96
Anexo V	101
Anexo VI	103
Anexo VII	105
Anexo VIII	115

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas na segunda fase (junho a novembro de 2007) da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A integração regional na visão dos partidos políticos: Argentina e Chile”. Este projeto propôs compreender o papel dos atores domésticos na formulação da política externa. O objetivo central foi analisar a atuação dos partidos políticos neste processo, particularmente em dois países: Chile e Argentina. A escolha dos dois países tomou por base alguns critérios: **a.** ambos são parceiros importantes do Brasil; **b.** cada um desses países adotou um modelo diferenciado de política externa ao longo das últimas décadas, e mantém um posicionamento específico em relação ao tema da integração regional; **c.** ambos integram pesquisa mais ampla que vem sendo conduzida pelo Centro de Estudos das Negociações Internacionais da USP.

O objetivo do estudo foi compreender até que ponto partidos de cunho esquerdista são mais favoráveis à integração, do que aqueles mais à direita¹. Esta temática insere-se num campo específico da área de Relações Internacionais – a Análise de Política Externa (APE). Para tal, foi realizada uma pesquisa empírica de coleta de dados referentes a temas de Política Externa nos programas dos partidos políticos dos países em questão. Ademais, um questionário (Anexos V e VI) foi enviado aos líderes partidários, bem como deputados, senadores e militantes, de forma a buscar compreender pontos mais específicos da posição dos partidos, que não podiam ser elucidados por meio de seus programas.

Complementarmente à análise dos programas partidários, dei início ao preenchimento da base de dados² de votações nominais do Legislativo argentino em temas de política

¹ Ver: SANTOS (2006) e ONUKI & OLIVEIRA (2006).

² Esta base de dados integra projeto mais amplo do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (DCP/USP) e o objetivo nesta fase da pesquisa restringiu-se ao preenchimento da base para

externa. Esta base será completada nos meses de dezembro de janeiro de 2008. Isto permitirá o reforço empírico dos dados coletados – em especial aqueles referentes ao questionário aplicado – bem como inserirá a pesquisa em uma mais ampla desenvolvida no CAENI-USP, coordenada por minha orientadora.

Por fim, além da organização dos dados empíricos sobre o posicionamento dos partidos bem como sua respectiva análise, foi realizado um breve estudo acerca da História da Política Externa de ambos os países. Isto se justifica dada à recorrência de temas históricos no discurso dos partidos políticos, como é o caso da questão das Ilhas Malvinas na Argentina e das políticas de liberalização comercial (abertura de mercados) no Chile.

1. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Para uma melhor compreensão da organização dos dados pesquisados, este relatório está dividido em três partes. A primeira delas procura traçar os pontos principais da História da Política Externa dos dois países em questão (Argentina e Chile), buscando inserir o posicionamento dos partidos políticos em seu devido contexto histórico. Não se intentou realizar uma longa análise da História da Política Externa destes países, mas sim um texto analítico-descritivo, que levanta as questões principais relativas aos temas estudados (i.e. Relações com o Brasil, com os EUA etc.). Um relatório mais detalhado do atual governo de cada um dos países também não fez parte do escopo da análise, dada à escassez de material acadêmico sobre o assunto e a própria continuidade do governo.

Na segunda parte deste relatório, os dados coletados dos programas partidários são apresentados e analisados. Procurou-se dividi-los entre os dois países estudados e entre os seis temas de Política Externa pesquisados (Relações com o Brasil, relações com o Chile, relações com os EUA, Ilhas Malvinas, liberalização comercial e MERCOSUL, para os partidos argentinos; e relações com o Brasil, relações com a Argentina, relações com os EUA, Comunidade Andina de Nações, liberalização comercial (abertura de mercados) e MERCOSUL, no caso dos partidos chilenos). Tal separação justifica-se devido à grande quantidade de tópicos e discussões apresentados pelos partidos. Assim, uma maior organização dos dados pôde ser apresentada, o que facilita a própria análise.

Por fim, na última parte busco fazer uma conclusão dos dados estabelecendo comparações entre os países estudados e buscando generalizar as conclusões tomadas.

o caso argentino, atividade já prevista no cronograma de trabalho. Não houve preocupação em analisar os dados, embora outros problemas de pesquisa tenham surgido ao longo das discussões.

Ademais, realizo uma análise mais ampla do papel da Política Externa no programa dos partidos políticos, buscando compreender a importância atribuída à mesma por meio das respostas dadas ao questionário aplicado.

Além de novas referências bibliográficas pesquisadas e utilizadas nesta segunda fase da pesquisa, acrescento uma série de Anexos (I ao VIII) que complementam e solidificam a pesquisa empírica. Os Anexos I e II correspondem aos arquivos efetuados segundo os dados coletados dos programas dos partidos argentinos. O mesmo refere-se aos Anexos III e IV.

2.a. “Los Conjurados”³ – História das Relações Internacionais da Argentina

*“(…) Cuando se junten sus manos
volveré y seré millones.”*

José María Castiñeira de Dios, “Volveré y seré millones”, 1962.

Durante o período que vai de 1880 até 1916, conhecido na Argentina como “*Generación del ‘80*”, um único partido predominou no país: o Partido Autonomista Nacional. Conservador, positivista, formado por representantes da classe alta de Buenos Aires e das oligarquias das províncias, o partido utilizou-se de um complexo sistema de fraudes eleitorais – denominado *máquina electoral* – para conseguir concentrar seu poder em diversos círculos societais, do político ao eclesiástico, elegendo 10 de seus presidentes. A figura mais proeminente destes, foi a de Julio Argentino Roca, duas vezes eleito. Militar, combatente na Guerra da Triplice Aliança, ministro da Guerra de Nicolas Avellaneda, Roca ficou famoso em 1879 pela sua “*Campaña del Desierto*”, na qual logrou vencer os índios e estender a soberania argentina até o extremo sul, região da Patagônia. Conforme assinalou o informe oficial da expedição, “*se han quitado [estas tierras] a la raza estéril que las ocupaba.*”⁴

Esta elite que governava o país possuía, em grande medida, grandes vínculos com a Europa, em especial com a Grã-Bretanha, devido aos laços comerciais adquiridos com a venda de matérias-primas e alimentos. Assim, durante o período, a Argentina viu-se diante de uma Política Externa europeísta, intitulada por Russel e Tokatlian de “*paradigma da relação especial*” (Russell & Tokatlian, 2003). A mesma constituía-se por uma grande oposição aos Estados Unidos, que “*no ofrecían entonces posibilidades ciertas de entrar en*

³ O título faz referência ao livro homônimo escrito por Jorge Luis Borges e publicado em 1985.

⁴ PARRAFOS DEL INFORME OFICIAL DE LA COMISION CIENTIFICA agregada al Estado Mayor General de la EXPEDICION AL RIO NEGRO (PATAGONIA) realizada en los meses de Abril, Mayo y Junio de 1879, BAJO LAS ORDENES DEL GENERAL JULIO A. ROCA (Buenos Aires, 1881). Disponível em < <http://usuarios.arnet.com.ar/yanasu/roca.htm> >. Última visita: 02/10/2007.

su propio mercado, tanto por sus barreras proteccionistas como por la baja complementariedad de las dos economías". (Russell & Tokatlian, 2003: 17) Sua atuação em relação à América inteira – Latina e do Norte – era, desta forma, isolacionista, dada à ausência de vínculos econômico-comerciais com a região. Além do mais, o país alcançou altos índices de crescimento neste período, em especial, pela exportação de produtos pecuários e pelo investimento de capital estrangeiro. De 1880 a 1914, as exportações cresceram seis vezes em valor-ouro, enquanto as exportações per capita cresceram de 2 a 3 vezes. (Ford, 1958: 589) A Argentina atingiu níveis de países desenvolvidos da época. Este crescimento vertiginoso gerou um sentimento de superioridade do país em relação ao resto da região, colocando-o culturalmente distante de seus vizinhos latino-americanos. (Russell & Tokatlian, 2003: 19)

Não obstante, a Primeira Guerra Mundial estourou pondo fim aos investimentos estrangeiros e aos altos índices de exportação argentinos. Somada a esta crise econômica, havia um clima de intensa conflitividade social, permeada pela presença ameaçadora dos anarquistas. (Zablotsky, 1992) Assim, no dia 10 de fevereiro de 1912 o Congresso argentino sancionou a lei de número 8.871, usualmente conhecida como Lei Sáenz Peña, a qual instaurou o sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório. Em 2 de abril de 1916, então, foi celebrada a primeira eleição presidencial no país, tendo sido eleito o radicalista Hipólito Yrigoyen, com 46,8% dos votos. (Escudero, 2003) Era o início de uma longa era da *Unión Cívica Radical* no poder, que se estendeu até 1930.

A ascensão da UCR ao poder levou consigo classes sociais outrora excluídas da vida política. O governo de Yrigoyen teve, assim, este caráter popular, calcado na consolidação da figura de Yrigoyen como líder. *"El estilo político de Hipólito Yrigoyen estaba estructurado sobre la base del contacto personal y la negociación cara a cara que le permitieron extender su dominio sobre la organización partidaria y crear una cadena muy eficaz de lealtades personales."* (Agozino, s/d: 7) Foi capaz, deste modo, no que tange às relações exteriores, de manter a neutralidade argentina na Primeira Guerra Mundial, saindo, entretanto, de um caráter de *"pasiva y claudicante"* para o de *"activa y altiva"*, frente a uma forte crítica interna e externa – em especial dos EUA (Escudé & Cisneros, 2000). Assim, nas palavras de Escudé e Cisneros,

"(...) El líder del radicalismo planteó una política exterior cuyo objetivo fue el de aumentar el prestigio externo de la Argentina a través de una vocación neutral y pacifista, que insistió en la moralidad y el derecho como las bases de las relaciones"

internacionales, y que intentó ejercer una suerte de liderazgo regional en oposición a Estados Unidos. La prédica nacionalista, latinoamericanista y neutralista que caracterizó a la política exterior de Yrigoyen tuvo por principal móvil aumentar el prestigio externo de la Argentina, construyendo una imagen de país con independencia de acción y munido de una postura moral, lejana de la mezquindad de la política de poder evidenciada por los países beligerantes.” (Escudé & Cisneros, 2000: s/p)

As eleições de 2 de abril de 1922 levaram à UCR novamente ao poder, desta vez com Marcelo T. de Alvear. Sua presidência foi marcada por uma perda do caráter popular conquistado por Yrigoyen, além do retorno de altos índices de crescimento, dado o fim da Primeira Guerra Mundial e a retomada das exportações agro-pecuárias argentinas. (Escudé & Cisneros, 2000) Contudo, *“las divisiones en el radicalismo eran manifiestas: por un lado estaban los seguidores de Yrigoyen (Yrigoyenistas o personalistas) y por el otro los seguidores de Alvear (Alveraistas o antipersonalistas)”*. (Escudero, 2003: 36). Estas divisões se expressaram no segundo mandato de Yrigoyen, eleito em 1928, com 67% dos votos.

O momento do segundo governo de Yrigoyen era completamente distinto do primeiro. A Grande Depressão de 1929 gerou um colapso no sistema econômico mundial, forçando os países a abandonarem o padrão-ouro então vigente. A Argentina o fez já em 1929, logo após o Uruguai tê-lo feito. (Eichengreen, 2002) No plano doméstico, Yrigoyen governava por meio de intervenções federais, tirando do poder, assim, seus opositores. Em 10 de novembro de 1929, o governador da província de Mendoza, Carlos Washington Lencinas, foi assassinado, tendo Yrigoyen sido acusado de ser o mandatário do crime. Tal fato gerou inúmeras revoltas pelo país, causando um estupor nacional. O ano seguinte iniciou-se com outro assassinato, desta vez na província de San Juan. No mesmo ano, a UCR obteve um resultado extremamente negativo nas eleições parlamentares. O clima de instabilidade política fez com que um Golpe de Estado liderado pelo General José Félix Uriburu depusesse Yrigoyen, instaurando um governo militar e iniciando a intitulada *“Década Infame”*.

No que concerne às relações exteriores, a *“Década Infame”* representou a crise do *paradigma da relação especial*. O modelo agro-exportador no qual a economia argentina se baseou desde então, havia se exaurido, gerando um profundo debate *“sobre las alianzas que deberían favorecerse (Europa-Estados Unidos o, más tibiamente, América Latina), el grado de apertura de la economía al comercio exterior, el desarrollo del mercado interno y*

las estrategias de industrialización". (Russell & Tokatlian, 2003: 26) Assim, as relações com a Grã-Bretanha continuavam sendo de interesse vital para a Argentina, dada a persistente dependência de sua economia agro-exportadora; porém, a busca de uma intensificação da política comercial com os Estados Unidos foi tida como um caminho alternativo, visando à superação da crise. (Escudé & Cisneros, 2000)

A Segunda Guerra Mundial estourou e a Argentina continuava sob os auspícios do golpe de 1930, presidida pelo radical antipersonalista Roberto Ortiz. A tradicional política de neutralidade e de não-beligerância permanecia, apesar da insistente diplomacia americana que exaltava a "coordenação de esforços" ante alguma "agressão extra-hemisférica". (Escudé & Cisneros, 2000) Ao mesmo tempo, internamente a Argentina vivia um salto no processo de industrialização, tendo em 1943 pela primeira vez a produção industrial superado à agropecuária, encabeçada pela indústria têxtil. (Trocoso, 1976). Este foi um dos fatores nodais para o desmantelamento do apoio das Forças Armadas aos governos da "década infame". Em 3 de junho de 1943, o então presidente Ramón Castillo, exigiu a renúncia de seu Ministro da Guerra, o general Pedro Pablo Ramírez. No dia seguinte, um golpe de Estado seria dado, conhecido na História como a "Revolução de '43".

Um grupo em específico teve grande relevância na aplicação do golpe de Estado de 1943: o GOU. Este foi uma sociedade formada por militares de altas patentes, com fins políticos, composto por membros de diversas ideologias diferentes, daqueles que acreditavam que a Argentina deveria entrar na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, aos que criam na entrada junto ao Eixo, passando pelos "neutralistas". Seu propósito político era acabar com o governo fraudulento iniciado pelo golpe de 1930. Sua real participação na Revolução de 43 permanece ainda obscura⁵, porém é sabido que este grupo possuía estreitas relações com o general no poder, Pedro Ramírez, dado que seu filho – Coronel Emilio Ramírez – e seu neto – Capitão Franciso Filippi – eram membros fundadores do GOU. Do bojo deste grupo militar uma figura que iria mudar a história da Argentina surgiu: Juan Domingo Perón.

Perón ascendeu ao poder eleito democraticamente em fevereiro de 1946, por meio de uma coligação entre o *Partido Laborista*, o *Partido Independente* e a *UCR Junta Renovadora*. Logo após seu triunfo eleitoral, o presidente dissolveu os três partidos que o apoiaram, fundindo-os em um único só, inicialmente chamado de *Partido Único de la Revolución*, posteriormente *Partido Justicialista*. O justicialismo – ou peronismo – seria

⁵ Para uma discussão mais aprofundada acerca do papel do GOU na Revolução de '43, ver: POTASH, Robert A. (1981). *El ejército y la política en la Argentina; 1928-1945*. Buenos Aires: Sudamericana.

“mais do que um partido”, mas um “movimento revolucionário”. Ele “(...) estaba destinado a superar a los ‘viejos’ partidos y a estructurar una escena política novedosa, reproducía la concepción ‘movimientista’ del nacionalismo popular yrigoyenista”. (Rapoport, 2000: 365)

Perón tinha o apoio quase que irrestrito das massas argentinas. Efetuou diversas obras sociais, expandindo a agremiação sindical dos trabalhadores, estabelecendo a gratuidade do ensino universitário, nacionalizando setores e promovendo os direitos da mulher. Esta última foi fomentada, em especial, pela figura mítica de sua mulher, Eva Perón⁶. As obras sociais empregadas tanto por Juan como por Evita, bem como o carisma político que ambos possuíam, tornaram-nos ícones da História da Argentina, havendo até hoje romarias ao túmulo onde se encontra o corpo de Evita. Nas palavras de Jorge Luís Borges: *“O enlutado não era Perón e a boneca loira não era a mulher Eva Duarte, mas tampouco Perón era Perón nem Eva era Eva, porém desconhecidos ou anônimos (cujo nome secreto e cujo rosto verdadeiro ignoramos) que figuraram, para o crédulo amor dos arrabaldes, uma crassa mitologia”.* (Borges, 1984)

No que tange à Política Externa, Perón *“asumió la presidencia convencido de que podía poner en práctica una política exterior equidistante de los dos polos de poder que se perfilaban en el escenario mundial”.* (Escudé & Cisneros, 2000) Declarou, assim, a “Tercera Posición”, que era a tentativa de uma política exterior autônoma, independente do conflito Leste-Oeste que permeava sua época, situando-se entre o capitalismo (primeira posição) e o comunismo (segunda posição). Nos dizeres do próprio Perón,

“Es evidente que ninguna de [las] dos soluciones nos llevaría a los argentinos a la conquista de la felicidad que anhelábamos para nuestro pueblo. Así fue que nos decidimos a crear las nuevas bases de una Tercera Posición que nos permitió ofrecer a nuestro pueblo otro camino que no lo condujese a la explotación y a la miseria. En una palabra, una posición netamente argentina, para los argentinos, la cual nos permitió seguir en cuerpo y alma la ruta de la libertad y de la justicia que siempre nos señaló la bandera de nuestras glorias tradicionales...por ello, libre de toda atadura ideológica extraña a nuestra nacionalidad. (...)” (Perón, 1973)

⁶ Para uma discussão mais aprofundada acerca do papel de Eva Perón na luta pelos direitos da mulher, ver: *Eva: Obra Política* in PJ Boanearense. Disponível online em < http://www.pjbonaerense.org.ar/peronismo/eva_obrapolitica.htm >. Última visita em: 10/10/2007.

É importante ressaltar, porém, que a tentativa de Perón de unir a América Latina em prol dos interesses internos à região, não foi levada com muito entusiasmo pelos líderes dos outros países, em especial o Brasil. Isto se deveu, no caso brasileiro, segundo Russel & Tokatlian, pois “(...) *los gobernantes brasileños, (...) vieron [la Tercera Posición] no sólo con escepticismo y desconfianza sino como una amenaza a su relación especial con los Estados Unidos*”. (Russel & Tokatlian, 2003: 35). Assim, os estreitos vínculos do Itamaraty com os Estados Unidos à época foram um empecilho ao alastramento da ideologia peronista pelo Brasil e seus vizinhos. Apesar disto, diversos tratados de fomento da integração latino-americana foram assinados com os outros países do Cone Sul, em especial a Ata de Santiago de 1953, entre Argentina e Chile, desfazendo uma rivalidade histórica entre os dois países.

Em 1955, as Forças Armadas derrubam Perón – a chamada “Revolução Libertadora” – e instalam um período de enorme instabilidade social e violência política, permeado pelo *antiperonismo*. Ao longo deste período – que se estende até o início da década de 70, quando Perón assume seu terceiro governo (1973-1976) – as relações com os países latino-americanos – e em grande medida com o Brasil – acentuam-se sobremaneira (Russel & Tokatlian, 2003; Rapoport, 2000; Escudé & Cisneros, 2000). Segundo Escudé e Cisneros, “*La Argentina fue ubicada dentro del llamado mundo occidental, se reconoció el sustento básico del mundo en ese momento que era la coexistencia pacífica, y un proceso de integración de las regiones, que implicaba la colaboración con los países del hemisferio (...) La Argentina comerciaría con todos los países sin realizar ningún tipo de discriminación.*” (Escudé & Cisneros, 2000)

Em 1959, o sucesso da Revolução Cubana ascende Fidel Castro ao poder sob a égide de um regime comunista, trazendo à América Latina o conflito da Guerra Fria. O fracasso das tentativas americanas de invasão da Bahia de Cochinos levou o governo estadunidense a aplicar uma estratégia de isolamento de Cuba no continente. Para tal, foi lançada a “Aliança para o Progresso” (AP), que tinha como objetivo injetar capital norte-americano nas economias latinas de forma a estruturá-las *vis-à-vis* o modelo cubano. Tal tentativa fracassou devido à ausência de investimentos sérios para o desenvolvimento dos referidos países. (Rapoport, 2000) Ademais, no que tange à questão cubana, o governo argentino bateu de frente com os intentos norte-americanos. Em 1961, o presidente Frondizi, reuniu-se com Fidel Castro, ratificando a intenção argentina de manter Cuba no sistema interamericano. (Rapoport, 2000; Escudé & Cisneros, 2000) Estes enclaves com a ideologia da Política Externa dos EUA, no entanto, não impediram a aproximação política,

econômica e militar entre os dois países. Esta relativa autonomia de parcerias e flexibilidade de atuação, cujo início pode ser verificado no primeiro governo de Perón, molda aquilo que Russel e Tokatlian vieram a chamar de “paradigma globalista”, em oposição à outrora “relação especial” com a Grã-Bretanha. (Russel & Tokatlian, 2003: 30)

No entanto, em 1976, uma junta militar encabeçada pelos altos comandantes das três Forças Armadas argentinas (Exército, Aeronáutica e Marinha) deu um golpe de Estado, com o apoio inicial do governo norte-americano, que visava, nos termos de Henry Kissinger, “(...) [to] get the terrorist problem under control as quickly as possible.”⁷ O “problema terrorista”, obviamente, era a ameaça comunista, personificada na figura de Isabelita Perón, que assumiu a presidência argentina após a morte de seu marido. A junta instalou um Estado burocrático-autoritário, nos termos de O’Donnell (O’Donnell, 1982), auto-intitulado “*Proceso de Reorganización Nacional*”.

O governo ditatorial do “*Proceso*” assumiu como meta o combate ao “terrorismo” e à “subversão”, empregando uma “guerra suja” que eliminou direitos políticos, caçou e torturou “subversivos”, desrespeitando massivamente os Direitos Humanos, e fazendo desaparecer milhares de pessoas. Segundo conta Rapoport, “*los ‘subversivos’ o sus supuestos simpatizantes eran capturados en sus domicilios o lugares de trabajo. (...) Los detenidos, sometidos a torturas y otros vejámenes, entraban en una zona oscura donde toda intervención jurídica – habeas corpus – o humanitaria se volvía casi imposible (...).*” (Rapoport, 2000: 741) A perseguição estendeu-se a praticamente todos os campos da vida social, do educacional ao cultural, fazendo nascer em 30 de abril de 1977 em Buenos Aires, como um movimento de mães de desaparecidos e detidos, reunidas em frente da “*Casa Rosada*”, na “*Plaza de Mayo*”, a “*Asociación Madres de la Plaza de Mayo*”, presente e militante até o início de 2006⁸.

No que tange às relações internacionais, “*el régimen militar iniciado en 1976 proclamó una decidida alineación con el mundo occidental y cristiano,*” (Rapoport, 2000: 769) cuja expressão maior interna fora o combate ao “comunismo”. Contudo, a despeito do próprio apoio estadunidense ao golpe que gerou o “*Proceso*”, as relações entre a ditadura militar e o governo norte-americano foram deteriorando-se ao longo do tempo, em especial com a ascensão do democrata James Carter, devido a três enfrentamentos principais: o desrespeito

⁷ Fonte: U.S. State Department, Argentina Declassification Project (1975-1984), August 20, 2002. Disponível online na íntegra em: < <http://foia.state.gov/SearchColls/Search.asp> >. Última visita em: 14/10/2007

⁸ Fonte: “Las Madres de Plaza de Mayo realizaron la última Marcha de la Resistencia”, *El Clarín*. Disponível online em: < <http://www.clarin.com/diario/2006/01/26/um/m-01130827.htm> >. Última visita em 14/10/2007.

aos Direitos Humanos, a transferência de armamentos e a política nuclear autônoma do governo de Videla. (Rapoport, 2000: 769) Já no que concerne à América Latina, o “Proceso” alterou a perspectiva peronista de “autonomização de parcerias”, constituindo uma política de cunho mais comercial. Entretanto, em relação ao Brasil, “(...) [el país] ya había dejado de ser la hipótesis de conflicto prioritaria para el pensamiento estratégico militar argentino,” (Russel & Tokatlian, 2003: 43) adquirindo termos favoráveis à cooperação.

Por outro lado, o governo militar pôs emprego a um hipernacionalismo que destruiu todas as discussões acerca das Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul. (Razoux, 2002) Ao mesmo tempo, o governo do “Proceso” “*encontró en esta disputa por la soberanía una oportunidad para recomponer el orden autoritario en crisis*”. (Rapoport, 2000: 783). Desta forma, na madrugada de 2 de abril de 1982, tropas da Marinha Argentina desembarcaram nas Ilhas Malvinas. No mesmo dia, Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido, anunciou o envio da frota naval britânica à região. O governo norte-americano procurou evitar a guerra, tentando atuar como mediador entre as partes, porém por motivos diversos seu intento fracassou. (Rapoport, 2000; Razoux, 2002: 23) A guerra durou cerca de 3 meses, com a Inglaterra sagrando-se vencedora em 14 de junho. Nas cômicas palavras de Jorge Luis Borges, “*la Argentina e Inglaterra parecen dos pelados peleándose por un peine; las islas habría que regalárselas a Bolivia para que tenga salida al mar*”. O confronto foi cruciforme para o “Proceso”, revelando a completa ausência de forças por parte da junta militar, que não resistiu por mais tempo após a derrota. Por outro lado, no que tange às relações com o Brasil, “*la derrota argentina acabó para siempre con el dilema de seguridad argentino-brasileño.*” (Russel & Tokatlian, 2003: 68).

A abertura democrática não foi efetuada de forma inteiramente pacífica, entretanto. Diversas insurreições militares, pelo país afora, aconteceram, em especial após os decretos 157 e 158, que condenavam os dirigentes das organizações guerrilheiras ERP e Montoneros⁹, bem como a junta militar que se encontrava no poder¹⁰, ambos sancionados 5 dias após Raúl Alfonsín ter assumido a presidência. No que tange às relações internacionais, não obstante, a democracia argentina abriu as portas para acordos de cooperação regional. Em 1984, foi assinado o “Tratado Argentino-Chileno de Paz y Amistad”, que pôs fim a uma rivalidade que beirou à guerra em 1978, devido à disputa limítrofe das Ilhas Beagle. (Onuki,

⁹ Para o texto completo do Decreto 157, ver: < <http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/tesis02.htm> >. Última visita em 14/10/2007

¹⁰ Para o texto completo do Decreto 158, ver: < <http://www.desaparecidos.org/arg/doc/secretos/orden02.htm> >. Última visita em 14/10/2007

2002; Rapoport, 2000: 778-783) Ademais, a Argentina foi protagonista nos acordos de criação do “Grupo Contadora” e de acordos bilaterais com o Brasil, que vieram a resultar ulteriormente na criação do MERCOSUL. (Onuki, 2002, Baia, 2007)

Todavia, internamente a Argentina padecia de uma forte crise econômica. *“Los problemas derivados del endeudamiento y de la crítica coyuntura mundial provocaron también un agravamiento de las crisis fiscales, de los conflictos distributivos y de ‘cuellos de botella’ en el mercado de divisas de los países latinoamericano, que condujeron a alimentar altas tasas de inflación”*. (Rapoport, 2000: 860) Assim, o caos econômico-social gerado pela hiperinflação crônica somada ao aumento do nível de pobreza no país, forçou o presidente Raúl Alfonsín a adiantar as eleições de 1989, passando o cargo ao peronista Carlos Saúl Menem.

A ascensão de Menem representou uma ruptura no padrão de política externa da Argentina, marcado pela ideologia da *“Tercera Posición”*, criada por Perón e em voga desde o final da Segunda Guerra Mundial. (Onuki, 2002). Os conceitos de “neutralismo” e “autonomia” foram postos de lado, em favor das intituladas *“relaciones carnales”*. A idéia principal seria um alinhamento automático com os EUA, de forma a obter ganhos econômicos para o país. Nos termos de Guido di Tella, embaixador argentino em Washington na época, *“nosotros queremos pertenecer al Club del Occidente. Yo quiero tener una relación cordial con los Estados Unidos y no queremos un amor platónico. Nosotros queremos un amor carnal con Estados Unidos, nos interesa porque podemos sacar un beneficio”*. (Onuki, 2002: 54).

As *“relaciones carnales”* de Menem tiveram como aporte teórico a teoria do “realismo periférico” de Carlos Escudé, segundo a qual um país vulnerável e subdesenvolvido deveria evitar o confronto com as potências, adaptando os seus objetivos aos da potência dominante. (Rapoport, 2000: 950; Onuki, 2002) Desta forma, Menem aplicou uma série de medidas neoliberais no país, com perspectiva de obter ganhos econômicos e “adaptar-se” aos EUA. Privatizou uma série de empresas estatais e – através do ministro da Economia, Domingo Cavallo – estabeleceu a “Lei da Convertibilidade” que atrelava o dólar ao peso. Ao mesmo tempo, restabeleceu as relações com a Grã-Bretanha, rompidas desde a Guerra das Malvinas; e promoveu a criação do Mercosul, que aparecia como forma de *“dotar o país, não apenas de capacidade para atuar internacionalmente, como também de influenciar na formação desse cenário.”* (Onuki, 2002: 56).

As políticas neoliberais de Menem foram benéficas para o controle da crise econômica que a Argentina passava durante a década de 90, contudo foram cruciais para o

desenvolvimento da enorme crise que o país mergulhou no final de 2001. (Baia, 2007) A paridade dólar-peso valorizou consideravelmente o preço dos produtos argentinos no mercado internacional, fazendo-os perder competitividade. Esta diminuição do superávit exterior, fez com que as reservas em dólares do país se esviassem, aumentando a dívida e a desconfiança exterior. Sucessivos aportes do FMI injetavam capital estimulante na economia, porém eram medidas puramente paliativas. Em dezembro de 2001, quando o FMI recusou-se a fazer outro empréstimo, a crise estourou *de facto*. Milhares foram a “*Plaza de Mayo*” para violentos protestos nos dias 20 e 21 de dezembro, o que forçou o então presidente Fernando de la Rúa a renunciar.

Da renúncia de Fernando de La Rúa seguiu-se a ascensão de 4 presidentes distintos, em um intervalo de dois anos. Nesse ínterim, a paridade dólar-peso fora extinguida, promovendo um aumento de competitividade aos produtos argentinos. Assim, o atual presidente argentino, Néstor Kirchner assumiu a presidência em 25 de maio de 2003. Com o fim da paridade e o reestruturamento paulatino das reservas, Kirchner foi capaz de restabelecer a economia, chegando a quitar a dívida de quase US\$10 milhões com o FMI¹¹. Ao mesmo tempo, “(...) *planteó como uno de los principales puntos de la agenda la integración latinoamericana, en particular el MERCOSUR*”. (Partido ARI, 2006). Argentina pode ver-se novamente na rota do desenvolvimento econômico. Em 28 de outubro de 2007, Cristina Kirchner sagrou-se eleita como presidente da nação argentina¹².

2.b “La rosa separada”¹³ – História das Relações Internacionais do Chile

*“En tierras blancas de sed
partidas de abrasamiento,
los Cristos llamados cactus
vigilan desde lo eterno.”*

Gabriela Mistral, “En Tierras Blancas de Sed”. Poema de Chile. 1967.

Após um golpe de estado liberado por Marmaduke Grove, o já então presidente, Arturo Alessandri, foi nomeado para cumprir o resto de seu mandato. Alessandri retornou ao “Palácio de la Moneda” com o intuito de criar uma nova constituição. Assim, em 18 de

¹¹ “Kirchner decidió cancelar ya toda la deuda con el FMI: US\$ 9.810 millones”, *Clarín*, 16/12/2005. Disponível online em: < <http://www.clarin.com/diario/2005/12/16/elpais/p-00315.htm> >. Última visita em: 15/10/2007.

¹² “A Cristina la votaron por representar la continuidad del modelo de gestión”, *Clarín*. Disponível online em: < <http://www.clarin.com/diario/2007/10/30/elpais/p-00601.htm> >. Última visita: 30/10/2007.

¹³ O título faz referência ao livro homônimo escrito por Pablo Neruda e publicado postumamente em 1973.

setembro de 1925, após um plebiscito nacional, foi promulgada uma Constituição que punha fim a mais de 30 anos de parlamentarismo, instaurando a “República Presidencial”.

Contudo, a aprovação da nova constituição levou a uma disputa política entre Alessandri e Carlos Ibáñez del Campo, seu Ministro da Defesa. Ante uma forte manifestação contrária ao governo por parte de Ibáñez, Alessandri renunciou ainda em 1925. Deste modo, foram convocadas eleições, que sagraram Emiliano Figueroa Larraín como novo presidente da nação. No entanto, a presença forte da figura de Ibáñez permaneceu como uma constante pedra no sapato do governo de Larraín, não o permitindo governo de fato. O desfecho deste episódio deu-se com Larraín renunciando e Ibáñez sagrando-se eleito de forma praticamente unânime por meio de um plebiscito nacional.

O governo de Ibáñez foi autoritário e enérgico. Diversos políticos – incluindo aí Alessandri – foram exilados, a imprensa foi censurada e o congresso foi designado pelo próprio Ibáñez, junto dos partidos políticos, em uma reunião nas Termas de Chillán, que deu origem ao jocoso apelido de “Congreso Termal”. No que tange às relações internacionais, no governo de Ibáñez foi assinado o Tratado de Lima, que punha fim à controvérsia entre Peru e Chile acerca dos territórios de Tacna e Arica: ambos foram divididos, ficando o primeiro com o Peru e o segundo em mãos chilenas, tendo este país compensado o outro com 50 milhões de pesos em ouro¹⁴.

Economicamente, o governo de Ibáñez aplicou uma série de obras públicas, além da criação das empresas estatais LAN Chile (companhia aérea) e “*Compañía de Salitres de Chile*”, *COSACH* (salitre). Para tal, vinculou “*la economía chilena a los préstamos externos, provenientes sobre todo de Estados Unidos, [lo que] financió los planes expansivos del gobierno, pero al mismo tiempo, la tornó vulnerable a las variaciones económicas mundiales.*”¹⁵ Importante lembrar, porém, que “*a partir de 1915 Estados Unidos empezó a ser el principal importador de productos chilenos y la primera fuente de abastecimiento de Chile, reemplazando rápidamente a Gran Bretaña*”. (Nocera, 2005) Desde meados da década de 20, o Chile era o maior importador de capital norte-americano na América do Sul, perdendo apenas para Cuba no continente. (Drake, 1984).

A Crise de 29 vem para destroçar a economia chilena e marcar mudanças significativas em suas relações internacionais. Segundo a Liga das Nações, o comércio internacional

¹⁴ “Primer gobierno de Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931)”, *La Tercera*. Disponível online em: < http://www.icarito.cl/medio/articulo/0,0,38035857_152309045_188681848_1,00.html >. Última visita em: 30/10/2007.

¹⁵ “Primer gobierno de Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931)”, *La Tercera*. Disponível online em: < http://www.icarito.cl/medio/articulo/0,0,38035857_152309045_188681848_1,00.html >. Última visita em: 30/10/2007.

chileno foi o que sofreu a maior depreciação de seu valor ouro neste período. (Drake, 1984; Nocera, 2005) A depressão golpeou duramente todos os setores comerciais chilenos, com maior força no setor mineiro, base da economia na época. (Drake, 1984) A grave crise econômica em que o país mergulhou forçou Ibáñez a suspender o pagamento da dívida externa em 1931. Dez dias depois Ibáñez renunciou, não suportando a crise gerada pela desestabilização da economia mundial e da política de endividamento aplicada em sua gestão.

Seguiu-se a Ibáñez um governo interino chefiado por Juan Esteban Montero, então presidente do Senado. O governo ordenou o controle de divisas externas, procurando controlar a saída maciça de ouro do país. A medida não foi capaz de controlar a crise, entretanto. (Drake, 1984) Assim, uma coalizão opositora ao regime de Montero aplicou um golpe de estado e instaurou a efêmera “República Socialista”, que durou 12 dias. Seu maior intento foi dissolver o Congresso Termal.

Seguiu-se à República Socialista uma série de golpes de Estado que vão terminar com a reeleição de Arturo Alessandri. Seu segundo mandato foi marcado pela reestruturação chilena, tanto econômica quanto política. Logrou instaurar um sistema eleitoral de representação proporcional, bem como terminou com o “caudillismo militar”. No âmbito econômico, seu Ministro da Fazenda, Gustavo Ross Santa María, conseguiu reativar a indústria chilena, *“basado en la austeridad fiscal y políticas de fomento sectorial, que logró reactivar la producción y el empleo, al mismo tiempo que lograba una exitosa renegociación de la enorme deuda externa de Chile”*¹⁶.

As eleições de dezembro de 1938 põem no poder Pedro Aguirre Cerda, iniciando o primeiro dos chamados “Governos Radicais”, dada à permanência do Partido Radical (desde 1994, “Partido Radical Social Democrata”) por 14 anos no poder. Aguirre logo que ascendeu ao poder apoiou e financiou a vinda de imigrantes espanhóis, asilados da Guerra Civil que assolava o país europeu. Desta forma, designou ao poeta e diplomata Pablo Neruda como cônsul chileno em Paris, para que cuidasse da organização e do envio dos imigrantes. Em 4 de agosto de 1939, o famoso cargueiro Winnipeg zarpou até Valparaíso, trazendo mais de 2.000 refugiados ao Chile¹⁷.

¹⁶ “Segundo Gobierno de Alessandri”. *Memória Chilena*. Disponível online em: < <http://www.memoriachilena.cl/mchilena01/temas/dest.asp?id=aalessandrisegundogbno> >. Última visita: 30/10/2007.

¹⁷ “El asilo contra la opresión”. *Memória Chilena*. Disponível online em: < http://www.memoriachilena.cl/mchilena01/temas/index.asp?id_ut=losrefugiadosespanolesenchile:1939 >. Última visita: 30/10/2007.

Ademais, Aguirre teve, também, pela frente o estouro da Segunda Guerra Mundial. *“Esto tuvo profundas repercusiones en el plan de las relaciones entre Chile y EE.UU., poco menos en el de la política nacional. El terremoto de enero de 1939 complicó aún más la situación, el sur del país quedó arrasado. (...) Este acontecimiento, además, abrió las puertas al nacimiento de la CORFO y al de un proyecto de desarrollo completo y ambicioso”*. (Nocera, 2005) O Chile declara sua neutralidade, tal qual havia feito durante a Primeira Guerra Mundial, visto a enorme quantidade de comércio e as boas relações que possui com a Alemanha e com os EUA. (Drake, 1984; Nocera, 2005).

No entanto, em 25 de novembro de 1941, Aguirre falece e dá-se início à campanha eleitoral para escolher seu sucessor. Nocera assinala que:

“En aquellos días la vida política chilena estaba en gran agitación. (...) Las proclamaciones de los contendientes monopolizaron completamente la escena política nacional y las discusiones que precedieron la Conferencia de Río de Janeiro. La competencia electoral se desarrolló desde el comienzo en un clima de agitación y tensión que el embajador Bowers ya había señalado el día siguiente a Pearl Harbor. El diplomático estadounidense expresó su preocupación para la candidatura de Ibáñez que definía, abiertamente, ‘el candidato de los nazis y de la ‘quinta columna’ [...] Sus discursos son los típicos del fascismo, es decir ‘orden’, ‘disciplina’, derrota de la democracia’, estupidez del ‘gobierno parlamentario’”. (Nocera, 2005)

Assim, o radical e maçom Juan Antonio Ríos sagra-se eleito com 56% dos votos. O governo de Ríos é marcado pela pressão norte-americana para que o Chile tomasse partido oficialmente na Segunda Guerra Mundial. A população chilena era contra a ruptura de relações com os países do Eixo, temendo possíveis ataques. Segundo argumenta Nocera, a opinião em voga no Chile era a de que *“Los países [del Eje] considerarían esta medida como una declaración de guerra que daría lugar a actos hostiles contra nosotros”*. (Nocera, 2005) O país resiste até 1943, quando enfim rompem-se as relações com os países do Eixo, apesar de não ser declarado guerra contra a Alemanha, algo que Chile nunca o fez, apenas contra o Japão em 1945¹⁸. Contudo, o Chile já havia dado o apoio que mais interessava aos EUA: a exportação de salitre e cobre, cruciais para a produção de pólvora e cartuchos, respectivamente. (Nocera, 2005).

¹⁸ “Del nacismo al conservadurismo anticomunista”. *Memória Chilena*. Disponível online em: < [>](http://www.memoriachilena.cl/mchilena01//temas/index.asp?id_ut=nacionalismofascismoycorporativismoenchile(1932-1945)). Última visita: 30/10/2007.

Já em 1946, com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, sagra-se eleito Gabriel González Videla por uma coalizão de esquerda. Nas eleições municipais de 1947, o Partido Comunista de Pablo Neruda aparece como o principal vencedor nas urnas. Isto faz com que Videla aprovasse a “Lei de Defesa Permanente da Democracia” (denominada “Lei Maldita”), que proscreveu o Partido Comunista, enviou seus militantes a um campo de detenção e o converteu em um dos mais ferrenhos opressores do partido¹⁹. Chegou inclusive a romper relações com a União Soviética e com os demais países do bloco oriental. No que tange aos direitos chilenos na Antártica, fundou as bases Arturo Prat e Bernardo O’Higgins, sendo o primeiro governante no mundo a visitar o continente antártico.

Nas eleições de 1952, Ibáñez apresenta-se como candidato independente e vence o socialista Salvador Allende e o radicalista Pedro Enrique Alfonso, com uma propaganda eleitoral bastante populista, cujo símbolo-mor é uma vassoura, para “varrer a corrupção”. Ligou-se ao governo de Perón na Argentina, derogou a “Lei Maldita” e estabeleceu o “Departamento do Cobre”. No que concerne às políticas econômicas, o presidente encarrega à empresa norte-americana Misión Klein-Saks para solucionar a crise que o país enfrentava há décadas. Diversas reformas são aplicadas, suprimindo subsídios, modificando o Banco Central e criando o “Banco Estatal do Chile”. Contudo, tais medidas geraram um grande descontento popular, estourando greves e forçando Ibáñez a declarar estado de sítio, o que foi rechaçado pelo Congresso.

Diante de tamanha instabilidade social, Jorge Alessandri, filho de Arturo Alessandri vence as eleições de 1958. Seu governo foi marcado pela aplicação de duras medidas econômicas, visando à estabilidade financeira. Criou o escudo chileno, que substituiu o peso até 1975, atrelado ao dólar, garantindo assim o controle da inflação. Ademais, durante seu mandato, o presidente norte-americano John F. Kennedy anunciou sua “Aliança para o Progresso”, cujo mote era “*Progress yes, tyranny no - Progreso si, tirania no!*”²⁰. A “Aliança” era, na verdade, um plano econômico que visava à instauração de reformas nos países latino-americanos, *vis-à-vis* a Revolução Comunista Cubana. (Michaels, 1976). No plano das relações internacionais, a década de 60 traz ao Chile a reorientação de sua Política Externa, calcado em três conceitos fundamentais: “(...) *la vocación universal de la acción*

¹⁹ “Un partido de clase obrera e intelectuales”. *Memória Chilena*. Disponível online em: < [<http://www.memoriachilena.cl/mchilena01//temas/index.asp?id_ut=elpartidocomunistadechile\(1922-2002\)>](http://www.memoriachilena.cl/mchilena01//temas/index.asp?id_ut=elpartidocomunistadechile(1922-2002)) >. Última visita: 30/10/2007.

²⁰ Modern History Sourcebook: President John F. Kennedy: On the Alliance for Progress, 1961. Disponível online em: < [<http://www.fordham.edu/halsall/mod/1961kennedy-afp1.html>](http://www.fordham.edu/halsall/mod/1961kennedy-afp1.html) >. Última visita: 03/11/2007.

internacional de Chile; la vinculación especial con las naciones en desarrollo, sin menoscabo de la tradición de nuestro país como nación occidental; y la solidaridad regional latinoamericana". (Sotomayor, 1998)

A dinâmica da Guerra Fria vai acirrando-se cada vez mais no Chile, tornando as eleições seguintes intensas. O socialismo de Salvador Allende já se mostrava forte, porém ainda não consegue vencer nas urnas em 1964, Eduardo Frei Montalva, do "Partido Demócrata Cristiano". Contudo, Allende candidata-se novamente em 1970, desta vez pela "Unidad Popular", uma aglomeração de partidos de esquerda. Pela primeira vez na história um político de cunho marxista e socialista chegava ao poder pela via democrática²¹.

O governo de Allende enfrentou uma experiência extremamente difícil: implementar o socialismo por uma via democrática. Isto se deu por meio da aceleração da reforma agrária e da estatização de empresas-chaves, incluindo aí a nacionalização da "Gran Minería de Cobre", maior empresa do ramo no país. Nos termos do próprio Allende, em um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas:

"Chile es (...) un país cuya economía retrasada ha estado sometida, e inclusive enajenada, a empresas capitalistas extranjeras; ha sido conducido a un endeudamiento externo superior a los cuatro mil millones de dólares, cuyo servicio anual significa más del 30% del valor de sus exportaciones, con una economía estrechamente sensible ante la coyuntura externa, crónicamente estancada e inflacionaria. Así, millones de personas han sido forzadas a vivir en condiciones de explotación y miseria, de cesantía abierta o disfrazada. (...)

Los trabajadores están desplazando a los sectores privilegiados del poder político y económico, tanto en los centros de labor como en las comunas y en el Estado. Este es el contenido revolucionario del proceso que está viviendo mi país, de superación del sistema capitalista, para dar apertura al socialismo."

Contudo, sua atuação política no auge da Guerra Fria gerou divergências internas e externas. Diversas manifestações foram realizadas pelo país afora, contra e a favor de Allende. Em 1972, diversas agremiações decretaram greve, suspendendo o funcionamento

²¹ "La vía democrática al socialismo". *Memória Chilena*. Disponível online em: < [<http://www.memoriachilena.cl/mchilena01/temas/index.asp?id_ut=salvadorallendegossens\(1908-1973\)>](http://www.memoriachilena.cl/mchilena01/temas/index.asp?id_ut=salvadorallendegossens(1908-1973)) >. Última visita: 03/11/2007.

de setores básicos da sociedade chilena, como o de transporte²². No plano internacional, o país que mais se preocupava com o governo anti-capitalista de Allende era o norte-americano. Desde as eleições de 1970, os EUA já mostravam interesse na derrota de Allende nas urnas, porém conscientes de que o estratagema “pára-Allende” não teria sucesso²³. As eleições parlamentárias de 1973 seriam decisivas para o futuro do governo de Allende. Os americanos tinham plena certeza de que a “Confederación de la Democracia” (CODE) – opositora à “Unidad Popular” (UP) governista – ganharia dois terços do Congresso, colocando Allende em uma difícil posição para governar²⁴. No entanto, a UP ficou com 43% dos votos, contra 55% da CODE.

Assim, no dia 11 de setembro de 1973, os militares, liderados pelo general Augusto Pinochet, cercaram o “Palácio de la Moneda” onde estava Allende, com o intuito de destituí-lo a qualquer custo. O presidente resistiu e recusou-se a render-se. As Forças Armadas decidiram, então, abrir fogo contra o Palácio. Salvador Allende paga com sua vida a lealdade ao povo, conforme dissera em seu último discurso à nação²⁵.

A ditadura militar que se instala foi uma das mais brutais e intensas da América Latina. Apoiada pelos norte-americanos²⁶, instalou uma forte repressão política, cujo eixo central estava no DINA (Dirección de Inteligencia Nacional), órgão criado em 1974 e comandado pelo tenente-coronel Manuel Contreras, que tinha plenos poderes de deter, torturar executar, e confinar pessoas. No que tange às relações internacionais, *“El Régimen Militar, tuvo naturales limitaciones para adoptar iniciativas internacionales, y debió actuar prácticamente a la defensiva. Sin embargo, cabe consignar su importante apoyo al comercio internacional de Chile, consecuencia de una política económica de apertura, impulso y diversificación de nuestras exportaciones; el inicio de una política oceánica y la avanzada concreción de una estrategia hacia el Asia-Pacífico”*. (Sotomayor, 1998).

²² “La vía democrática al socialismo”. *Memória Chilena*. Disponível online em: < [<http://www.memoriachilena.cl/mchilena01//temas/index.asp?id_ut=salvadorallendegossens\(1908-1973\)>](http://www.memoriachilena.cl/mchilena01//temas/index.asp?id_ut=salvadorallendegossens(1908-1973)) >. Última visita: 03/11/2007.

²³ Fonte: U.S. State Department, Chile Declassification Project Tranche II (1973-1978). “Chile Stop-Allende Strategem Unlikely to Prosper”. September/18/1970. Disponível online na íntegra em: < <http://foia.state.gov/documents/Chile2/000002D0.pdf> >. Última visita em: 06/11/2007

²⁴ Fonte: U.S. State Department, Chile Declassification Project Tranche II (1973-1978). “Next Steps Options On Chile”. June/03/1972. Disponível online na íntegra em: < <http://foia.state.gov/documents/StateChile3/000056A5.pdf> >. Última visita em: 06/11/2007

²⁵ “Última alocución de Salvador Allende en ‘Radio Magallanes’”. Santiago de Chile, 11 Septiembre 1973. Disponível online em: < <http://www.salvador-allende.cl/Discursos/1973/despedita.html> >. Última visita: 06/11/2007.

²⁶ Fonte: U.S. State Department, Chile Declassification Project Tranche II (1973-1978). “BRIEF SUMMARY OF SOME OF THE REASONS WHY THE ACTIONS OF THE CHILEAN ARMED FORCES ON SEPTEMBER 11, 1973 WERE BOTH NECESSARY AND JUSTIFIED”. September/11/1973. Disponível online na íntegra em: < <http://foia.state.gov/documents/pinochet/8d97.PDF> >. Última visita em: 06/11/2007

Nesse ínterim, os governos militares chileno e argentino acirraram o conflito pelas Ilhas Beagles. Em 1977 houve um laudo arbitral britânico favorável ao Chile na disputa. A Argentina, por sua vez, declarou-o “insanavelmente nulo”. Em 1978 os dois países viveram um estado de guerra, que esteve ao ponto de levar a hostilidades militares. (Wilhelmy & Durán, 2003: 277; Sotomayor, 1998) A Santa Sé, por fim, aceitou mediar a situação, por meio do Cardeal Antônio Samoré, logrando êxito em evitar a guerra. Em 1984 o conflito foi plenamente resolvido e os vínculos bilaterais foram fortalecidos, por meio do Tratado de Paz e Amizade.

No plano econômico, Pinochet confiou nas políticas dos chamados “Chicago Boys”, um grupo de cerca de 25 economistas chilenos, formados na Pontifícia Universidade Católica de Chile, que estabelecia um convênio de pós-graduação na Escola de Economia de Chicago. Lá, estes economistas estudaram com Milton Friedman, ganhador do prêmio Nobel por sua teoria econômica monetarista do Estado minimalista, anti-keynesiano²⁷. Assim, os “Chicago Boys” realizaram inicialmente uma política conhecida como “shock”, que consistia na redução dos gastos públicos, privatização das empresas estatais, enxugamento dos cargos públicos (de forma a tanto reduzir o complexo estatal, quanto controlar a inflação, com base na curva de Philips) e livre ingresso de investimentos e divisas estrangeiras. Foi resgatado o peso como moeda chilena, fixando-se a taxa de câmbio.

O resultado inicial das políticas neoliberais aplicadas foi catastrófico para a economia chilena. Em 1982 o país passou por sua maior crise desde os anos 1930, consequência da recessão mundial e do endividamento externo, calcado na taxa fixa peso-dólar de 39:1. (Wilhelmy & Durán, 2003: 277) O sistema bancário e financeiro entrou em colapso, obrigando o governo a intervir na economia, abandonando, desta forma, a tese dos “Chicago Boys”. Superada a crise, o governo de Pinochet retoma as políticas neoliberais, porém com uma postura diferente da antes implementada. Hernán Büchi é nomeado para Ministro da Fazenda, e aplica uma mistura de liberalização comercial com intervenção estatal na economia (keynesianismo). Segundo Wilhelmy e Durán,

“Con el gobierno militar a la defensiva en esos años [después de la crisis], se planteó la posibilidad de optar por abandonar, o al menos “diluir”, la política económica de libre mercado, propiciándose fórmulas más intervencionistas y proteccionistas en la economía, con ciertas connotaciones populistas. Entre los

²⁷ Fonte: Autobiografia de Milton Friedman. Disponível online em: < http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1976/friedman-autobio.html >. Última visita: 06/11/2007.

protagonistas políticos de este viraje destacaron el Ministro del Interior Sergio Onofre Jarpa, mientras otros ministros “no-Chicago” en las carteras económicas intentaban – con magros resultados - revertir la crisis recesiva. Así, en las pugnas internas gubernamentales los sectores neoliberales volvieron a gozar del favor del general Augusto Pinochet, retornándose a una ortodoxia que se consolida durante la gestión del Ministro de Hacienda Hernán Büchi”. (Wilhelmy & Durán, 2003: 278)

No entanto, de acordo com as normas transitórias vigésima-sétima a vigésima-nona da Constituição de 1980, em 5 de outubro de 1988 realizar-se-ia um plebiscito para decidir se o general Pinochet permaneceria no poder por mais 9 anos ou não. A ditadura instaurada no país vinha sofrendo diversas pressões para seu término, em especial do governo Reagan nos Estados Unidos, com sua política pró-Direitos Humanos e democracia. (Wilhelmy & Durán, 2003) Assim, o “não” para a permanência de Pinochet no poder recebeu por volta de 56% dos votos no plebiscito nacional. A Constituição definia que o general ficaria por mais um ano no poder, até que noventa dias antes do derrogamento do mandato, eleições parlamentárias e presidencial deveriam ser convocadas.

Os partidos políticos que haviam sido suprimidos pela ditadura tiveram direito de reorganizar-se segundo a Lei Nº. 18.603, Orgânica Constitucional dos Partidos Políticos, de 23 de março de 1987, tendo sido formados meses antes do plebiscito. Com a recomposição dos partidos, a *“Concertación de Partidos por la Democracia* [Partido Demócrata Cristiano (PDC), Partido por la Democracia (PPD), Partido Radical Social Demócrata (PRSD) e Partido Socialista (PS)], *se consolidó como una coalición viable, que combinó sus bases internas con importantes apoyos externos, tanto de gobiernos, partidos políticos y entidades cercanas a estos, diversas ONGs, influyentes centros de estudio y figuras del mundo académico”.* (Wilhelmy & Durán, 2003: 279) Assim, nas eleições de 1989, Patricio Aylwin Azócar venceu com cerca de 55% dos votos.

A década de 90, marcada pela volta de governos eleitos democraticamente após a ditadura de Pinochet logrou criar pelas mãos de Aylwin, a *“Comisión Verdad y Reconciliación”*, destinada a investigar os crimes cometidos durante o regime militar. Já no que tange às relações exteriores, foi nesta década que o país viu seus esforços empregados no processo de re-inserção internacional, em especial no governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (atual Presidente do Senado). Esta re-inserção consistiu *“en una positiva aceptación externa del proceso de recuperación de las tradiciones democráticas y el comienzo de la tarea de enfrentar las consecuencias políticas, jurídicas y humanitarias del período*

autoritário”. (Wilhelmy & Durán, 2003: 280) Neste contexto, o Chile logrou reincorporar-se como membro associado ao MERCOSUL, bem como a adesão a diversos acordos de livre comércio com países americanos, europeus e asiáticos. Ademais, resolveu problemas limítrofes com Peru e Argentina. (Sotomayor, 1998; Wilhelmy & Duran, 2003)

A década de 2000 teve início com a gestão de Ricardo Lagos Escobar, economista e um dos líderes do “Partido Socialista”. Este seguiu a linha de política exterior de seu predecessor, caracterizando-se pela assinatura de tratados de livre comércio com grandes potências, como EUA e União Européia. Assim, “(...) *la administración del Presidente Ricardo Lagos [procuró] combinar la política de acuerdos económicos internacionales con un reconocimiento (implícito) de la hegemonía político-estratégica de Estados Unidos. No obstante, el proceso de toma de decisiones sobre la guerra de Irak demuestra que el gobierno chileno no ha renunciado a contar con un margen, aunque reducido, de espacio autónomo para la defensa de intereses y principios políticos que considera fundamentales*”. (Wilhelmy & Durán, 2003: 285) Este é o ponto nodal da Política Exterior chilena, que permanece presente até hoje na gestão de Michelle Bachelet.

3. Partidos políticos e política externa – uma análise empírica

Durante a pesquisa, dados dos partidos políticos da Argentina e do Chile foram coletados a partir dos programas apresentados em seus respectivos websites²⁸. Os referidos dados foram organizados em dois arquivos distintos para cada país. No primeiro foi realizada uma descrição aprofundada acerca de **todas as propostas** relacionadas a temas de Política Externa. Foram contabilizadas, inclusive, discussões sobre políticas econômicas, como abertura de mercados, por exemplo, dado o caráter internacionalista de tal assunto. No segundo arquivo, em contrapartida, tabelas temáticas foram organizadas buscando apontar de forma concisa a posição de cada partido em seis temas pré-definidos, a saber:

- *Relações com o Brasil, relações com o Chile, relações com os EUA, Ilhas Malvinas, liberalização comercial (abertura de mercados) e MERCOSUL*, para os partidos argentinos;
- *Relações com o Brasil, relações com a Argentina, relações com os EUA, Comunidade Andina de Nações, liberalização comercial (abertura de mercados) e MERCOSUL*, para os partidos chilenos;

²⁸ Para uma lista completa dos partidos e de seus respectivos websites, ver Anexo I e II.

É importante ressaltar que nem todos os partidos apresentam suas propostas e idéias de forma meticulosa, sendo possível, porém, encontrá-las dispersas pelo website do mesmo. Assim, apenas aqueles partidos em que não foi possível encontrar **qualquer vestígio** acerca dos temas em questão foram marcados como não possuindo Política Externa. Ao mesmo tempo, cabe frisar que isto não indica necessariamente uma não-posição do partido, sendo passível em determinados casos, de interpretar-se tal fato como um não-investimento em tecnologia e recursos informáticos.

Do mesmo modo, é imperativo buscar compreender **para quem e por que** os sites dos partidos são produzidos. De acordo com dados do “*Observatorio de Industrias Culturales*” da Argentina, em 2002 apenas 13% dos lares do país possuíam um ou mais computadores com conexão a Internet²⁹. Cruzando este dado com a distribuição geográfica dos acessos³⁰, é possível perceber-se que mais da metade situa-se na Cidade de Buenos Aires ou na província homônima. Já no Chile, país com maior índice de usuários da América do Sul³¹, 22,15% dos lares possui conexão com a Internet³², número ainda baixo em comparação com países desenvolvidos. Tais dados mostram que os sites dos partidos, em ambos os países, **possuem um público seletivo e pequeno**, em comparação com o resto da população. Seus sites, então, são, em geral, dirigidos a usuários específicos e ferramentas de promoção das idéias e conquista de novos adeptos. Isto se revela, também, no fato de que na grande maioria dos casos os partidos não versam longamente acerca de um ou outro tema, seja ele relativo às relações internacionais ou não. Em inúmeros casos o partido apenas assinala sua posição de forma genérica, sem apresentar propostas ou aprofundar-se no assunto. O caso do website do partido FRENTE PARA LA VICTORIA da Argentina é paradigmático a esse respeito, uma vez que o mesmo apresenta um *layout* simples e dispõe de pouca informação como um todo.

Concomitantemente à análise dos programas partidários, um questionário (ver Anexo III e IV) foi aplicado a líderes partidários, secretarias de relações internacionais e deputados. O objetivo do mesmo era agregar informações à coleta de dados dos programas, e não

²⁹ INTERNET - GRAFICO Nº 7 RELACION DE HOGARES CON PC c/c -ARGENTINA AÑO 2002. Disponível online em: < http://www.buenosaires.gov.ar/areas/produccion/industrias/observatorio/documentos/internet13_relacion_hogares_pc_argentina_2002_grafico7.xls >. Última visita: 15/10/2007.

³⁰ INTERNET CUADRO Nº 4.3. Distribución Geográfica de Accesos Residenciales. Disponível online em: < http://www.buenosaires.gov.ar/areas/produccion/industrias/observatorio/documentos/internet81_distribucion_geografica_accesos_residenciales_argentina_2006_cuadro4_3.xls >. Última visita: 15/10/2007.

³¹ Fonte: < <http://www.internetworldstats.com/south.htm> >. Última visita em: 15/10/2007.

³² Fonte: < <http://www.abcdelinternet.com/stats.htm> >. Última visita em: 15/10/2007.

substituir a mesma. Não se pretendeu aplicar o questionário como “survey”, nem considerá-la o principal instrumento metodológico da pesquisa. O questionário foi aplicado com o intuito de complementar os dados empíricos que se centraram na análise dos programas partidários propriamente. Porventura, houve casos em que obtivemos a resposta do questionário, porém não computamos dados relativos ao programa do partido. Nesses casos, a análise é assinalada como tal. Dos 23 partidos argentinos de expressão nacional que possuem website, 5 responderam ao questionário, um total de 21,7%. Já no Chile, dos 8 partidos de âmbito nacional analisados, 3 concederam uma resposta ao questionário, percentual de 37,5%.

A análise dos dados será efetuada separando os partidos pelos dois países estudados e dividindo-os segundo os seis temas supra-mencionados. Antes da discussão de cada tema, uma breve análise do mesmo será feita, com o intuito de revelar a importância – e a divergência de opiniões, quando a houver – acerca do mesmo. Não será possível detalhar a posição de cada partido, pois o trabalho far-se-ia extenso demais; porém os pontos principais relativos a cada tema serão levantados, bem como desvios no padrão de argumentação dos partidos. Por fim, ao final de cada tema serão apresentados dados numéricos, que foram produzidos a partir da construção da “tabela temática” – já supra-mencionada – e apresentam-se **meramente como ilustração** de um quadro geral da posição dos partidos naquele determinado tópico.

As citações entre aspas e em itálico serão dos programas partidários e não terão referência. Para encontrá-las, veja o site do referido partido.

3.A. ARGENTINA

Ao todo 26 partidos foram estudados na Argentina. Estes foram escolhidos de acordo com sua **relevância nacional**, isto é, o fato de terem obtido votos em duas ou mais províncias diferentes, na última eleição de 2005³³. Desta forma, partidos provincianos com assentos na Câmara dos Deputados, porém inscritos em apenas um distrito eleitoral não foram computados. Tal se justifica, pois, segundo nos informou o “Movimiento Popular Neuquino”, partido da província de Neuquén, *“la política exterior es un ítem que normalmente no figura en el orden de discusiones y análisis político [de los partidos provinciales]”*. (Anexo VII: 6)

Os partidos em questão foram posicionados em um *continuum ideológico* a partir do estudo de Laura Escudero (Escudero, 2003) e da análise do programa partidário dos

³³ Fonte: < <http://www.towsa.com/andy/> >. Última visita: 16/10/2007.

mesmos, segundo métodos de Helen Milner e Benjamin Judkins (Milner & Judkins, 2004). Devido à dificuldade de obtenção de dados mais precisos e de sua análise, optou-se por um “Quociente Ideológico” sem números depois da vírgula, menos preciso, então. Desta forma, o continuum ideológico vai de “-3”, a extrema-esquerda, a “3”, a extrema-direita, passando pelo zero, que localiza os partidos de centro. A terceira coluna da Tabela I demonstra o “Quociente Ideológico” de cada partido, bem como sua numeração no *continuum ideológico*.

Ademais, foi realizado um “Quociente de Representação Partidária” (QRP) para cada um dos partidos. Isto se fez necessário de forma a expor a relevância do partido em termos eleitorais, em especial no caso argentino, onde há uma fragmentação eleitoral moderada (Malamud, 2002), com inúmeros micropartidos provinciais e de cunho fortemente ideológico, ao lado de dois macropartidos (PJ e UCR), que dominam o cenário político-eleitoral há quase 100 anos. O QRP foi realizado dividindo-se a quantidade total de votos recebidos pelo partido na última eleição legislativa (2005), pela quantidade total de votos válidos (excluindo brancos e nulos)³⁴. O resultado final foi multiplicado por 100 e os números decimais foram descartados. Este sistema foi escolhido em detrimento da análise de números de assentos nas duas câmaras, uma vez que na Argentina há partidos que possuem assento, mas não são de grandeza nacional. Ao mesmo tempo, há partidos de grandeza nacional, que não possuem deputados ou senadores eleitos no momento. O QRP de cada partido é apresentado na segunda coluna da Tabela I³⁵.

Tabela I. Tipologização partidária na Argentina.

Nome do partido	QRP	Coefficiente ideológico
ACCIÓN POR LA REPÚBLICA (AR)	3	Direita (2)
AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)	7	Centro-esquerda (-1)
AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)	0	Extrema-esquerda (-3)
COMUNISTA (PCA)	0	Extrema-esquerda (-3)
CONFEDERACIÓN LABORISTA	0	Centro-esquerda (-1)
CONSERVADOR POPULAR (PCP)	0	Centro-esquerda (-1)
CORRIENTE PRÁXIS	0	Extrema-esquerda (-3)
DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	1	Centro-direita (1)
DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)	7	Direita (2)
FRENTE PARA LA VICTORIA	29	Centro-esquerda (-1)
FRENTE MOVIMIENTO POPULAR	0	Esquerda (-2)

³⁴ Os dados foram obtidos em: < <http://www.towsa.com/andy/> >. Última visita: 16/10/2007.

³⁵ Agradeço ao Prof. Cláudio Ribeiro e ao seu monitor Lincon Noronha, pelas sugestões à organização destes dados, fruto da discussão feita em sala de aula (PUC/SP), 2007.

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)	0	Extrema-esquerda (-3)
MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)	7	Centro (0)
MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR	0	Extrema-esquerda (-3)
PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)	0	Extrema-esquerda (-3)
PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)	1	Esquerda (-2)
PARTIDO FEDERAL (PF)	7	Centro-direita (1)
PARTIDO HUMANISTA (PH)	1	Centro-esquerda (-1)
PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)	7	Esquerda (-2)
PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	23	Centro-esquerda (-1)
PARTIDO OBRERO (PO)	1	Extrema-esquerda (-3)
PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO	7	Direita (2)
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	7	Esquerda (-2)
PARTIDO SOCIALISTA AUTÉNTICO (PSA)	0	Extrema-esquerda (-3)
UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)	17	Centro-esquerda (-1)
UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO (UDCeDé)	3	Direita (2)

Organização: Bruno Miquelino da Silva. **Fonte:** <http://www.towsa.com/andy/>; Escudero, 2003; e Milner & Judkins, 2004.

3.a.1. Relações com o Brasil

As relações argentino-brasileiras passaram por momentos de extrema tensão e rivalidade em sua história, porém as mesmas vêm paulatinamente se solidificando. Desde a reabertura democrática no final da década de 80 nos dois países, e a proposta de criação de um órgão de cooperação regional, que acabou resultando no MERCOSUL, esta relação vem criando vínculos maiores de amizade e de cooperação mútua. (Russel & Tokatlian, 2003)

Os argumentos apresentados pelos partidos argentinos seguem, em grande medida, a visão de “parceiro estratégico” de sua atual política exterior. É praticamente unânime, o sentimento de se querer manter boas relações bilaterais com o país vizinho, conforme salienta o deputado Gustavo Forgione do Partido Federal: *“Brasil configura un socio estratégico para el equilibrio de la región y representa un mercado de intercambio que mejora la calidad y los precios de los productos para ambos países”*. (Anexo VII: 4)

No entanto, é importante mostrar que diversos partidos mencionam o estreitamento das relações com os países latino-americanos em geral, sem citarem o Brasil ou o Chile em específico. Em tais casos, foi considerado como o partido tendo interesse na manutenção de boas relações com o Brasil e o Chile, dado o caráter genérico da argumentação. Ao mesmo tempo, **o tipo de relação** (estreitamento econômico, político, cultural, etc.) que se deseja para com a nação vizinha não é colocado, mantendo o princípio de programas partidários amplos e sem aprofundamento. Alguns partidos, todavia, apresentam a idéia de que o “alinhamento automático” com o Brasil em organismos multilaterais (ONU, OMC, etc.)

não é benéfico ao país. O Movimiento de Integración y Desarrollo (MID), por exemplo, aponta que:

“(...) la Argentina podrá participar de operaciones multinacionales, pero sólo lo hará, tal como lo postula el programa del MID, sobre la base de que las operaciones sean transparentes, se ajusten estrictamente a la legalidad internacional y que las intervenciones sean excepcionales y cuidando el principio de no injerencia en los asuntos de otros estados. Asimismo, la Argentina evaluará en cada caso sus intereses nacionales y se regirá por el criterio de que la participación será proporcionada a sus posibilidades y que los países poderosos y más directamente involucrados tendrán mayores responsabilidades”. (Partido MID, s/d)

Nem todos os partidos são adeptos de relações “estratégicas” com o Brasil, entretanto. Três partidos (“Acción por la República”, “Partido Socialista” e “Corriente Práxis”) possuem ressalvas no que tange ao estreitamento de relações com o Brasil. O primeiro, em uma perspectiva bem liberal, argumenta que é necessário não permitir que o governo brasileiro cresça politicamente demais (não seja um “líder regional”, nem atinja um assento no Conselho de Segurança da ONU), uma vez que isto viria a reduzir o “poder relativo” argentino. (Partido AR, s/d) Já o segundo, postula que as relações entre os países devem ser pautadas pelo signo socialista, constituindo-se *“uma convergência das forças progressistas da região, sustentada na mais genuína vocação internacionalista”* (Partido Socialista, 2002). Por fim, a “Corriente Práxis”, apesar de tomar o Brasil como um ator *“sob o domínio capitalista”*, acredita que a liderança regional brasileira seja uma forma de se combater o imperialismo norte-americano na região. O partido possui excelentes relações com o PSOL brasileiro, garantindo o fortalecimento de laços ideológicos entre os dois países. (Partido CP, 2006)

Por outro lado, há aqueles partidos que são inteiramente contra o estreitamento de relações com o Brasil. Estes são: “Autodeterminación y Libertad”, “Comunista”, “Movimiento Al Socialismo”, “Movimiento Libres del Sur”, “Partido de los Trabajadores Socialistas”, “Partido Obrero” e “Partido Socialista Auténtico”, todos de extrema-esquerda. O argumento praticamente unânime apresentado por tais partidos é o de que o Brasil configura-se como um país sub-imperialista, sob o jugo estadunidense, com intuítos de explorar os países sul-americanos mais pobres, incluindo aí a Argentina. A posição de Lula de “negociar com os americanos”, bem como sua postura de “liderança regional” parecem

corroborar com o pensamento deles. Entretanto, 6 desses 7 partidos possuem QRP menor do que 1, o que indica um baixo índice de representatividade nacional. Por outro lado, estes partidos encontram-se ou vinculados a sindicatos ou a movimentos estudantis universitários ou a movimentos sociais como o MST.

A Tabela II apresenta os dados relativos às intenções dos partidos no que tange às relações com o Brasil. Foram computados apenas aqueles partidos com QRP igual ou maior do que 1. Aqueles categorizados como “a favor com ressalvas” constituem os partidos já supra-mencionados: “Acción por la República” e “Partido Socialista” (excluindo a “Corriente Práxis”, que possui QRP menor do que 1). É possível por meio da Tabela II perceber como na medida em que vamos nos aproximando das extremidades do *continuum ideológico*, os partidos vão tendo opiniões divergentes daquela situada no centro.

Tabela II. Argentina - Relações com o Brasil – QRP ≥ 1

	A favor	A favor com ressalvas	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	1	-	-	-	1
Esquerda	1	1	-	-	-	1	3
Centro-esquerda	4*	-	-	1	-	-	5
Centro	1	-	-	-	-	-	1
Centro-direita	2**	-	-	-	-	-	2
Direita	2***	1	-	-	-	1	4
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	10 (62,5%)	2 (12,5%)	1 (6,2%)	1 (6,2%)	0 (0,0%)	2 (12,5%)	16

Organização: Bruno Miquelino da Silva

*Os partidos AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI) e FRENTE PARA LA VICTORIA não se posicionam em temas de Política Externa, porém por meio das respostas dadas ao questionário foi possível depreender suas posições.

** O partido FEDERAL não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

*** O partido DEMÓCRATA PROGRESISTA não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.a.2. Relações com o Chile

As relações argentino-chilenas – assim como as com o Brasil – passaram por momentos de grande turbulência ao longo da História. A disputa limítrofe entre as Ilhas Beagle, quase levou os dois países à guerra em 1978. (Onuki, 2002; Rapoport, 2000: 778-783) Contudo, desde a assinatura do “Tratado Argentino-Chileno de Paz y Amistad” em 1984, o clima de cooperação e amizade vem paulatinamente substituindo o de conflito.

O mesmo se revela no sentimento de estreitamento de relações dos partidos argentinos com o vizinho ocidental: 10 dos 12 partidos que se posicionam em temas de política externa são favoráveis a uma cooperação argentino-chilena (ver Tabela III). No entanto, é importante mostrar que diversos partidos mencionam o estreitamento das relações com os países latino-americanos **em geral** – dada uma suposta “*comunidade de origem, de valores e de destino*” (Partido DC, 2006) iguais, segundo argumenta o Partido Demócrata Cristiano – sem menção ao Chile em específico. Em tais casos, foi considerado como o partido tendo interesse na manutenção de boas relações com o Chile, dado o caráter genérico da argumentação. Ao mesmo tempo, **o tipo de relação** (estreitamento econômico, político, cultural, etc.) que se deseja para com a nação vizinha não é colocado, mantendo o princípio de programas partidários amplos e sem aprofundamento.

Tal qual o caso brasileiro, entretanto, todos os partidos considerados de extrema-esquerda (“Autodeterminación y Libertad”, “Comunista”, “Movimiento Al Socialismo”, “Movimiento Libres del Sur”, “Partido de los Trabajadores Socialistas”, “Partido Obrero”, “Partido Socialista Auténtico” e incluindo aí a “Corriente Práxis”) posicionam-se claramente contrários ao estreitamento de relações com o Chile, uma vez que o país encontra-se “*aos serviços imperialistas dos EUA na América Latina*” devido à aplicação de políticas econômicas de cunho neoliberal (Partido Comunista, 2006). Convém notar, em contrapartida, que a ascensão de Michelle Bachelet do Partido Socialista chileno, trouxe um relativo otimismo a estes países³⁶ (Partido TS, 2006; Partido MLS, s/d; Partido Obrero, s/d). Mais uma vez, entretanto, é necessário lembrar que apenas 1 desses partidos (o “Obrero”) possui QRP maior do que 1 (ainda assim, seu QRP é 1), o que indica um baixo índice de representatividade nacional dos mesmos.

Por outro lado, o mesmo “modelo neoliberal chileno” repudiado pelos partidos de extrema-esquerda, é o que faz Domingo Cavallo, ex-ministro da Economia e hoje vinculado ao “Acción por la República”, afirmar que “*o modelo chileno é apropriado para a*

³⁶ Isto não se mostra em todos estes partidos. A “Corriente Práxis”, por exemplo, considera o gabinete de Michelle Bachelet “ao serviço do Império”, mencionando indiretamente os EUA.

Argentina e para qualquer outro país emergente” (Partido AR, 2004). Assim, para toda a direita argentina, as relações com o Chile são não apenas benéficas, como o país portenho deveria seguir seu modelo econômico. Nas palavras de Cavallo:

“Lamentablemente, el retorno del populismo a Venezuela y la actitud de Chávez no ayudan. Pero así como están la mala influencia y el mal ejemplo de Chávez, los países andinos tienen la buena influencia y el buen ejemplo de Chile. Si Chile tuviera gestos de mayor amistad y acercamiento al resto de los países andinos, podría ayudar mucho a frenar este proceso de desestabilización democrática y de reversión de las reformas de mercado que peligrosamente se dan en Bolivia y amenazan a Perú, y eventualmente a Ecuador y Colombia.”(Partido AR, 2004; grifo meu).

A tese de Cavallo é defendida também pelo “Partido Federal”. Segundo nos contou Gustavo Forgione, em resposta ao questionário enviado ao partido, o *“Chile ganó una imagen internacional de seriedad y estabilidad que otros países como los nuestros han perdido con los gobiernos populistas; ello puede ser aprovechado por Argentina principalmente para la salida, principalmente, a los mercados de oriente y sudeste asiático”*. (Anexo VII: 4)

Por fim, assim como no caso brasileiro, o “Partido Socialista” postula que as relações entre os países devem ser pautadas pelo signo socialista, constituindo-se *“uma convergência das forças progressistas da região, sustentada na mais genuína vocação internacionalista”* (Partido Socialista, 2002). Este foi o motivo pelo qual o partido foi categorizado como “a favor com ressalvas”, de acordo com a Tabela II. Esta, por sua vez, apresenta os dados relativos às intenções dos partidos no que tange às relações com o Chile. É possível notar, em contrapartida ao caso brasileiro, que há uma maior – apesar de pequena – intenção de aproximação com o Chile, uma vez que o “Acción por la República” apresenta-se “a favor” de relações mais estreitas com o Chile e “a favor com ressalvas” no caso brasileiro. Isto se deve aos fatos já mencionados de que o modelo econômico chileno é visto com excelentes olhos pelo partido, enquanto a postura de “liderança regional” brasileira é tomada como uma afronta ao poder relativo argentino.

Tabela III. Argentina - Relações com o Chile – QRP ≥ 1

	A favor	A favor com ressalvas	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total

Extrema esquerda	-	-	1	-	-	-	1
Esquerda	1	1	-	-	-	1	3
Centro-esquerda	4*	-	-	1	-	-	5
Centro	1	-	-	-	-	-	1
Centro-direita	2**	-	-	-	-	-	2
Direita	3***	-	-	-	-	1	4
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	11 (68,7%)	1 (6,2%)	1 (6,2%)	1 (6,2%)	0 (0,0%)	2 (12,5%)	16

Organização: Bruno Miquelino da Silva

*Os partidos *AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)* e *FRENTE PARA LA VICTORIA* não se posicionam em temas de Política Externa, porém por meio das respostas dadas ao questionário foi possível depreender suas posições.

** O partido *FEDERAL* não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

*** O partido *DEMÓCRATA PROGRESISTA* não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.a.3. Relações com os EUA

As relações argentino-norte-americanas têm variado consideravelmente ao longo da História das relações exteriores argentina. Segundo o “Partido ARI”:

“La posición argentina en materia de política exterior ha sido muy variada, en el sentido de que ha pasado por diferentes posiciones a través de la historia, cubriendo un espectro que va desde el aislamiento, la neutralidad, la Tercera Posición, el enfrentamiento con los Estados Unidos e Inglaterra, hasta encontrarnos fuertemente ligados a los Estados Unidos en lo que se ha denominado ‘relaciones carnales’”. (Partido ARI, 2006: 17)

Assim, desde as “relações carnais” do governo Menem, o relacionamento entre Argentina e EUA tem sido uma questão delicada para sua Política Externa. O governo de Nestor Kirchner declarou que iria manter uma relação *“seria, amplia y madura”* (Partido ARI, 2006), conquanto uma declaração bastante genérica e retórica. Há uma dualidade manifesta por um medo ainda presente da crise de 2001 repetir-se e a necessidade de se manter relações com a grande potência mundial.

Esta dualidade encontra-se presente na divergência entre os sentimentos dos partidos argentinos ante o relacionamento com o governo estadunidense. Diferentemente dos casos

brasileiro e chileno, praticamente todos os partidos posicionam-se clara e pontualmente no que tange às relações com os EUA. Aqueles partidos de extrema-esquerda são os mais ferrenhos críticos da postura “imperialista” norte-americana, algo explicado pelo próprio caráter anti-capitalista destes partidos. Nos termos do “Partido Comunista”: *“hay una vieja tradición de la política exterior estadounidense hacia América Latina: mientras ésta se encuentre firmemente bajo el control de Washington, la respuesta oficial es la "negligencia benigna", y entonces la región queda relegada a un segundo plano”*, citando posteriormente os casos de intervenção política no Chile e na Argentina, que deram origem às ditaduras de Pinochet e do “Proceso”, respectivamente (Partido Comunista, 2006).

Aqueles partidos considerados de “esquerda” também posicionam-se contra quaisquer tipos de relações com os EUA, dado que a única meta do país e de seu sistema “capitalista selvagem” é: *“valorizar el capital financiero especulativo y agredir a la producción, al salario, al empleo y a las conquistas sociales fundamentales de los trabajadores”*. (Partido Socialista, 2002). O “Partido Intransigente” (que integra a “Alianza Frente Para la Victoria”), por sua vez, posiciona-se contra a atuação americana em geral, uma vez que a mesma configura-se como “imperialista” e “neo-colonialista”. Os EUA apresentam-se, assim, como a expressão máxima da “dependência” capitalista, impondo seu regime neoliberal. A Argentina deve, desta forma, afastar-se do jugo americano, como forma de buscar sua própria “liberação” por meio do povo. (Partido Intransigente, 1975)

Contudo, o caso mais interessante dos partidos que se posicionam contra relações mais estreitas com os EUA é o da “Unión Cívica Radical”, o partido mais antigo da América Latina e com um enorme peso político e histórico na Argentina (seu QRP é 17, menor apenas que o do “PJ” e da “Frente para la Victoria” de Kirchner). Conforme assinalam no item 5.3.2. de seu Documento Base, que expõe os princípios doutrinários do partido,

“El mundo unipolar que nos toca vivir se enmarca en una fase en la cual la potencia principal centra su análisis en sus propias posibilidades y prioridades sin tener en cuenta las normas de convivencia aceptadas, aspiraciones ajenas o las conveniencias generales de la comunidad internacional. El unilateralismo desarrollado por dicha potencia se transforma en el enemigo natural de las normas y convenciones fruto del multilateralismo. El país que más calienta el planeta evade las normas del protocolo de Kioto, el país que cuenta con el mayor poderío militar no acepta control externo alguno. El rigor fiscal y la apertura económica sólo es exigido a los débiles. Un

sistema con estas características es por su naturaleza injusto e inestable.”(Partido UCR, 2004)

As críticas ao governo norte-americano não param por aí. Em resposta à idéia de criação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – o partido tece longas críticas ao projeto estadunidense, bem como ao próprio EUA, concluindo que os norte-americanos por meio da ALCA “(...) *busca[n] reducir la capacidad autónoma de los países latinoamericanos de elaborar políticas de desarrollo propias y consolidar en la región un régimen que responde a la lógica neoliberal de la década de los 90*”. (Partido UCR, 2004)

Em contrapartida, aqueles partidos que advogam a presença de relações mais estreitas entre Argentina e EUA, fazem questão de afirmar que isto não significa a presença de “relações especiais”, parecidas com as aplicadas durante a gestão Menem. O “MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)”, por exemplo, postula que: “*en el caso de Estados Unidos se negociará un vínculo maduro, que implique: a) una relación que amerite la alta significación que tiene en el mundo actual; b) una relación capaz de evitar conflictos a través de la cooperación; c) una relación de respeto recíproco e independencia y no subordinación.*” (Partido MID, s/d; grifo meu)

Os partidos mais a direita no *continuum* ideológico apresentam-se favoráveis a relações com os Estados Unidos, sem perspectiva de “alinhamento automático”, porém com argumentos de cunho mais liberal (no que tange ao paradigma econômico) ou realista (no que concerne ao paradigma de Relações Internacionais) para tal aproximação. A “Acción por la República”, por exemplo, argumenta que é necessário manter relações estreitas com os EUA, porém ampliando o leque de atuação argentina, autonomizando a Política Externa e diminuindo a dependência à potência do Norte. Os EUA são vistos, assim, como um parceiro com quem não se podem romper ligações, não podendo, por outro lado, manter-se relações apenas com eles. (Partido AR, s/d)

A Tabela IV mostra os dados referentes às perspectivas dos partidos ante as relações com os EUA. Sua visualização torna mais claro fato de que, a despeito dos casos com o Brasil e com o Chile, **há uma nítida divergência de opiniões entre os partidos ao longo do continuum ideológico**. Ao mesmo tempo, mostra que não há um partido sequer que almeja “relações especiais” com os EUA, mesmo aqueles mais à direita. Isto se mostra relevante pela ênfase demonstrada pelos partidos em mostrar seu repúdio a esta perspectiva de “alinhamento automático”.

Tabela IV. Argentina - Relações com os EUA – QRP \geq 1

	A favor	A favor somente com eles	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	1	-	-	-	1
Esquerda	-	-	2	-	-	1	3
Centro-esquerda	2*	-	1	2	-	-	5
Centro	1	-	-	-	-	-	1
Centro-direita	2**	-	-	-	-	-	2
Direita	3***	-	-	-	-	1	4
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	8 (50%)	0 (0,0%)	4 (25%)	2 (12,5%)	0 (0,0%)	2 (12,5%)	16

Organização: Bruno Miquelino da Silva

*O partido FRENTE PARA LA VICTORIA não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da respostas dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

** O partido FEDERAL não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

*** O partido DEMÓCRATA PROGRESISTA não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.a.4. Ilhas Malvinas

Desde o desembarque argentino nas Ilhas Malvinas, em abril de 1982, e a subsequente derrota para a Grã-Bretanha, o tema se faz presente no âmago das discussões políticas nacionais. A situação atual do embate apresenta-se através da adoção de uma **“fórmula de salvaguarda de soberania e jurisdição”**, dando o status de colônia britânica às ilhas, de acordo com o princípio de autodeterminação dos povos. A Argentina, porém, proclama que o princípio de autodeterminação não é aplicável a este caso, uma vez que *“el Reino Unido ocupó las Islas por la fuerza en 1833, expulsó a su población originaria y no permitió su retorno, vulnerando la integridad territorial argentina”*³⁷.

Esta polêmica, bem como as intenções argentinas perante as ilhas, aparecem presentes no discurso programático dos partidos. Nenhum dos 24 partidos estudados é favorável à manutenção do status atual das Ilhas, sendo que todos aqueles que se posicionam em relação ao tema, mostram-se a favor da reafirmação da soberania nacional argentina, sem

³⁷ Fonte: Chancelaria Argentina. Disponível online em: < <http://www.cancilleria.gov.ar/portal/sere/malvinas/home.html> >. Última visita: 18/10/2007.

concessões. O que varia, entretanto, é a **via** a ser utilizada para tal intento. A “Acción por la República” afirma que se “(...) *debe especialmente reafirmar nuestra decisión irrevocable de recurrir a todo medio legítimo y pacífico para recuperar las Malvinas e Islas del Atlántico Sur y la soberanía nacional sobre la totalidad de nuestro territorio*” (Partido AR, s/d). Já o “Movimiento de Integración y Desarrollo (MID)” argumenta que:

*“Se superará el actual repliegue en cuanto a la cuestión de las Islas Malvinas y demás del Atlántico Sur. El criterio será el siguiente: a) ratificar que la recuperación de las Islas será por medios pacíficos; b) mayor actividad diplomática en las Naciones Unidas y en los organismos pertinentes para que el Reino Unido negocie la cuestión de la soberanía; c) **ratificación del principio de respetar los intereses de los isleños pero no sus deseos**; d) modificar el criterio de hacer concesiones unilaterales, aplicado en los años noventa, y no hacer ninguna concesión en materia de pesca, petróleo y medio ambiente, sin obtener contrapartida británica en orden a las negociaciones sobre soberanía”.* (Partido MID, s/d; grifo meu)

O item “c” grifado é particularmente interessante, pois aponta para o paradoxo de que, se os desejos dos *kelpers* (habitantes das ilhas) foram respeitados, as ilhas mantêm-se sob a tutela inglesa. Logo, é necessário respeitar os interesses dos mesmos – que estariam, assim, vinculados à Argentina – ao invés de seus desejos. Ao mesmo tempo, é possível perceber a ênfase na via diplomática e pacífica para a reafirmação do território. O temor de outra guerra com a Grã-Bretanha mostra-se latente no que tange a este tema. O partido “Recrear para el Crecimiento” mantém o mesmo discurso, afirmando que: “*La renuncia al uso de la fuerza y la aceptación del “paraguas” en el tratamiento de la soberanía en las negociaciones sobre las Islas Malvinas, no debe implicar el abandono del objetivo final de su reincorporación al territorio nacional por la vía de las negociaciones diplomáticas*”. (PRO, s/d) A UCR segue na mesma linha: “*El Comité Nacional de la Unión Cívica Radical ratifica que la vía diplomática es la única válida para la recuperación de nuestras islas, usurpadas por Gran Bretaña en 1833*” (Partido UCR, 2004). Assim, as Ilhas devem ser recuperadas, porém a única forma disponível e viável para tal, é a **diplomática**. Outra forma encontra-se fora de questão.

Outro ponto saliente é o fato de 5 dos 8 partidos classificados como de “extrema-esquerda” não se posicionarem acerca das Ilhas Malvinas. Mesmo entre aqueles que se posicionam, 2 o fazem de forma genérica e curta. O “Partido de los Trabajadores

Socialistas”, único de extrema-esquerda a versar mais de forma mais aprofundada sobre o assunto, parece explicar o motivo de tamanha apatia destes partidos. Em seu discurso, diversas vezes é enfatizada a não-solidariedade com o governo ditatorial “imperialista” argentino da época. Ou seja, estes partidos se vêem em um paradoxo ideológico, na medida em que ao apoiarem a recuperação das ilhas, estariam apoiando a atitude “imperialista” argentina, algo repudiado pelos mesmos. (Partido TS, 2007) Não apoiar, entretanto, seria ir contra os interesses nacionais argentinos e, indiretamente, apoiar o rejeitado “imperialismo anglo-ianque” – nos termos do “Partido Obrero” (Partido Obrero, 1997). A saída encontra por eles é, então, não se pronunciar a respeito, evitando a contradição. O “Partido de los Trabajadores Socialistas”, por sua vez, escapa por meio de outra saída: o apoio aos países “oprimidos”, em detrimento das “potências imperialistas”, transformando a guerra em um conflito “anti-imperialista”. Nas palavras do partido:

“Una vez estallada la guerra, los socialistas revolucionarios tomamos partido incondicionalmente por la trinchera militar argentina contra la Inglaterra imperialista, sin solidarizarnos ni por un instante con la política de la dictadura y levantando un programa obrero independiente para intervenir activamente en esa guerra antiimperialista. De la misma forma que apoyamos la lucha del pueblo iraquí contra el imperialismo norteamericano a pesar de la dirección reaccionaria encarnada en Saddam Hussein, los socialistas revolucionarios apoyamos a Argentina en tanto país semicolonial oprimido, así como nos ubicamos del lado de todos los países oprimidos contra la expoliación de las potencias imperialistas”. (Partido TS, 2007)

A Tabela V mostra o posicionamento dos partidos políticos argentinos com QRP maior ou igual a 1. Desta forma, dos partidos de extrema-esquerda, apenas o “Partido Obrero” encontra-se presente. Notar que neste tema **não há divergência nenhuma** ao longo do *continuum ideológico* entre os partidos que se posicionam e que possuem Política Externa.

Tabela V. Argentina - Ilhas Malvinas – QRP ≥ 1

	Reafirmar a soberania nacional, sem concessões	Manter status atual	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	1	-	-	-	-	1

Esquerda	1	-	1	-	1	3
Centro-esquerda	4*	-	1	-	-	5
Centro	1	-	-	-	-	1
Centro-direita	2**	-	-	-	-	2
Direita	3***	-	-	-	1	4
Extrema direita	-	-	-	-	-	0
Total	12 (75%)	0 (0,0%)	2 (12,5%)	(0,0%)	2 (12,5%)	16

Organização: Bruno Miquelino da Silva

**Os partidos AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI) e FRENTE PARA LA VICTORIA não se posicionam em temas de Política Externa, porém por meio das respostas dadas ao questionário foi possível depreender suas posições.*

*** O partido FEDERAL não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.*

**** O partido DEMÓCRATA PROGRESISTA não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.*

3.a.5. Liberalização comercial (abertura de mercados)

Desde as políticas de cunho neoliberal (privatização, abertura de mercados, dolarização etc.) aplicadas durante as duas gestões do presidente Carlos Menem, a liberalização comercial é tema de intensa discussão nos círculos políticos argentinos. Ademais, a defesa uníssona de Argentina e Brasil na Rodada Doha pela redução de subsídios agrícolas por parte dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que ambos os países latino-americanos buscam proteger suas indústrias e seu *agro-business*, privilegiando o Mercosul e as relações intra-bloco à Rodada³⁸, o tema torna-se ainda mais complexo. Na prática, os países acabam por defender a abertura de mercados dos outros países, enquanto buscam proteger ao máximo os seus próprios.

As políticas de abertura de mercados infligem outra problemática no que tange aos partidos políticos: a ideologia. Historicamente, a liberalização comercial está associada ao liberalismo (e posteriormente ao “neoliberalismo”, tal qual o menemista empregado na Argentina), vertente ideológica considerada de “direita”. Tal fato pode ser percebido na análise dos dados referentes ao tema no discurso dos partidos políticos argentinos, contudo é importante salientar que não se configura como regra, conforme veremos a seguir.

³⁸ MRE, Ministério das Relações Exteriores. “Brasil prefere Mercosul à Rodada Doha”. Disponível online em: <
http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=382057>.
Última visita: 18/10/2007.

É unânime entre os partidos classificados como de “extrema-esquerda” o rechaço a políticas de abertura de mercados. Isto se deve ao próprio fato destes partidos serem “anti-capitalistas”, por conseguinte, “anti-mercado”. Defender políticas em favor da abertura de mercados, seria então, contraditório com a ideologia política dos mesmos. As palavras empregadas pelo “Partido Socialista Auténtico” ante as privatizações aplicadas durante o governo Menem são paradigmáticas a respeito do sentimento destes partidos pelas políticas de cunho liberal:

“En materia energética, se ha respetado la entrega del petróleo y el gas que el menemismo hizo fraudulentamente a compañías extranjeras, permitiendo que éstas depreden nuestro subsuelo, sin hacer las inversiones a las que se comprometieron y obteniendo beneficios descomunales, mientras otros países hermanos de América Latina, víctimas de políticas similares, las están revirtiendo”. (Partido SA, 2005)

A “esquerda” e a “centro-esquerda” argentina, porém, não são tão consensuais acerca da liberalização comercial. O “Partido Intransigente” (esquerda), o “Partido Humanista” e a “Unión Civica Radical” (centro-esquerda) posicionam-se plenamente **contra** a aplicação de medidas de abertura de mercado. Já o “Partido Socialista”, por sua vez, mostra-se propenso à abertura de mercados, desde que esta liberalização ocorra paulatina e equitativamente e segundo a lógica dos países em desenvolvimento, e não dos desenvolvidos. Em suas próprias palavras:

“El socialismo apoya la desaparición de las fronteras y la libre circulación de bienes. Pero esta liberalización debe ser progresiva, equitativa, con reglas equilibradas y respetadas por todos los países. La liberalización del intercambio en las condiciones fijadas por los países desarrollados y sus intereses comerciales no ha sido equilibrada y no ha respetado tampoco los principios de lograr una mejor distribución de los ingresos. El libre intercambio debe implicar la apertura de los mercados de los países desarrollados a los productos del mundo subdesarrollado”. (Partido Socialista, 2002)

Os partidos “Afirmación para una República Igualitaria” e “Frente para la Victoria” são também a favor da liberalização comercial, dependendo do tipo de modelo aplicado, segundo nos foi informado por meio da resposta do questionário aplicado. (Anexo VII: 1 e 2) Contudo, que tipo de modelo é desejado pelos mesmos não foi explicitado. Já o partido “Justicialista” não se posiciona em relação às medidas de liberalização comercial, uma vez

que no âmbito da economia internacional prega a ideologia da “Terceira Posição”, criada por Perón. (Partido Justicialista, s/d)

O “Movimiento de Integración y Desarrollo (MID)” posiciona-se a favor da liberalização comercial, porém não da forma desregrada imposta pelo menemismo, mas argumentam que *“habrá apertura pero no indiscriminada y preferentemente negociada”*. (Partido MID, s/d) O mesmo pode ser aplicado ao “Partido Demócrata Cristiano”, que vê o neoliberalismo como *“o empobrecimento e a agudização da brecha entre os pobres e ricos”*. (Partido DC, 2002) A “direita” argentina, por sua vez, coloca-se inteiramente a favor da liberalização comercial e abertura de mercados, algo que condiz com a postura ideológica do tema. Há, contudo, certa cautela no que tange a políticas de cunho neoliberal, com aberturas mais indiscriminadas. Em resposta ao questionário aplicado, o “Partido Demócrata Progresista” nos informou que:

“Siempre que esos acuerdos [de apertura de mercados] sean bilaterales, multilaterales u otras características, se negocien con transparencia para que la ciudadanía esté informada adecuadamente y sus representantes (Congreso) realicen todos los análisis necesarios para evitar sorpresa futuras, el resto de los sectores socio económicos también debe aportar su punto de vista a la cuestión. La política interna debe estar cohesionada como estrategia de negociación, no hacerlo todo en despachos de funcionarios”. (Anexo VII: 3)

A “Acción por la República” do ex-ministro Domingo Cavallo é o partido que mostra-se mais a favor da abertura de mercados argentinos. Segundo eles, *“en Argentina tenemos claras muestras de lo que no debe hacerse para superar la crisis. Es evidente que no se deben resignar objetivos en materia de apertura económica y estabilidad. Lo contrario implicaría un retroceso, una suerte de remontar el curso de la historia en busca de repetir situaciones ya claramente superadas.”*. (Partido AR, s/d) É interessante mencionar que há todo um esforço intelectual do partido para buscar responder às críticas de que a Lei da Convertibilidade e sua conseqüente dolarização não foram as causas da crise em que a Argentina mergulhou no final de 2001. Para eles,

“Quienes cuestionan la Convertibilidad, la transformación estructural del Estado y sus empresas, la apertura de la economía y otros logros obtenidos en los últimos años, sostienen que esas son las causas del alto nivel actual de desempleo.

Para encarar la solución de un problema es necesario identificar con claridad sus causas. Si se analiza la evolución del producto bruto y los niveles de empleo en la década del 80, se puede observar que un estancamiento y caída del producto fue acompañado con un sustancial incremento de la cantidad de empleos. Dicha circunstancia encierra obviamente una caída significativa de la productividad de nuestra economía. Vale decir, se creó empleo ficticio, improductivo, que no generaba bienes y servicios, puesto que el producto no creció.”(Partido AR, s/d)

A Tabela VI mostra os dados referentes às políticas de liberalização comercial para os partidos com $QRP \geq 1$. É possível perceber um nítido crescimento da quantidade de partidos a favor ao longo do *continuum ideológico*, da esquerda para a direita. Há exceções, porém, como a do “Partido Socialista”. Ademais, é possível se perceber como tal tema divide a opinião dos partidos, quando se olha os dados como um todo.

Tabela VI. Argentina - Liberalização comercial – $QRP \geq 1$

	A favor	Depende do modelo	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	1	-	-	-	1
Esquerda	-	1	1	-	-	1	3
Centro-esquerda	-	2*	2	1	-	-	5
Centro	-	1	-	-	-	-	1
Centro-direita	1**	1	-	-	-	-	2
Direita	3***	-	-	-	-	1	4
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	4 (25%)	5 (31,2%)	4 (25%)	1 (6,2%)	0 (0,0%)	2 (12,5%)	16

Organização: Bruno Miquelino da Silva

*Os partidos *AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)* e *FRENTE PARA LA VICTORIA* não se posicionam em temas de Política Externa, porém por meio das respostas dadas ao questionário foi possível depreender suas posições.

** O partido *FEDERAL* não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

*** O partido *DEMÓCRATA PROGRESISTA* não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.a.6. MERCOSUL

A questão do MERCOSUL é um tema presente na discussão de praticamente todos os partidos argentinos. Os mesmos buscam deixar claro sua posição, por vezes aprofundando-a e apresentando propostas. É nítido dentre estas posições uma propensão a favor do MERCOSUL, despontando inúmeros desejos de fortalecimento das instituições do bloco. A “Unión Cívica Radical”, por exemplo, despende um tópico inteiro de seu programa para o MERCOSUL, além de possuir uma secretaria própria para o tema, a “*Secretaría Mercosur e Integración Regional*”. O bloco é um elemento central de sua política exterior, bem como seu fortalecimento e agregação de outros países latino-americanos. Há, inclusive, o rechaço à diluição do MERCOSUL em um bloco tal qual a ALCA. Porém, o partido salienta que “*El proceso de integración debe volver a su concepción original, tal como la definieron los Presidentes José Sarney y Raúl Alfonsín durante la década de los 80. En aquel momento el esquema de integración era esencialmente político y no meramente comercial. La integración se concebía como un ámbito de solidaridad y paz en el cual se preservaba la democracia y las garantías individuales y no meramente un mercado*”. (Partido UCR, 2004)

Outros partidos tecem elogios e colocam o MERCOSUL em posição prioritária. O “*Movimiento de Integración y Desarrollo (MID)*”, por exemplo, “*ratifica que la Argentina tiene interés estratégico en el MERCOSUR*”. Ao mesmo tempo, afirma que “*la Argentina negociará con otras regiones, y en especial el ALCA, únicamente de manera conjunta con el Mercosur. El ALCA, tal como está inicialmente concebido, no es aceptable porque tiende a perjudicar el proceso de industrialización y modernización de los países de América latina*”. (Partido MID, s/d; grifo meu) É notável o repúdio à ALCA da forma como fora apresentada inicialmente, repúdio este quase sempre acompanhado da proposta de fortalecimento do MERCOSUL, *vis-à-vis* a Área de Livre Comércio das Américas.

Os elogios ao MERCOSUL, bem como iniciativas de fortalecimento do mesmo, estendem-se ao longo do *continuum ideológico*, da esquerda à direita. O “Partido Humanista”, por exemplo, argumenta que “*el MERCOSUR es un modo de integración importante, tanto en lo económico como en lo político, que ha permitido a los países miembros un primer nivel de autonomía ante la política exterior norteamericana*.” (Partido Humanista, s/d)

Já o “Partido Demócrata Progresista” levanta o fato de que “*no se puede volver atrás al (sic) contrario [el MERCOSUR] debe ser ampliado con Chile por su solidez económica y el mantenimiento de políticas aun con los cambios de gobierno. Debe agotarse todos los caminos que enriquezcan al MERCOSUR y ayuden a realizar acuerdos en especial con el*

otros bloques como la Comunidad Europea, bloques asiáticos y otros”. (Anexo VI: 3) A perspectiva de ampliação do bloco e possível entrada de outros países, parece agradar diversos partidos argentinos. O “Partido Demócrata Cristiano”, por exemplo, aponta que “esperamos [que el MERCOSUR] involucre plenamente a los otros dos países del Cono Sur, Chile y Bolivia. El desarrollo incesante de este proceso de integración, abre alternativas para su ampliación, a dos niveles, es decir, en el espacio político del Cono Sur y hacia la totalidad de América Latina”. (Partido DC, 2002)

Entretanto, há alguns partidos que se vêem favoráveis ao fortalecimento do bloco, desde que com a instalação de algumas reformas. Esses partidos são de tendência mais anti-liberal e rechaçam a forma como o Mercosul se apresenta às grandes empresas e às políticas de liberalização comercial. Nos termos do “Partido Socialista”, “[la globalización] supone el rediseño del MERCOSUR para que deje de ser un instrumento cautivo de los grandes grupos económicos y se transforme en la herramienta de intercambio comercial, cultural, científico, social y consolidación política de los pueblos que lo componen, ampliándolo al resto de los países latinoamericanos y ocupando un lugar en el proceso globalizador a favor de los trabajadores”. (Partido Socialista, 2002). A “Corriente Práxis” define ainda mais especificamente quem se beneficia do MERCOSUL, de acordo com sua visão, “los beneficiarios de la primera etapa del convenio fueron las grandes corporaciones transnacionales establecidas en Brasil y Argentina. (...) Estas firmas comandaron el debut del MERCOSUR”.

Tais argumentos são levados ao extremo por determinados partidos, classificados como de “extrema-esquerda”. Estes chegam a posicionar-se contra o MERCOSUL, alegando que o bloco está a favor do capital multinacional e das grandes empresas, além de ser regido por uma lógica neoliberal, o que vai de encontro com sua ideologia. O “Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS)”, por exemplo, aponta que “la ‘integración’ en la que avanzan estos gobiernos [del MERCOSUR] es una que beneficia a las petroleras, a las grandes automotrices, a las empresas constructoras, a las grandes siderúrgicas, a las exportadoras de alimentos, como las cerealeras. Es un proyecto que beneficia los intereses de los grupos capitalistas locales y extranjeros ligados a los distintos gobiernos, que quieren aprovechar la perspectiva de nuevos negocios (y negociados).”. (Partido TS, 2006). O “Partido Obrero” reforça a tese, aproveitando para tecer críticas ao governo de Hugo Chávez, pelo ingresso ao bloco:

“El ingreso de Venezuela al Mercosur, a una coalición de Estados capitalistas, pone en claro el contenido social del Estado bolivariano y de la política de Hugo Chávez. Los apologistas de izquierda del ‘socialismo del siglo XXI’ no han abierto la boca sobre el significado de esta integración económica. Venezuela se ha comprometido a conformarse a las normas jurídicas que rigen el Mercosur, que no son otras que las que protegen la dominación del gran capital. El Mercosur es un paraíso de bancos, petroleras, mineras y grandes industrias y contratistas de obras públicas. En este espacio no hay lugar para devaneos socialistas.” (Partido Obrero, s/d)

O partido “Autodeterminación Y Libertad” complementa, analisando dois problemas centrais do MERCOSUL: velhos litígios, *“como el que enfrenta a Chile y Bolivia por la salida al mar”*; e as políticas neoliberais, *“como el conflicto del gas entre Chile y Argentina, por la nula inversión de las privatizadas argentinas que hace peligrar la exportación de gas”*. (Partido AYL, 2004). É importante ressaltar, porém, que dos 6 partidos que posicionam-se contra o MERCOSUL (“Autodeterminación y Libertad”, “Comunista”, “Movimiento Al Socialismo”, , “Partido de los Trabajadores Socialistas”, “Partido Obrero” e “Partido Socialista Auténtico”), apenas 1 possui QRP maior ou igual a 1 (o “Partido Obrero”).

A Tabela VII apresenta os dados relativos ao posicionamento dos partidos ante ao MERCOSUL. O posicionamento do “Partido Socialista” foi classificado como sendo “a favor, porém com reformas”, dado a intenção do partido de se reformular o bloco em uma perspectiva mais popular (nos termos socialistas), conforme já supra-explanado. É interessante notar o alto índice de aprovação do MERCOSUL, bem como a manutenção de tais números ao longo do *continuum ideológico*. Isto mostra um alto grau de aceitação do MERCOSUL pelos partidos políticos argentinos, a despeito de críticas e propostas de reformas e institucionalização por parte dos mesmos. Nos dizeres do “Partido Humanista”, *“Aunque [el MERCOSUR] tiene defectos, es una concreción cada vez más sólida y puede ser profundizada”*. (Partido Humanista, s/d)

Tabela VII. Argentina - MERCOSUL – QRP ≥ 1

	A favor	A favor, porém com reformas	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	1	-	-	-	1
Esquerda	1	1	-	-	-	1	3
Centro- esquerda	3*	1	-	-	-	-	4
Centro	1	-	-	-	-	-	1
Centro- direita	3**	-	-	-	-	-	3
Direita	2***	-	-	-	-	1	4
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	11 (68,7%)	1 (6,2%)	1 (6,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (12,5%)	16

Organização: Bruno Miquelino da Silva

**Os partidos AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI) e FRENTE PARA LA VICTORIA não se posicionam em temas de Política Externa, porém por meio das respostas dadas ao questionário foi possível depreender suas posições.*

*** O partido FEDERAL não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.*

**** O partido DEMÓCRATA PROGRESISTA não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.*

3.b. Chile

Ao todo 8 partidos foram estudados no Chile. Estes foram escolhidos pelo mesmo critério utilizado na Argentina, o de **relevância nacional**, isto é, o fato de terem obtido votos em duas ou mais províncias diferentes, na última eleição de 2005³⁹. Desta forma, partidos provincianos com assentos na Câmara dos Deputados, porém inscritos em apenas um distrito eleitoral não foram computados.

Os partidos em questão foram posicionados em um *continuum ideológico* a partir do estudo de Inés Picazo Verdejo (Verdejo, 2003) e da análise do programa partidário dos mesmos, segundo métodos de Helen Milner e Benjamin Judkins (Milner & Judkins, 2004). Devido à dificuldade de obtenção de dados mais precisos e da análise dos mesmos, optou-se

³⁹ Fonte: < <http://www.servel.cl/servel/index.aspx?channel=270> >. Última visita: 16/10/2007.

por um “Quociente Ideológico” sem números depois da vírgula, menos preciso, então. Desta forma, o continuum ideológico vai de “-3”, a extrema-esquerda, a 3, a extrema-direita, passando pelo zero, que localiza os partidos de centro. A terceira coluna da Tabela VIII demonstra o “Quociente Ideológico” de cada partido, bem como sua numeração no *continuum ideológico*. Ademais, foi realizado um “Quociente de Representação Partidária” para cada um dos partidos, segundo métodos utilizados para a Argentina.⁴⁰ O QRP de cada partido é apresentado na segunda coluna da Tabela VIII.

Tabela VIII. Tipologização partidária no Chile.

Nome do partido	QRP	Coefficiente ideológico
PARTIDO COMUNISTA (PCCH)	4	Esquerda (-2)
PARTIDO HUMANISTA DE CHILE (PH)	1	Centro-esquerda (-1)
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	9	Esquerda (-2)
PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD)	14	Centro-esquerda (-1)
PARTIDO RADICAL SOCIALDEMÓCRATA (PRSD)	3	Centro (0)
PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	19	Centro (0)
RENOVACIÓN NACIONAL (RN)	12	Direita (2)
UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE (UDI)	20	Centro-direita (1)

Organização: Bruno Miquelino da Silva. **Fonte:** <http://www.servel.cl/servel/index.aspx?channel=270>; Verdejo, 2003; e Milner & Judkins, 2004.

3.b.1. Relações com o Brasil

A grande maioria dos partidos políticos chilenos, assim como os argentinos, prega o avanço na integração econômica, política e cultural da América Latina e Caribe ou com todas as regiões do globo. Esta perspectiva genérica de relacionamento acaba por excluir a menção de determinados países-chaves, como o Brasil e a Argentina, por exemplo. O discurso do “Partido Comunista” é paradigmático a este respeito, quando o partido aponta que: *“A pesar del desarrollo desigual que experimentan las nacionales del continente nuestros pueblos y países tienen objetivos comunes a alcanzar: la conquista de una democracia real, la cooperación y el apoyo mutuo en aras de sus intereses nacionales. Avanzar hacia la integración económica y política, abrir paso al triunfo del socialismo en el continente”*. (Partido Comunista de Chile, 2001)

Desta forma, em contraste com a Argentina, são poucos os partidos chilenos que fazem menção direta às intenções de relações com o Brasil. Dos 7 partidos com website estudados,

⁴⁰ Os dados foram obtidos em: < <http://www.towsa.com/andy/> >. Última visita: 16/10/2007.

apenas 1 versa a respeito de seus projetos e propostas para o relacionamento chileno-brasileiro (o “Renovación Nacional”). Dos outros seis, três responderam ao questionário assinalando como desejável o estreitamento de relações com o país vizinho. Dos três restantes, foi possível inferir o desejo por relações com o Brasil dos partidos “Comunista” e “Humanista”, através de uma postura pró-latino-americana, conforme já citada. O “Partido Socialista, por sua vez, ademais de uma evidente postura pró-integração com o Cone Sul, chega a mencionar – mesmo que rápida e genericamente – que *“apoya[n] resueltamente el desarrollo del Anillo Energético con Perú, Argentina, Brasil y Uruguay”*. (Partido Socialista de Chile, 2006)

A exceção a esta ausência de posicionamento mais especializado e pontual dos partidos é o “Renovación Nacional”. Seu programa político é o mais extenso e aprofundado de todos aqueles estudados (incluindo aí os argentinos), com 119 páginas, sendo 15 destas apenas para Política Externa. O partido traça posições definidas para o relacionamento entre o Chile e diversos outros países, incluindo aí Argentina e Brasil, e outros menos citados, como Bolívia e Paraguai. No que tange às relações com o Brasil, o “Renovación Nacional” salienta que:

“Dentro del ámbito regional, creemos la necesidad de priorizar en nuestras relaciones con Brasil, país muy gravitante en América Latina por su tamaño y recursos. En este sentido, son importantes los esfuerzos para hacer realidad los corredores bioceánicos y la apertura de los puertos nacionales al comercio de Brasil con los mercados de la Cuenca del Pacífico. Del mismo modo, es un aliado relevante en las iniciativas regionales y en la coordinación de políticas en los foros internacionales. Además es un mercado importante tanto para el comercio como para las inversiones nacionales”. (Partido RN, 2005)

É interessante notar o peso que o partido dispõe a nosso país. Não apenas somos um mercado importante, como também um possível investidor. Ademais, constituímos-nos, aos olhos do partido, como uma importante força política, com quem é relevante ser um aliado. Estreitar relações com o Brasil é, assim, um ganho tanto econômico quanto político, uma forma de se obter poder relativo na região e em foros internacionais.

A Tabela IX traz os dados referentes ao posicionamento dos partidos chilenos no que concerne às relações com o Brasil. Em contrapartida com os dados relativos aos partidos argentinos, é possível perceber uma unanimidade no posicionamento partidário. Contudo, é

importante ressaltar que as respostas de 3 partidos foram obtidas por meio do questionário aplicado (conforme assinalado), e que outros 2 foram marcados como “a favor”, dada sua visão pró-latino-americanista (“Partido Comunista” e “Partido Humanista”), conforme já supra-apontado. O “Partido Radical Social Democrata”, por sua vez, não apresenta programa em seu website.

Tabela IX. Chile - Relações com o Brasil – QRP ≥ 1

	A favor	A favor com ressalvas	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	-	-	-	-	0
Esquerda	2	-	-	-	-	-	2
Centro-esquerda	2*	-	-	-	-	-	2
Centro	1**	-	-	-	-	1	2
Centro-direita	1***	-	-	-	-	-	1
Direita	1	-	-	-	-	-	1
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	7 (87,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (12,5%)	8

Organização: Bruno Miquelino da Silva

* O partido POR LA DEMOCRACIA não se posiciona neste tema, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

** O partido DEMÓCRATA CRISTIANO não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

*** O partido UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.b.2. Relações com a Argentina

Assim como no caso das relações chileno-brasileiras, o posicionamento dos partidos políticos do Chile no que tange ao relacionamento com a Argentina é genérico e impreciso. Os números mantêm-se os mesmos, inclusive: dos 7 partidos estudados, 5 são pró-estreitamento com a América do Sul, sem distinguir países, sendo que destes, foi possível obter detalhes pontuais de três partidos, por meio do questionário aplicado. O “Partido Por la Democracia”, por exemplo, de forma bem ampla, levanta que:

“América Latina es la comunidad natural de Chile, y nada puede hacernos perder de vista que nuestro futuro y posibilidades de inserción exitosa en el mundo pasan por la interrelación con las demás naciones que forman nuestro entorno histórico y cultural. América Latina puede representar hacia el siglo que viene un puente entre el Sur y el Norte, no sólo por la disposición de su geografía sino por su doble vinculación con la América del Norte y la Europa del Sur, presente ésta última desde hace cinco siglos en el destino de nuestro continente. Pero ello supone que la región reencuentre su vocación político-cultural, asiente las bases de su propia unidad y edifique los medios para intervenir creativamente en la política internacional”. (Partido PD, 1993).

Este tipo de discurso é muito comum no que tange às relações entre países latino-americanos. Não há uma escolha de relacionamentos diferentes com um país “a” ou “b”, mas sim uma afirmação da necessidade de se ampliar a importância da “comunidade latino-americana” como um todo. Ao mesmo tempo, a referência ao termo “América Latina”, em detrimento do “América do Sul”, coloca o México neste “entorno histórico e cultural”.

No entanto, em contraste com o caso de relações com o Brasil, o “Partido Socialista” pronuncia-se de maneira mais ampliada, no que tange às relações com o país vizinho. No programa de governo de Michelle Bachelet, é afirmado que *“con Argentina consolidaremos la auspiciosa asociación política que hemos construido. Continuaremos profundizando una relación bilateral que abarca actualmente un número elevado de asuntos principales, entre los cuales los prioritarios serán los aspectos energéticos, infraestructura, transporte, medidas de confianza mutua entre las fuerzas armadas y los económicos-comerciales”*. (Partido Socialista, 2006) É importante apontar que este é o único país latino-americano que escapa do discurso genérico socialista e possui um apontamento acerca do que já foi – e será – construído. Além do mais, o governo de Bachelet possui desde sua campanha eleitoral a proposta de um estreitamento de relações com os países latino-americanos – em especial Brasil e Argentina – *vis-à-vis* as relações com os Estados Unidos⁴¹.

O partido “Renovación Nacional”, assim como o “Partido Socialista”, despende um longo parágrafo acerca de suas intenções para com a nação argentina. É interessante notar que diversos temas levantados pelo partido como sendo necessários um aprofundamento, haviam sido mencionados pelo “Partido Socialista” como sendo “prioritários”. Em contrapartida, o RN clama por uma cooperação acerca do “Direito do Mar”, algo que se

⁴¹ BBC Brasil. 15/01/2006. “Se eleita, Bachelet deve se aproximar de vizinhos latinos”. Disponível online em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060114_chileamericasulms.shtml >. Última visita: 23/10/2007.

remete à questão dos Estreitos Beagle e Magalhães, ambos atualmente territórios chilenos, porém co-habitados por argentinos. Nas palavras do partido:

“(...) Nuestra relación con Argentina adquiere una importancia fundamental, debiendo profundizarse la relación con dicho país a través de una integración fronteriza, cooperación cultural, proyectos comunes en temas militares y de operaciones de paz, medidas de confianza mutua en el ámbito de las fuerzas armadas, explotación de recursos mineros fronterizos, acuerdos energéticos, acciones regionales comunes y alianzas estratégicas en áreas de beneficio mutuo. Asimismo, esta cooperación con Argentina debe extenderse al tema del Derecho del Mar, Antártica y medio ambiente determinada por la vecindad y los recursos compartidos”. – (Partido RN, 2005)

A Tabela X traz os dados referentes ao posicionamento dos partidos chilenos ante as relações com a Argentina. Assim como no caso brasileiro, é necessário ressaltar-se a ausência de menção do país vizinho em 5 dos 7 partidos com programa analisados, tendo 3 destes sido resolvidos pela resposta ao questionário aplicado, conforme assinalado. Os outros dois foram considerados como “a favor” de relações mais estreitas com a Argentina, dada sua postura pró-América Latina.

Tabela X. Chile - Relações com a Argentina – QRP ≥ 1

	A favor	A favor com ressalvas	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	-	-	-	-	-
Esquerda	2	-	-	-	-	-	2
Centro-esquerda	2*	-	-	-	-	-	2
Centro	1**	-	-	-	-	1	2
Centro-direita	1***	-	-	-	-	-	1
Direita	1	-	-	-	-	-	1
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0

Total	7 (87,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (12,5%)	8
--------------	----------------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------	----------

Organização: Bruno Miquelino da Silva

* O partido POR LA DEMOCRACIA não se posiciona neste tema, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

** O partido DEMÓCRATA CRISTIANO não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

*** O partido UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.b.3. Relações com os EUA

O relacionamento com os EUA, diferentemente daquele com Brasil e Argentina, é um tema de maior debate e de divergências de posicionamento dentre os partidos políticos chilenos. Isto se deve há dois fatores: a pujança norte-americana mundial, tanto em termos econômicos quanto políticos; e o recente alinhamento chileno a Washington, iniciado no governo Pinochet e seus “Chicago Boys”, por meio da implantação de políticas neoliberais que perduraram até 2001. Há, assim, um sentimento parecido com o que existe na Argentina, de que é necessário estabelecer relações estreitas com os EUA, porém o mesmo não implica em um “alinhamento automático”.

Este sentimento aparece de forma clara no programa de governo de Michelle Bachelet do “Partido Socialista”. As relações com o país do norte são reafirmadas e há a proposta de uma maior consolidação das mesmas. O que mais impressiona no argumento do partido, porém, é o apoio prestado à ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, apresentada pelos Estados Unidos como um projeto para a diluição das tarifas alfandegárias do hemisfério. Os partidos de “esquerda”, em geral, costumam rechaçar a proposta norte-americana, alegando que a mesma prejudicaria a indústria e a agricultura nacionais, que se veria competindo com os fortes subsídios aplicados pelo governo estadunidense. Nas palavras do próprio partido:

“Con Estados Unidos compartimos valores y objetivos centrales en política exterior, como la democracia, la protección de los derechos humanos y la búsqueda de un comercio internacional más libre. Ello, no obstante que podamos tener diferencias políticas coyunturales. Continuaremos consolidando nuestra relación con Estados Unidos. Utilizaremos para ello la Cumbre de las Américas –basada en valores democráticos compartidos– y el proyecto de creación de un Área de Libre Comercio de las Américas”. (Partido Socialista de Chile, 2006).

A posição do “Partido Socialista” é contrastante com a do “Partido Comunista”, também classificado como sendo de “esquerda”. Segundo eles, os Estados Unidos são uma “potência imperialista” que intenta configurar a ordem mundial de acordo com seus interesses e sob a égide de sua hegemonia. Assim, o partido afirma que o Chile deve apresentar-se como *“un Estado inserto en la comunidad mundial con identidad propia, e integrado en un frente común con los países de América Latina, lo que significa privilegiar tratados como el MERCOSUR, en vez de tratados de libre comercio con Estados Unidos”*. (Partido Comunista de Chile, 2001). A própria menção do MERCOSUL é uma contrapartida à ALCA, visto que o bloco foi criado com este intuito. Ao mesmo tempo, é uma resposta à Política Exterior chilena, que desde a formação do MERCOSUL, privilegia acordos com os EUA, em detrimento do bloco sul-americano.

A despeito do posicionamento do “Partido Comunista”, os outros se vêem pró-relações com os norte-americanos. No entanto, esta escolha é efetuada sem a obrigação de se manter “relações especiais”, ou seja, aproximando-se dos EUA como um parceiro igual aos outros (na medida do possível, obviamente, mas sem qualquer intenção de “alinhamentos automáticos”). Há uma exceção, entretanto: o “Renovación Nacional”, partido considerado da “direita” chilena, e pelo qual “Sebastián Piñera” concorreu às últimas eleições presidenciais. Tanto no questionário aplicado, quanto em seu programa político, o partido posiciona-se “a favor de relações especiais”, apesar de certas objeções. Esta “relação estratégica”, conforme o partido a chama, é esclarecida por meio de argumentos genéricos e de valores, contudo é possível perceber a intenção de se obter “ganhos relativos” ao se aproximar de forma estratégica com a potência, mesmo que isso implique em uma relativa perda de autonomia. As objeções mencionadas pelo partido na resposta do questionário, não são melhor aprofundadas, porém. Segundo a longa explanação do próprio partido:

“Propugnamos una asociación estratégica con dicho país fundada en la defensa de la democracia y el estado de derecho, en la economía abierta y en el libre flujo de personas, capitales y bienes, en un orden social justo y en el reconocimiento que las instituciones internacionales son fundamentales en la promoción de la paz y la solución de los conflictos.

Impulsamos el desarrollo de una activa acción cultural tanto para incrementar el conocimiento de la realidad y cultura nacionales cuanto para establecer vínculos de educación especializada y superior, así como establecer programas de cooperación

científica y alianzas estratégicas para desarrollar proyectos tecnológicos de última generación.

Favorecemos la negociación de una Zona de Libre Comercio en las Américas (ALCA). La similitud de modelos económicos y el vigente Tratado de Libre Comercio constituyen las bases para promover en la región el referido Acuerdo, que potencia a la región como un interlocutor potente frente a la Unión Europea y a un eventual acuerdo entre las economías de Asia”. (Partido RN, 2005)

O “Renovación Nacional” foi considerado, desta forma, como sendo “a favor de relações especiais” no agrupamento de dados efetuado na Tabela XI. É interessante notar que este é o único partido de todos estudados – incluindo aí os argentinos – a propugnar tal proposta. Em contraste com os dados dos partidos argentinos, o quadro geral chileno é muito mais pró-Estados Unidos. Mesmo a esquerda do Chile, com exceção do “Partido Comunista” (que possui um QRP bem inferior em comparação com os outros partidos do país), apresenta-se “a favor” do estreitamento de relações com o país do Norte. Isto pode ser explicado pela própria relação chileno-estadunidense, que é muito mais forte e antiga do que a argentina. Além do mais, esta relação estende-se para a esfera político-estratégica, não se restringindo apenas no âmbito comercial. As discussões dentro do Chile são, então, conforme se viu nas últimas eleições presidenciais, muito mais sobre que *tipo* de relações com os EUA, do que se haverão relações ou não.

Tabela XI. Chile - Relações com os EUA – QRP ≥ 1

	A favor	A favor de relações especiais	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	-	-	-	-	0
Esquerda	1	-	1	-	-	-	2
Centro-esquerda	2	-	-	-	-	-	2
Centro	1*	-	-	-	-	1	2
Centro-direita	1**	-	-	-	-	-	1
Direita	-	1	-	-	-	-	1

Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	5 (62,5%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (12,5%)	8

Organização: Bruno Miquelino da Silva

* O partido DEMÓCRATA CRISTIANO não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

** O partido UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.b.4. Comunidade Andina de Nações

A Comunidade Andina de Nações é um bloco econômico criado em 1969 pelo Acordo de Cartagena. Até 1996 era denominado “Pacto Andino”, tendo seu nome sido alterado para o atual. Seus atuais membros são Bolívia (que se encontra em processo de entrada no MERCOSUL, porém sem sair da Comunidade), Peru, Equador e Colômbia. O Chile, bem como todos os países-membros do MERCOSUL, é atualmente um “país associado”, tendo adquirido tal status em setembro de 2006, após o general Pinochet ter se retirado do bloco em 1973.

Esta ausência do bloco por parte do Chile é refletida no programa dos partidos políticos. Dos 7 partidos com Política Externa estudados, apenas 1 se posiciona em relação à Comunidade Andina. Este é o “Partido Comunista”, que se mostra a favor do bloco, argumentando que o “*Chile debe integrarse al MERCOSUR y propiciar la convergencia con el PACTO ANDINO*”. (Partido Comunista de Chile, 2001) Todos os outros partidos não chegam sequer a mencionar o pacto.

Todavia, é importante ressaltar que todos os 4 partidos que responderam ao questionário aplicado assinalaram a Comunidade Andina de Nações como sendo importante para o Chile. A combinação dos fatos mostra que há um interesse por parte dos partidos no bloco, porém ele permanece por trás do discurso partidário. Assim, optamos por não incluir os dados do questionário na Tabela XII, que traz apenas os dados referentes ao programa dos partidos.

Tabela XII. Chile - Comunidade Andina das Nações – QRP ≥ 1

	A favor	A favor, porém privilegia a ALCA	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	-	-	-	-	0

Esquerda	1	-	-	1	-	-	2
Centro-esquerda	-	-	-	2	-	-	2
Centro	-	-	-	1	-	1	2
Centro-direita	-	-	-	1	-	-	1
Direita	-	-	-	1	-	-	1
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	1 (12,5%)	1 (12,5%)	0 (0,0%)	6 (75%)	0 (0,0%)	1 (12,5%)	8

Organização: Bruno Miquelino da Silva

3.b.5. Liberalização comercial (abertura de mercados)

Desde a aplicação de políticas de cunho neoliberal pelo governo de Pinochet em 1973, o Chile passou a ser um modelo de liberalização comercial na região. Nos termos de Peter Allgeierun, representante adjunto da oficina de comércio exterior dos Estados Unidos (USTR) e co-presidente da ALCA, “[Chile] en el ámbito del Alca [es] uno de los ejemplos exitosos de apertura comercial y desarrollo”.⁴² O modelo neoliberal chileno, diferentemente dos de outros países latino-americanos, foi aplicado de forma paulatina e gradual, além de ter apresentado-se como uma mistura de neoliberalismo com medidas de cunho *keynesiano*, o que acabou por gerar bons resultados para sua economia. O Chile, por exemplo, foi o primeiro país latino-americano a cumprir e superar as metas do milênio de redução da pobreza⁴³.

Este conjunto de fatos explica a maior proporção de partidos a favor das políticas de liberalização comercial do que na Argentina. Dos 7 partidos chilenos com Política Externa, apenas 1 apresentam-se contra tais políticas: o “Partido Comunista”. Este ressalta pontualmente que: “*En el marco del neoliberalismo y el libre mercado, las llamadas reconversiones, basadas en incentivo al capital privado y fórmulas similares, sin firme compromiso estatal para asegurar nuevos empleos y actividades estables, no constituyen soluciones reales para la mayoría de los afectados*”. (Partido Comunista de Chile, 2001). É importante, lembrar, contudo, que este partido possui um dos menores QRP's entre os que possuem programa político.

⁴² *La Tercera*, “EEUU destaca a Chile como modelo para la región”. Disponível online em: < http://www.tercera.cl/medio/articulo/0,0,3255_5676_28140639,00.html >. Última visita: 24/10/2007.

⁴³ Fonte: < <http://www.fundacionpobreza.cl/archivos/indicadorespobreza.pdf> >. Última visita: 24/10/2007.

Outros partidos de “esquerda”, porém, apresentam-se como pró-liberalização comercial, como é o caso do “Partido Socialista”, atualmente no governo. No programa de governo de Michelle Bachelet, é ressaltada a importância de se abrir o mercado chileno para inversões estrangeiras, tornando o país um pólo financeiro regional. Nas palavras do partido:

“Potenciaremos a Chile como plaza regional para que empresas de otros países puedan levantar capital. Incentivaremos las emisiones por parte de entidades extranjeras de instrumentos financieros en pesos chilenos o unidades de fomento en Chile. Incentivar la emisión de activos en estas monedas permitirá el acceso a nuevas alternativas de inversión por parte de inversionistas institucionales chilenos y extranjeros. Además permitirá introducir instrumentos internacionalmente reconocidos, lo que potenciará a Chile como mercado financiero regional”. (Partido Socialista de Chile, 2006)

O “Partido Humanista”, a pesar de não chegar a posicionar-se ante um determinado modelo econômico, mas sim em prol do “cooperativismo” e propôr *“reformas impositivas y nuevos modelos de autogestión y cogestión que modifiquen la situación de la propiedad e incentiven una distribución progresiva de la riqueza”* (Partido Humanista de Chile, s/d), reafirma a importância da *“eliminación de barreras aduaneras e integración económica mediante tratados específicos de complementación entre los países de la misma zona geográfica”*. (Partido Humanista de Chile, s/d) Seu projeto econômico é complexo e mesclado, porém a última afirmação revela claramente a posição do partido em apoiar e estimular a abertura de mercados via eliminação de barreiras tarifárias.

A “Unión Demócrata Independiente”, por sua vez, apesar de apresentar uma visão mais *keynesiana* da macroeconomia, na medida em que acredita que *“compete al Estado conducir y guiar las políticas macroeconómicas, básicamente las políticas fiscal, monetaria y cambiaria”*, (Partido UDI, s/d) assinala sua orientação para a abertura do mercado chileno, tanto no questionário aplicado, como em sua declaração de princípios: *“La Unión Demócrata Independiente postula una economía abierta a la competencia interna y externa, donde el mercado sea el asignador preferente –aunque no absoluto- de los recursos productivos, todo ello dentro de un marco de adecuada defensa de los productores nacionales”*. (Partido UDI, s/d) Ainda que haja o princípio de defesa da indústria nacional, a crença na regulamentação do mercado pelo próprio mercado é um dos pontos básicos do argumento em prol da liberalização comercial.

O “Renovación Nacional” é o partido que se mostra mais inclinado à abertura de mercados e à implementação de políticas de cunho neoliberal. Segundo eles, *“la eliminación de las barreras que entraban el comercio mundial y el rechazo de las medidas proteccionistas como subsidios y acciones anti-dumping, debe ser el eje central de nuestra labor externa tanto en el plano bilateral como multilateral”*. (Partido RN, 2005). Ademais, o partido clama pela liberalização do comércio mundial, que se vê “travado” pelas barreiras tarifárias, com a perspectiva do Chile participar deste processo de abertura global. Neste sentido, argumentam que: *“(…) el modelo de desarrollo nacional demanda nuestra participación activa en los organismos internacionales económicos y, en particular, en la Organización Mundial de Comercio a fin de obtener una real liberalización del comercio internacional en sus respectivas rondas de negociaciones comerciales multilaterales y potenciándola con una adecuada coordinación con los países latinoamericanos”*. (Partido RN, 2005).

A Tabela XIII mostra os dados referentes ao posicionamento dos partidos políticos chilenos no que tange ao tema da liberalização comercial. Os dois partidos assinalados como sendo contrários a tais políticas são o “Comunista” e o “Humanista”, conforme supra-explanado. É interessante contrastar tais dados com os relativos à Argentina, onde apenas 25% dos partidos foram classificados como “a favor”. Além do mais, não há nos partidos chilenos a argumentação de que apóia tais medidas, “dependendo do modelo” a ser aplicado. Isto se deve, provavelmente, ao fato do Chile possuir muito mais claramente que *tipo* de modelo é este (o mesmo aplicado há mais de 25 anos no país), havendo a discussão de se o mesmo deve continuar sendo aplicado ou não.

Tabela XIII. Chile - Liberalização comercial – QRP ≥ 1

	A favor	Depende do modelo	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	-	-	-	-	0
Esquerda	1	-	1	-	-	-	2
Centro-esquerda	2	-	-	-	-	-	2
Centro	1*	-	-	-	-	1	2
Centro-direita	1	-	-	-	-	-	1
Direita	1	-	-	-	-	-	1

Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	6 (75%)	0 (0,0%)	1 (12,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (12,5%)	8

Organização: Bruno Miquelino da Silva

* O partido DEMÓCRATA CRISTIANO não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

3.b.6. MERCOSUL

Atualmente o Chile encontra-se presente no Mercosul como estado associado, mesmo status que possui na Comunidade Andina de Nações. Contudo, em ambos os casos, o país não desfruta das benesses da integração, o que faz com que o Chile não seja membro ativo de nenhum bloco de cooperação regional. Isto pode ser explicado pelo privilégio dado à abertura comercial sobre as relações com as nações vizinhas, ao longo da história econômica chilena. O Chile chegou a demonstrar intenções de integrar-se como membro pleno do bloco quando Ricardo Lagos assumiu a presidência em 2000, porém o mesmo surpreendeu aos governos de Brasil e Argentina anunciando a decisão de se incorporar ao NAFTA, ao invés⁴⁴. Seu argumento era o de que para entrar no acordo sul-americano, era necessário que este incorporasse uma fórmula distinta que aceitasse as políticas de abertura de mercado chilenas – ou seja, passasse por um processo de liberalização comercial⁴⁵.

Esta dicotomia entre o MERCOSUL e às relações com os EUA – que em termos de integração regional significam o apoio à ALCA e a adesão ao NAFTA – expressam-se mais nitidamente no discurso dos partidos políticos chilenos. Apesar de haver uma grande adesão dos partidos ao MERCOSUL, há tendências contraditórias internamente, que não podem ser explicadas pelo fator ideológico – como na Argentina. A “esquerda” chilena, por exemplo, mostra-se plenamente a favor do MERCOSUL. O “Partido Comunista” levanta a importância do MERCOSUL para eles, enfatizando que o “*Chile debe integrarse al MERCOSUR y propiciar la convergencia con el PACTO ANDINO*”. (Partido Comunista de Chile, 2001) Já o “Partido Socialista” de Michelle Bachelet ressalta que “*el multilateralismo es un compromiso estratégico de la política exterior chilena en el plano subregional (Mercosur), regional (Grupo de Río, OEA) y especialmente global (ONU, OMC)*” (Partido Socialista de Chile, 2005). Interessante apontar que apenas o MERCOSUR

⁴⁴ Fonte: < <http://www2.mre.gov.br/xixmercopol/imprensa%20nacional/jb1205-a.htm> >. Última visita: 25/10/2007.

⁴⁵ *Primera Línea*, “Chile quiere un Mercosur comprometido con la liberalización”. Disponível online em: < http://www.primeralinea.cl/p4_plinea/site/20001110/pags/19800101130745.html >. Última visita: 25/10/2007.

é mencionado no plano sub-regional, deixando de lado a Comunidade Andina. Da mesma forma, o NAFTA não é citado no âmbito regional.

O mesmo “Partido Socialista”, no entanto, aponta o emprego de esforços na Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Em suas palavras, *“desde comienzos de la presente década, la prioridad negociadora de Chile se concentró en los tratados de libre comercio con Estados Unidos, la Unión Europea, EFTA, Corea y Oceanía. Simultáneamente, **hemos trabajado y tenido presencia en todas las iniciativas comerciales ALCA, APEC y OMC**”*. (Partido Socialista de Chile, 2005; grifo meu) Esta dupla adesão é algo latente na política chilena, que se vê num jogo dual entre a aquiescência aos EUA e a integração com a região.

Este jogo dual, na visão dos partidos políticos, ora pende para o lado do MERCOSUL, ora para o lado norte-americano. O “Partido Por la Democracia”, por exemplo, na resposta dada ao questionário afirma que o fortalecimento do MERCOSUL não é desejável para a nação chilena, uma vez que este não é importante para o país. (Anexo VIII: 1) O partido não chega a dar suas razões para tal fato, porém é importante lembrar que o fundador do partido é o ex-presidente Ricardo Lagos, que trocou o MERCOSUL pelo NAFTA, conforme já supra-mencionado. É interessante apontar, também, que o PPD é um partido classificado como sendo de “centro-esquerda”, que nasceu na oposição ao general Pinochet. Isto mostra que intenções de cooperação comercial mais pró-norte-americanas não se encontram apenas na “direita” do espectro ideológico chileno, mas espalham-se ao longo do *continuum ideológico*.

O “Renovación Nacional”, por sua vez, mostra-se a favor do aprofundamento das relações com os países vizinhos, incluindo aí o próprio MERCOSUL, segundo assinalado no questionário (Anexo VIII: 2). No entanto, esta integração regional é muito mais calcada nas relações bilaterais e na construção de alianças horizontais (junto do setor privado) com os países sul-americanos, do que com o investimento em blocos regionais junto dos mesmos. Ademais, este relacionamento deve ser efetuado sob o signo do modelo econômico chileno, conforme salienta o partido: *“Renovación Nacional reconoce la prioridad que nuestra política exterior debe otorgar a nuestras relaciones vecinales, que **sin renunciar a nuestro modelo de desarrollo**, sea capaz de generar alianzas y una mayor integración con los países limítrofes”*. (Partido RN, 2005; grifo meu). No que tange à cooperação econômica *per se*, o RN mostra-se muito mais favorável à ALCA do que ao Mercosul. Este bloco sequer é citado em seu programa de 119 páginas. Já em relação ao outro, o partido reforça que *“Favorecemos la negociación de una Zona de Libre Comercio*

en las Américas (ALCA). La similitud de modelos económicos y el vigente Tratado de Libre Comercio constituyen las bases para promover en la región el referido Acuerdo, que potencia a la región como un interlocutor potente frente a la Unión Europea y a un eventual acuerdo entre las economías de Asia”. (Partido RN, 2005)

Desta forma, o “Renovación Nacional” foi classificado como sendo “a favor do MERCOSUL, porém privilegiando a ALCA”, na Tabela XIV, que traz as intenções dos partidos em relação ao MERCOSUL. O partido assinalado como sendo contrário ao bloco é o “Partido Por la Democracia”, por motivos já supra-explanados. Por fim, tanto o “Partido Demócrata Cristiano” como a “Unión Demócrata Independiente” não possuem programa, porém suas respostas advieram do questionário aplicado, tendo ambos sido assinalados como tal.

Tabela XIV. Chile – Mercosul – QRP ≥ 1

	A favor	A favor, porém privilegia a ALCA	Contra	Não se posiciona	Não possui PE	Não possui website/ programa	Total
Extrema esquerda	-	-	-	-	-	-	0
Esquerda	2	-	-	-	-	-	2
Centro- esquerda	1	-	1	-	-	-	2
Centro	1*	-	-	-	-	1	2
Centro- direita	1**	-	-	-	-	-	1
Direita	-	1	-	-	-	-	1
Extrema direita	-	-	-	-	-	-	0
Total	5 (62,5%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (12,5%)	8

Organização: Bruno Miquelino da Silva

* O partido DEMÓCRATA CRISTIANO não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

** O partido UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE não se posiciona em temas de Política Externa, porém por meio da resposta dada ao questionário foi possível depreender sua posição.

4. Conclusão.

A leitura geral dos dados relativos aos dois países nos revela importantes questões. Primeiramente, a quantidade de partidos políticos que se posicionam, analisam, discorrem e ponderam em temas de Política Externa nos dois países é considerável. Na Argentina, dos 26 partidos analisados, 2 não apresentam website (CONFEDERACIÓN LABORISTA e CONSERVADOR POPULAR) e 4 não apresentam programa de atuação em seu website (AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA, DEMÓCRATA PROGRESISTA, FRENTE PARA LA VICTORIA e PARTIDO FEDERAL), não chegando a posicionar-se explicitamente em determinados temas. Contudo, estes mesmos partidos responderam ao questionário aplicado, além de possuírem secretarias especializadas na área de Relações Internacionais, o que demonstra um interesse relativo pelo tema. Já no Chile, dos 8 partidos estudados, apenas um (PARTIDO RADICAL SOCIAL DEMÓCRATA) não possui website, enquanto 2 (PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO e UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE) não apresentam posicionamento em temas de Política Externa. No entanto, assim como no caso argentino, ambos os partidos mencionados responderam ao questionário aplicado, demonstrando e assinalando seu interesse pelos temas em questão.

É importante sublinhar que o resultado da coleta de dados não tem por objetivo demonstrar a relevância dos partidos políticos na formulação / implementação da Política Externa nos referidos países. Ele vem, pois sim, reforçar a **relevância da Política Externa para os partidos**, bem como o interesse e disposição política dos mesmos. Isto se mostra na resposta dada à terceira questão do questionário aplicado: “¿Cuál es lo grado de importancia de la Política Exterior para el Partido “x”?” (Anexo V e VI). Dos 5 partidos argentinos que enviaram respostas ao questionário, **todos** assinalaram como a Política Externa sendo “muito importante” para o partido. No caso chileno, apenas o PARTIDO POR LA DEMOCRACIA assinalou como sendo “importante”, ao invés de “muito importante”. A combinação destes dados com os números de partidos com posicionamento em temas de Política Externa revela o grau de interesse e da importância desta questão para os partidos de ambos os países.

Ainda no que se refere à resposta dada pelos partidos ao questionário aplicado, a questão de número 4 (¿Cuáles son los mecanismos de aplicación de la Política Exterior utilizados por el Partido Humanista?) traz à luz pontos interessantes. No caso argentino, todos os 5 países que responderam ao questionário assinalaram além de outras formas, a atuação frente à Câmara dos Deputados. O preenchimento da base de dados com as

votações dos deputados argentinos em temas de Política Externa mostrará em que medida essa influência assinalada pelos partidos argentinos faz-se importante ou não.

Já no que tange aos dados concernentes aos programas partidários, pôde-se encontrar convergências e divergências em relação aos dois países estudados. No que tange às relações com o Brasil, por exemplo, os partidos argentinos apresentam uma postura de maior cooperação econômico-política, enquanto os chilenos mantêm seu discurso no âmbito comercial. Isto pode ser explicado pelo próprio histórico de relações dos países estudados com o Brasil, bem como pelo fato do Chile não ser membro pleno do MERCOSUL. No tocante às relações com os EUA, a lógica se inverte, tendo o Chile um histórico de maior proximidade econômico-política do que a Argentina. O que se vê nos resultados é, então, um Chile muito mais pró-EUA, da esquerda à direita do *continuum ideológico*, do que a Argentina, que possui interesses nas relações com os norte-americanos, porém não com o mesmo grau de intensidade e complementaridade políticas.

Quando se discute acerca da liberalização comercial, é possível verificar-se uma grande divergência entre ambos os países. O Chile emprega um modelo de economia neoliberal há décadas, o que acabou por arraigá-lo na sociedade. A Argentina, por outro lado, viveu uma experiência nefasta de abertura de mercado no governo Menem, que levou a uma crise profunda e à virtual destruição de sua indústria nacional. Esta diferença histórica se revela na argumentação dos partidos em relação ao tema. Na Argentina se discute se a aplicação de políticas de liberalização comercial é sadia à economia, bem como qual modelo é o melhor. Isto, porém, concentrado na direita e no centro do espectro ideológico, uma vez que a esquerda rechaça tais medidas. No Chile, por outro lado, é praticamente unânime que tais políticas são benéficas ao país, ao longo de todo o espectro ideológico.

Por fim, os dados referentes ao MERCOSUL são os que mais revelam acerca do posicionamento dos partidos no que tange à integração regional. É importante apontar, antes, que tanto na Argentina como no Chile, é recorrente no discurso partidário a “integração entre os povos latino-americanos”, sob diferentes signos e alcunhas, mas de forma retórica sempre presente. Já no que se refere ao bloco especificamente, há diferentes posturas em relação aos dois países. O Chile apresenta-se um discurso muito mais distante do MERCOSUL, chegando ao ponto da direita chilena dedicar mais atenção à ALCA do que ao bloco sul-americano. Na Argentina, por sua vez, o MERCOSUL é tema muito mais recorrente e de defesa muito mais acalorada. É possível perceber o rechaço de certos partidos à estrutura organizacional do bloco, advogando assim reformas, porém a **finalidade** do mesmo não é posta em xeque.

Ainda no que tange à integração regional, por meio dos dados de ambos os países é possível responder à indagação de Fabiano Santos: “*seria mera coincidência a postura pró-integração dos governos eleitos recentemente de inclinação esquerdista?*” (Santos, 2006: 2). A conclusão do autor é que **não** seria uma mera coincidência, e que os partidos de cunho esquerdista são mais favoráveis à integração, na medida em que:

“Forças de centro-direita sustentariam uma integração de cunho comercial, no marco de uma reversão forte de apoios societais a projetos neoliberais encampados durante a década de 90. Sustentariam ainda, a redução da intervenção do Estado na economia (noção de Estado-mínimo), num contexto em que a integração depende de investimentos estatais, particularmente na área de infra-estrutura. No espectro oposto, para governos de centro-esquerda a integração regional teria um cunho desenvolvimentista, de apoio à intervenção estatal como indutor da interdependência, especialmente da integração física e energética, além de uma visão não-comercial (societal e político-estratégica) dos esforços integrativos regionais.” (Onuki & Oliveira, 2006: 3)

Confrontando a tese de Santos com os dados levantados, é possível notar uma relativa incongruência entre a esquerda de ambos os países e o projeto de integração pronunciado. Na Argentina, a defesa aplicada ao MERCOSUL concentra-se no centro do *continuum ideológico*, abarcando os lados próximos ao ponto central (centro-esquerda e centro-direita). Importante frisar que esta defesa abrange tanto a questão econômica quanto à política do processo de integração. No entanto, ao se movimentar para a esquerda do *continuum*, encontram-se partidos mais críticos ao bloco e ao próprio processo de integração, tanto em termos econômicos quanto políticos. Estes são os partidos que propugnam reformas ao bloco. Já no caso chileno, a esquerda apresenta-se pró-MERCOSUL, porém apenas no que tange à questão econômica do bloco. Ademais, esta mesma esquerda advoga a construção e o fortalecimento da ALCA, lado a lado com o bloco sul-americano. Deste modo, temos a centro-esquerda argentina pró-MERCOSUL (econômica e politicamente), enquanto sua centro-direita encontra-se pró-MERCOSUL (economicamente) e pró-ALCA (politicamente). Já no Chile, vemos uma centro-esquerda pró-MERCOSUL (economicamente) e pró-ALCA (politicamente), enquanto sua centro-direita posiciona-se pró-ALCA (econômica e politicamente).

O que se revela, assim, é que dois fatores **atuam ao mesmo tempo** na decisão do posicionamento dos partidos políticos latino-americanos no que tange **ao tipo de**

integração regional propugnado: o histórico da integração no país (integração econômica) e o posicionamento do partido ao longo do continuum ideológico (integração política). O primeiro refere-se à lógica econômico-empresarial já presente no país. Aqueles cujos setores industrial e/ou agropecuário encontram-se interligados com os EUA (i.e. Chile e México) tendem a optar por serem mais pró-integração com a potência, aumentando a intensidade da mesma ao longo do continuum ideológico, da esquerda para a direita. Por outro lado, aqueles cujo setor comercial interno não possui tais vínculos – ou ao menos, não de forma tão intensa – tendem a possuir uma postura mais a favor da integração com os países do bloco regional (é o caso da relação argentino-brasileira), ao longo do continuum ideológico, porém com maior **intensidade política** no centro, do que nas pontas. No fundo, **os partidos tendem a defender uma integração com os países que complementam sua economia**, seja EUA ou outros em desenvolvimento, adquirindo índices mais elevados de integração política na esquerda ou na direita, **caso esta postura se coadune com sua ideologia**.

Referências bibliográficas

ALLENDE GOSSENS, Salvador. (1972). *Discurso en la Asamblea General de las Naciones Unidas*. Disponível online em: < <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0000545.pdf> >. Última visita: 06/11/2007.

AGOZINO, Adalberto C. (s/d). *El estilo político de la Unión Cívica Radical en la Argentina 1890 – 1930*. Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina, Buenos Aires. Disponível online em: < <http://www.monografias.com/trabajos16/union-civica-radical/union-civica-radical.shtml#f> >. Última visita em: 08/10/2007.

BAIA, Paulo. (2007). *Brasil e Argentina: da competição à cooperação no quadro do Mercosul*. No prelo.

BORGES, Jorge Luís. (1984). “O Simulacro”. *O fazedor*, DIFEL, São Paulo.

DRAKE, Paul W. (1984). “La Misión Kemmerer a Chile: consejeros norteamericanos, estabilización y endeudamiento, 1925-1931”. *Cuadernos de Historia*. Departamento de Ciências Históricas. Universidad de Chile. Disponível online em: < <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0016881.pdf> >. Última visita: 30/10/2007.

EICHENGREEN, Barry. (2002). *A globalização do capital – uma história do sistema monetário internacional*. Editora 34, São Paulo.

ESCUDE, Carlos & CISNEROS, Andrés. (2000). Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas. CARI-CEPE, Buenos Aires. Disponível online em: < http://www.argentina-ree.com/home_nueva.htm >. Última visita em: 08/10/2007.

ESCUDE, Laura. (2003). “Argentina”. ALCÁNTARA, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. *Partidos políticos de América Latina – Cono Sur*. Cidade do México: Instituto Federal Electoral.

FORD, A. G. (1958). “Capital Exports and Growth for Argentina, 1880-1914” in *The Economic Journal*, Vol. 68, No. 271, pp. 589-593

MALAMUD, Andrés. (2002). “El Bipartidismo Argentino: Evidencias y Razones de una Persistencia (1983-2003)”. *Colección*, Ano X. Nº 15.

MICHAELS, Albert L. (1976). “The Alliance for Progress and Chile's ‘Revolution in Liberty,’ 1964-1970”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 18, No. 1, pp. 74-99.

MILNER, Helen V. & JUDKINS, Benjamin. (2004). “Partisanship, Trade Policy, and Globalization: Is There a Left–Right Divide on Trade Policy?”. *International Studies Quarterly*, Nº48, pp. 95–119.

NOCERA, Raffaele. (2005). “Ruptura con el eje y alineamiento con Estados Unidos: Chile durante la Segunda Guerra Mundial”. *Historia (Santiago)*, vol.38, no.2, p.397-444. Disponível online em: < http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-71942005000200006&script=sci_arttext >. Última visita: 30/10/2007.

O'DONNELL, Guillermo. (1982). *El Estado Burocrático Autoritário*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.

ONUKE, Janina (2002). *As Mudanças da Política Externa Argentina no Governo Menem (1989-1999)*. Tese de Doutorado. Capítulo 2.

ONUKE, Janina & OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. (2006). “Eleições, política externa e integração regional”. *Revista de Sociologia e Política*, Nº 27. Curitiba: UFPR, novembro. No prelo.

PARTIDO ARI, Afirmación para una República Igualitaria (2006). *Objetivos y contradicciones de la política exterior del Gobierno del Presidente Kirchner*. Disponível online em: < http://www.ari.org.ar/informes/Informe_PPEE_Kirchner_2005.doc >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO AR, Acción por la República. (s/d). *Bases de Acción Política*. Disponível online em: < <http://www.ar->

partido.com.ar/html/identidad.php?opcion=docs_partidarios&accion=ver&id=4 >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO AR, Acción por la República. (2004). *El modelo chileno es apropiado para Argentina y cualquier país emergente*. Disponible online em: < <http://www.ar-partido.com.ar/html/index.php?opcion=noticia&id=181> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO AYL, Autodeterminación Y Libertad. (2004). *El Mercosur y la integración regional*. Disponible online em: < <http://www.ayl.org.ar/masinfo.php?id=328&lang=1> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO COMUNISTA de Argentina. (2006). *La mentira como principio de política exterior de Estados Unidos hacia América Latina*. Disponible online em: < <http://www.pca.org.ar/> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO COMUNISTA de Chile. (2001). *Programa del Partido Comunista del Chile*. Disponible online em: < http://www.pcchile.cl//index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=51 >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO CP, Corriente Práxis. (2006). *Brasil: Primer Seminario Internacional del PSOL*. Disponible online em: < http://www.corrientepraxis.org.ar/spip.php?article88&var_recherche=brasil >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO DC, Demócrata Cristiano. (2002). *Posiciones y Propuestas de la D.C.* Disponible online em: < <http://dc.org.ar/archivos/posiciones%20y%20propuestas.pdf> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO MID, Movimiento de Integración y Desarrollo. (s/d). *Plataforma electoral completa*. Disponible online em: < <http://www.mid.org.ar/propuesta/Plataforma%20electoral%20completa.doc> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO MLS, Movimiento Libres del Sur. (s/d). *Programa político completo*. Disponible online em: < <http://www.libresdelsur.org.ar/programa.php3> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO HUMANISTA de Argentina. (s/d). *Bases políticas*. Disponible online em: < <http://www.partidohumanista.deargentina.org/> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO HUMANISTA de Chile. (s/d). *Bases de Acción política*. Disponible online em: <

http://www.partidohumanista.cl/index.php?option=com_content&task=view&id=8&Itemid=13 >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO HUMANISTA de Chile. (s/d). *Declaración de Principios*. Disponible online em: <

http://www.partidohumanista.cl/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=13 >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO INTRANSIGENTE. (1975). *Aportes para um proyecto nacional*. Disponible online em: < <http://www.pi.org.ar/home.html> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO JUSTICIALISTA. (s/d). *Bases políticas*. Disponible online em: < <http://www.pj.org.ar/> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO PD, Por la Democracia. (1993). *Declaración de Principios*. Disponible online em: < <http://www.ppd.cl/documentos/DeclaracionPrincipios.pdf> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO OBRERO. (s/d). *Del ALBA al MERCOSUR*. Disponible online em: < <http://www.po.org.ar/po/2006/po950/po950119.htm> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO OBRERO. (1997). *Acuerdo tripartito para entregar las Malvinas*. Disponible online em: < <http://www.po.org.ar/po/po527/acuerdo.htm> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO RN, Renovación Nacional. (2005). *Programa de Gobierno*. Disponible online em: < <http://www.rn.cl/programadegobierno.pdf> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO SOCIALISTA de Argentina. (2002). *Programa Socialista*. Disponible online em: < <http://www.partidosocialista.org.ar/propuesta.htm> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO SOCIALISTA de Chile. (2006). *Programa de Gobierno – Michelle Bachelet*. Disponible online em: < <http://www.pschile.cl/upload/documentos/96428programa-de-gobierno-m-b.pdf> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO SA, Socialista Auténtico. (2005). *Campana de Afiliación*. Disponible online em: < <http://www.psa.org.ar/campana-de-afiliacion> >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO TS, Trabajadores Socialistas. (2006). *La reunión del Mercosur y la "integración" latinoamericana*. Disponible online em: < http://www.ft-ci.org/article.php3?id_article=341&var_recherche=mercosur >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO TS, Trabajadores Socialistas. (2007). *A 25 años de la Guerra de Malvinas*. Disponible online em: < http://www.pts.org.ar/spip.php?page=article_pdf&id_article=6533 >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO UCR, Unión Cívica Radical. (2004). *Documento Base*. Disponible online em: < http://www.ucr.org.ar/archivos/Documento_Base.pdf >. Última visita em: 15/10/2007.

PARTIDO UDI, Unión Demócrata Independiente. (s/d). *Declaración de Principios*. Disponible online em: < <http://www.udi.cl/juventud/imagen/descargas/UDI%20DECLARACION%20DE%20PRINCIPIOS%20.doc> >. Última visita em: 15/10/2007.

PERÓN, Juan Domingos. (1973). *Mensaje a la IV Conferencia de Países No Alineados*. Disponible online em: < http://www.paralavictoria.com.ar/discursos/peron/13_9_73.htm >. Última visita em: 10/10/2007.

PRO, Partido Recrear para el Crecimiento. (s/d). *Propuestas de Gobierno*. Disponible online em: < http://www.recrear.org.ar/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=16&Itemid=34 >. Última visita em: 15/10/2007.

RAPOPORT, Mario, *et al.* (2000). *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi.

RAZOUX, Pierre. (2002). “La guerra de las Malvinas”. *ISTOR – Revista de Historia*. CIDE, Santa Fé, México.

RUSSEL, Roberto & TOKATLIAN, Juan Gabriel. (2003). *El lugar de Brasil en la política exterior argentina*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.

SANTOS, Fabiano (2006). “Integração Regional e as Eleições Presidências de 2006 no Brasil”. *Análise de Conjuntura OPSA*, nº 2. Rio: IUPERJ, Fevereiro. Disponible online: [http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Integracao_Regional_e_as_eleicoes_presidenciais_de_2006_no_Brasil.pdf]. Consulta em: 14/04/07.

SOTOMAYOR, Carlos Martínez. (1998). *Las perspectivas de las Relaciones Internacionales de Chile en su bicentenario*. Exposición en la Universidad Católica de la Santísima Concepción. Disponible online em: < <http://www.uchile.cl/instituto/anales/1998/est4.html> >. Última visita: 06/11/2007.

TRONCOSO, Oscar A. (1976) “La revolución del 4 de junio de 1943”. *Historia integral argentina; El peronismo en el poder*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

VERDEJO, Inés Picazo. (2003). "Chile". ALCÁNTARA, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. *Partidos políticos de América Latina – Cono Sur*. Cidade do México: Instituto Federal Electoral.

WILHELMY, Manfred & DURAN, Roberto. (2003). Los principales rasgos de la política exterior chilena entre 1973 y el 2000. *Rev. cienc. polít. (Santiago)*, vol.23, no.2, p.273-286. Disponível online em: < http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2003000200014&script=sci_arttext >. Última visita: 06/11/2007.

ZABLOTSKY, Edgardo Enrique. (1992). *La ley de sufragio universal, secreto y obligatorio – su efecto sobre la política económica argentina*. C.E.M.A, Buenos Aires. Disponível online em: < <http://www.cema.edu.ar/~eez/Publicaciones/LaLeydeSufragioUniversalSecretoyObligatorio/> > Última visita em: 08/10/2007.

ANEXO I - Política Externa e Partidos políticos na Argentina

Nome / Sigla:

Site:

Tamanho da PE

QRP:

Resumo das diretrizes de PE:

Nome / Sigla: Acción por la República (AR)

Site: <http://www.ar-partido.com.ar/html/index.php>

Tamanho da PE: 4 parágrafos

QRP: 3

Resumo das diretrizes de PE: Política externa “independente, solidária e participativa”. Ênfase na cooperação com “todos os países do mundo”, em especial com aqueles da região e com o MERCOSUL. “A PE deve ser um instrumento que permita o relacionamento do país em termos de igualdade com o resto das nações.” Adesão à paz, aos Direitos Humanos, e aos mecanismos de cooperação do Direito Internacional. Busca de uma solução pacífica para a recuperação das Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, bem como sua soberania no território.

Nome / Sigla: AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)

Site: <http://www.ari.org.ar/home.htm>

Tamanho da PE: PE não explícita

QRP: 7

Resumo das diretrizes de PE: O partido não apresenta nenhum programa de atuação política em seu site. Contudo, as respostas dadas pelo partido ao questionário, bem como a análise efetuada pelo mesmo da PE do governo Kirchner, permitem compreender os princípios que orientam o partido no que tange a temas de Política Externa. Na questão relativa à integração sul-americana, o partido crê que o fortalecimento do Mercosul é desejável para a nação argentina. Da mesma forma, a extensão das relações com os países vizinhos, Brasil e Chile, são benéficas para a Argentina, na visão do ARI. No que confere às políticas de abertura de mercado, o mesmo acredita que estas são vantajosas, dependendo do tipo de abertura econômica. Por fim, o partido crê que, em relação à questão das Malvinas, o país deve reafirmar sua soberania nacional sobre a totalidade do território argentino, recorrendo assim a todos os meios legítimos e pacíficos para a recuperação das Malvinas e das Ilhas do Atlântico Sul.

Nome / Sigla: AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)

Site: <http://www.ayl.org.ar/bases.php>

Tamanho da PE: PE não explícita

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Partido de extrema-esquerda, de cunho anarquista, que tem como princípios norteadores a horizontalização do poder, e a alteração do sistema. A PE, assim, adquire uma relevância menor, uma vez que a mesma reflete a estrutura do sistema capitalista, rechaçado pelo partido. Sua ideologia é, assim, de anti-globalização e de integração da classe trabalhadora oprimida nas nações latino-americanas.

Nome / Sigla: COMUNISTA (PCA)

Site: <http://www.pca.org.ar/>

Tamanho da PE: PE não explícita

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Partido anti-capitalista, que se posiciona contra qualquer diálogo com os EUA, e contra o MERCOSUL, por este atender aos interesses das “empresas transnacionais”. A integração sul-americana que advogam é a dos povos, de cunho bolivariana e zapatista, rechaçando qualquer outra forma de integração que beneficie o *status quo* capitalista.

Nome / Sigla: CONFEDERACIÓN LABORISTA

Site: Não possui

Tamanho da PE: Não possui PE.

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

Nome / Sigla: CONSERVADOR POPULAR (PCP)

Site: Não possui

Tamanho da PE: Não possui PE.

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

Nome / Sigla: CORRIENTE PRÁXIS

Site: <http://www.corrientepraxis.org.ar/>

Tamanho da PE: PE não explícita

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Dada sua ideologia de esquerda, socialista, o partido apóia movimentos sociais internacionais e não se posiciona de forma explícita quanto à Política Externa. Contudo, apresenta sua opinião em diversos temas concernentes ao plano internacional. São plenamente contra os EUA, à OMC, ao FMI, a ALCA, e quaisquer outras agências e organismos que possam perpetrar a ideologia neoliberal norte-americana. Vêem o Chile como um país subserviente à influência americana, colocando-se contra esta postura do país vizinho. Por outro lado, no que tange ao MERCOSUL e as relações com o Brasil, posicionam-se a favor, visto que o bloco e a liderança regional brasileira apresentam-se como instrumentos capazes de combater a influência norte-americana na região. Contudo, no tocante ao MERCOSUL, devido ao período de “apogeu do neoliberalismo” em que ele surgiu, advogam que certas mudanças devem ser efetuadas. Já no que concerne à Guerra das Malvinas, não tomam nenhuma posição oficial.

Nome / Sigla: DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)

Site: <http://www.dc.org.ar/index1.htm>

Tamanho da PE: Um dos itens do quadro de posições e propostas.

QRP: 1

Resumo das diretrizes de PE: Partido que possui um longo quadro de princípios e propostas, no que tange ao cenário internacional. Assume a inexorabilidade da chamada “globalização”, que tem como um dos seus efeitos a interdependência das nações. A Argentina deve, assim, abrir-se sob a égide da Carta das Nações Unidas. Ademais, partindo dos princípios da Igreja Católica Apostólica Romana, o Partido Demócrata

Cristiano (PDC) posiciona-se a favor da paz e da autodeterminação dos povos, por meio de instituições vinculadas a ONU.

Contudo, o Partido não advoga os princípios neoliberais de “abertura de mercados”, uma vez que os mesmos provocam “o empobrecimento e a agudização da brecha entre os pobres e ricos”. Requer assim, o surgimento de um “novo modelo socioeconômico”, que seja capaz de conciliar uma economia forte com uma distribuição de renda mais equitativa.

No que tange à integração latino-americana, o Partido coloca-a como um “objetivo imprescindível do projeto histórico democrata cristão”. A integração com os países da região, tais como o Chile e o Brasil, são parte do projeto do Partido, uma vez que a América Latina é “uma mesma comunidade de destino, valores e origens”. O MERCOSUL, configura-se, assim, como a “expressão dinâmica” desse processo, sendo cada vez mais importante aprofundá-lo e ampliá-lo.

Nome / Sigla: DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)

Site: <http://www.demoprogresista.org.ar/>

Tamanho da PE: Não possui PE.

QRP: 7

Resumo das diretrizes de PE: Não possui nada acerca de PE em seu programa.

Nome / Sigla: FRENTE PARA LA VICTORIA

Site: <http://www.frenteparalavictoria.org/>

Tamanho da PE: 1 parágrafo.

QRP: 29

Resumo das diretrizes de PE: O partido apresenta um parágrafo bem amplo acerca de Política Externa em seu programa. Contudo, por meio das respostas dados ao questionário aplicado, é possível compreender sua posição nos temas. Acreditam que Argentina deve estar orientada à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo o Chile e o Brasil. Em relação aos EUA, o mesmo pode ser dito, frisando apenas, que o partido não clama por “relações especiais” com tal país.

No que tange à integração regional, o partido crê que o fortalecimento do Mercosul é benéfico para a nação argentina. Advogam, assim, seu aprofundamento e ampliação, uma vez que a América Latina deve integrar-se em prol de seus “valores comuns”. O MERCOSUL é, assim, um instrumento imprescindível para alcançar a união latino-americana.

Em relação à questão das Malvinas, crê que o país deve reafirmar sua soberania nacional sobre a totalidade do território argentino, recorrendo assim a todos os meios legítimos e pacíficos para a recuperação das Malvinas e das Ilhas do Atlântico Sul. Por fim, acredita que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para a economia argentina.

Nome / Sigla: FRENTE MOVIMIENTO POPULAR

Site: <http://www.frentepopular.org/>

Tamanho da PE: Não possui PE.

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: O partido não apresenta um programa específico de trabalho, porém é possível, através da plataforma eleitoral do partido, compreender qual é o princípio que orienta suas propostas no que diz respeito ao Mercosul. Deste modo, o partido assegura que “reorientará as políticas sobre o Mercosul, propiciando um mercado regional que seja o ‘Mercosul dos povos’, com livre circulação de bens,

serviços e pessoas com homogeneidade de suas profissões para que deixe de ser apenas o Mercosul de alguns poucos comerciantes”.

Nome / Sigla: MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)

Site: <http://www.mas.org.ar/>

Tamanho da PE: PE não explícita.

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Partido de tendência anarco-trotskista, que tem uma postura anti-capitalista e antiimperialista. Não apresenta programa partidário, porém pelo discurso político é possível depreender como o partido se posiciona em determinados temas de política externa. No que tange às relações com os EUA, e às políticas de abertura de mercados, o partido coloca-se radicalmente contra, uma vez que os mesmos configuram-se como “imperialistas”. O mesmo é possível ser dito da OMC, FMI, ALCA, e MERCOSUL, estando este último a favor das grandes empresas capitalistas. Ademais, vê tanto o Brasil como o Chile como países subservientes aos EUA. No entanto, o partido promulga a integração dos povos oprimidos latino-americanos, fora do sistema capitalista que os oprime e subjuga. O partido não se posiciona em relação às Malvinas.

Nome / Sigla: MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)

Site: <http://www.mid.org.ar/>

Tamanho da PE: 3 páginas.

QRP: 7

Resumo das diretrizes de PE: Partido com extensas propostas no campo externo, tanto de políticas comerciais, quanto de relações políticas. No âmbito comercial, o partido prega o fortalecimento do mercado interno, bem como a estabilidade no setor externo. Ademais, a defesa dos interesses argentinos deve ser efetuada por meio de diversas instâncias comerciais, como a OMC e o próprio Mercosul. No que tange às políticas ambientais no âmbito das relações exteriores, o partido clama vigência com firmeza do Protocolo de Kyoto. Por outro lado, rechaça a utilização inadequada destes compromissos, em especial no que tange à produção argentina de transgênicos e da exploração pesqueira do mar territorial.

No que concerne à Política Externa propriamente dita, o partido a tem como forma da busca pelo desenvolvimento, retomando assim a linha independentista de outrora. Desta forma, o partido crê que a PE deva ser uma forma de inserção argentina no plano internacional, agora diferenciado do período independentista da História da PEA. Ambas as coisas (desenvolvimento e inserção) estariam relacionadas, então, uma que vez uma estratégia correta de inserção é capaz de reverter capital estrangeiro para o país.

Partindo da premissa independentista, o partido postula o “princípio de não-ingêrência nos assuntos internos de outros Estados”. Ao mesmo tempo, para garantir a ordem internacional, o partido clama pelo fortalecimento do sistema-ONU, buscando incluir uma maior participação dos países periféricos. Uma maior presença, bem com ações comuns entre os países latino-americanos, é outro fator essencial para os interesses nacionais argentinos, segundo o partido. Da mesma forma, o MERCOSUL possui prioridade estratégica para o partido, procurando-o revitalizá-lo e reforçá-lo, uma vez que o bloco é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento de todos os países que o integram. Em contrapartida, a ALCA é inaceitável para o partido, visto que o MERCOSUL é capaz de compensar a desvantagem econômica que a Argentina possui perante os EUA.

No que tange às relações bilaterais, o partido prega a manutenção de boas relações com todos, em especial com seus vizinhos. Quanto aos EUA, o vínculo deve ser mantido, desde que o mesmo implique em respeito recíproco e independência, não subordinação. Já na questão das Ilhas Malvinas, o partido crê na superação do atual cenário, por meio da ratificação da recuperação das Ilhas de modo pacífico, do princípio de respeito aos interesses (mas não seus desejos) dos habitantes das Ilhas, além da modificação do critério de concessões unilaterais, efetuado sem a obtenção de contrapartida.

Nome / Sigla: MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR

Site: <http://www.libresdelsur.org.ar/index.php>

Tamanho da PE: 8 itens.

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Em virtude de sua ideologia de esquerda, anti-capitalista e bolivariana, o partido opõem-se ao governo Bush – bem como às práticas imperialistas norte-americanas –, à OMC, ao FMI e à ALCA, considerando-os instrumentos de “exploração” que buscam impor o modelo de política neoliberal. Em contrapartida, pregam a “Unidade Latino-americana”, entendida no sentido bolivariano de “união entre os povos da região”. Como tal, posiciona-se a favor dos governos de Chávez e Morales, assim como de uma ampliação e consolidação do MERCOSUL. Reivindicam, sem concessões, a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul.

Nome / Sigla: PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)

Site: <http://www.pts.org.ar/>

Tamanho da PE: PE não explícita

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Tendo em vista sua ideologia de esquerda, trotskista, o partido apóia movimentos sociais internacionais e não se posiciona de forma explícita quanto à Política Externa. No entanto, rechaça plenamente o governo “imperialista” norte-americano, bem como qualquer medida de opressão do capital, seja por meio do discurso de liberalização comercial (neoliberalismo), ou por parte de organizações que estão “a favor do capital”, como o FMI, a OMC, a ALCA, incluindo aí o próprio MERCOSUL, que promoveria uma “integração que beneficia às grandes empresas capitalistas”. Vê tanto o Brasil como o Chile como países subservientes aos EUA, sendo o primeiro um promulgador da ideologia do Consenso de Washington, por meio de sua “liderança regional”, de caráter “imperialista”. No que tange à Guerra das Malvinas, foram (e ainda o são) contra a guerra como um todo, pois a mesma fora uma manobra para “abafar as sucessivas atuações de trabalhadores”, todas de cunho socialista. Contudo, uma vez instalada a guerra, posicionaram-se (e ainda o fazem) a favor do lado argentino, não como uma validação do governo ditatorial, mas sim como a expressão de um apoio pelo lado “oprimido” em detrimento do lado “opressor”.

Nome / Sigla: PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)

Site: Não possui.

Tamanho da PE: não possui PE.

QRP: 1

Resumo das diretrizes de PE: Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

Nome / Sigla: PARTIDO FEDERAL (PF)

Site: <http://www.federal.org.ar/>

Tamanho da PE: PE não explícita

QRP: 7

Resumo das diretrizes de PE: O Partido não apresenta uma proposta de Política Externa explícita, porém posiciona-se de forma nítida em determinados temas. No que tange às relações com os EUA, o Partido crê que a Argentina deve estabelecer relações estreitas com o mesmo, uma vez que a potência possui capacidade de oferecer maiores ganhos relativos à Argentina. Ao mesmo tempo, faz-se necessário aprofundar as relações com países latino-americanos, ganhando estrategicamente na região. Ao mesmo tempo, o MERCOSUL constitui-se como instrumento para tal objetivo, por ser um órgão de caráter integracionista no seio das Américas. Vinculado aos ganhos estratégicos com os países latino-americanos, há a proposta econômica de abertura de mercados, de cunho neoliberal. Isto porque, segundo o partido, historicamente as crises do sistema capitalista deram-se por conta do fechamento dos mercados (incluindo aí outros fatores), sendo a abertura assim, benéfica ao sistema como um todo. Por fim, no que tange ao status das Ilhas Malvinas, o Partido advoga a reafirmação da soberania nacional sobre todo o território argentino, clamando por uma “recuperação” do mesmo.

Nome / Sigla: PARTIDO HUMANISTA (PH)

Site: <http://www.partidohumanista.deargentina.org/>

Tamanho da PE: 8 itens (quase uma página)

QRP: 1

Resumo das diretrizes de PE: O partido tem por base princípios humanistas no plano internacional, tais como: a desmilitarização, a paz, o não-alinhamento, e a formação de tribunais e fóruns internacionais. Contudo, apresenta diretrizes muito amplas, sem se deter em temáticas específicas de Política Externa. No que tange à integração, entretanto, prega a “eliminação de barreiras aduaneiras e a integração econômica mediante tratados específicos de complementação entre os países da mesma zona geográfica”.

Nome / Sigla: PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)

Site: <http://www.pi.org.ar/home.html>

Tamanho da PE: 1 página

QRP: 7

Resumo das diretrizes de PE: Partido cuja proposta-mor é superar o sistema capitalista que gera “dependência” e substituí-lo por um de “liberação”, centrado nas mãos do povo. Desta forma, a Política Externa se configura como um instrumento de ação do povo, contra políticas “imperialistas” de cunho “neo-colonialista” perpetuadas pelas potências. O partido rechaça, assim, as políticas econômicas de liberalização comercial, propugnadas pelo Consenso de Washington, bem como a atuação americana, ambas formas de aumento da “dependência” por intermédio do “mercado”.

Por outro lado, o partido crê que a integração latino-americana é essencial para a superação do jugo da “dependência” capitalista, assegurando a “autodeterminação de cada nação” e criando uma base comum à “toda forma de domínio”. Assim sendo, o MERCOSUL é um instrumento capaz de fazer o objetivo da integração latino-americana ser atingido, necessitando, porém, ser aperfeiçoado e aprofundado.

Por fim, no que concerne às Ilhas Malvinas, o partido advoga o restabelecimento da soberania argentina no território – bem como por todo o resto do território – garantindo assim, a tríade que orienta a PE do partido: “soberania, segurança e desenvolvimento independente”.

Nome / Sigla: PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)

Site: <http://www.pj.org.ar/>

Tamanho da PE: 1 página

QRP: 23

Resumo das diretrizes de PE: Partido de maior expressão nacional, cujas bases remontam ao peronismo, tem como princípios básicos a tríade: “Justiça Social, Independência Econômica e Soberania Política” . Advoga como objetivos essenciais da condução da Política Exterior Argentina, a “paz mundial e a felicidade entre os povos” . Sobre esta base, alguns princípios de atuação se delineiam, como o respeito à soberania dos Estados – incluindo aí a própria soberania argentina em seu território; a intensificação das relações com todos os países, sem “distinção ideológica, econômica ou política” (autonomia); estreita associação com os países do Terceiro Mundo, visando ao bem comum dos mesmos; a vigência da “Terceira Posição”, filosofia política criada por Perón e respaldada na tríade justicialista, que prega um arranjo fora do liberalismo econômico – a primeira das posições – e do socialismo marxista – a segunda. Assim, o Justicialismo prega a intensificação das relações com os países em geral , sem distinções, bem como o aprofundamento do MERCOSUL, sendo este último, uma forma de garantir a tríade justicialista e de dar forças ao movimento terceiro mundista.

Nome / Sigla: PARTIDO OBRERO (PO)

Site: <http://www.po.org.ar/>

Tamanho da PE: PE não explícita

QRP: 1

Resumo das diretrizes de PE: O partido não possui nenhum programa, porém apresenta vários documentos sobre temas de Política Externa. De acordo com sua ideologia anti-capitalista e anti-americana, o mesmo vê o MERCOSUL como “uma coalizão de Estados capitalistas”, sendo, portanto, contra o bloco e a favor da ALBA – a Alternativa Bolivariana para as Américas. Da mesma forma, crê que o Brasil e o Chile, estão a favor das grandes empresas capitalistas, e rechaçam sua “subordinação”. No que tange à questão das Malvinas, o partido prega a plena soberania argentina no território, contra o “imperialismo anglo-ianque”.

Nome / Sigla: PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO

Site: <http://www.recrearargentina.org/>

Tamanho da PE: Meia página

QRP: 7

Resumo das diretrizes de PE: O partido prega fortemente uma integração “clara, previsível e positiva” com todo o mundo, clamando pela multilateralidade e pelo fortalecimento de Organizações Internacionais, como a ONU e a OEA. Desta forma, a revitalização política e econômica do Mercosul é desejável, além de impulsionar na ALCA os interesses argentinos. Além do mais, o partido advoga a denúncia de práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos, método que vai contra os princípios liberais do partido.

Nome / Sigla: PARTIDO SOCIALISTA (PS)

Site: <http://www.partidosocialista.org.ar/>

Tamanho da PE: 3 páginas

QRP: 7

Resumo das diretrizes de PE: O partido apresenta um programa de Política Externa que se foca basicamente no redesenho do Mercosul, para atender as premissas socialistas do partido. Este clama que a integração regional, bem como a livre circulação de bens e pessoas pelo continente, é uma ferramenta necessária para conseguir sobrepujar o domínio do capital na região, em especial no que tange ao modelo econômico neoliberal. No entanto, o Mercosul da forma como se apresenta hoje, é um “instrumento cativo dos grandes grupos econômicos”, sendo necessário que o mesmo “se transforme na ferramenta de intercâmbio comercial, cultural, científico, social e de consolidação política dos povos que o compõem, ampliando-o ao resto dos países latino-americanos e ocupando um lugar no processo globalizador a favor dos trabalhadores”. As relações com os países latino-americanos, deste modo, devem ser pautadas pelo signo socialista, constituindo-se “uma convergência das forças progressistas da região, sustentada na mais genuína vocação internacionalista”.

Nome / Sigla: PARTIDO SOCIALISTA AUTÊNTICO (PSA)

Site: <http://www.psa.org.ar/>

Tamanho da PE: 1 item genérico; PE temática não explícita

QRP: 0

Resumo das diretrizes de PE: Partido de ideologia anti-capitalista e anti-americana, que vê o MERCOSUL como um instrumento de dominação das multinacionais situadas no Brasil, permeado por regras “ultra-liberais”. O Brasil de Lula, então, apesar de ser um importante sócio econômico, não está integrado com a América Latina, estando em prol dos interesses capitalistas das grandes empresas. O mesmo pode ser dito do Chile, um “modelo da economia liberal”. O partido prega assim, a defesa dos interesses argentinos e o fim da subordinação às grandes potências. A integração sul-americana deve ser feita em torno dos povos oprimidos, e não com um cunho econômico-capitalista, como o MERCOSUL. O partido, assim, advoga o fortalecimento da ALBA – a Alternativa Bolivariana para as Américas.

Nome / Sigla: UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)

Site: <http://www.ucr.org.ar/>

Tamanho da PE: 4 páginas

QRP: 17

Resumo das diretrizes de PE: Segundo o próprio partido, “a política exterior do radicalismo se caracteriza por sustentar três valores intimamente relacionados, como a paz, a justiça e a solidariedade”. Assim, o objetivo maior de sua PE é “aumentar a autonomia do país, sem reduzir a dos outros”, resultando essencial a reconstrução do Estado argentino, destruído pelas políticas econômicas neoliberais. O partido clama pelo multilateralismo, rechaçando a atitude americana, que, segundo o partido, emprega um “unilateralismo [que] se transforma no inimigo natural das normas e convenções [que são] fruto do multilateralismo”. Apoiar o fortalecimento do sistema multilateral, pautado no Direito Internacional, é assim, a atitude mais conveniente para a Argentina.

No que tange à integração latino-americana, o partido crê que “este processo (...) demonstrou ser de suma importância para a consolidação da paz, da democracia e do respeito aos direitos humanos na região”. O MERCOSUL é, então, um elemento central das bases do partido, clamando por uma expansão política do mesmo. Assim, “construir um MERCOSUL aberto, democrático e participativo, que seja um instrumento de entendimento político, de desenvolvimento econômico e que favoreça a redução das disparidades sociais na região deveria ser uma prioridade na política exterior de nosso país”.

Em relação à ALCA, o partido argumenta que o mesmo “deve transformar-se em um espaço de diálogo, cooperação, comércio e solidariedade, que favoreça o desenvolvimento dos povos e aumente a capacidade de decisão autônoma dos Estados, e não ser um novo instrumento de dominação para consolidar o papel hegemônico que cumpre os Estados Unidos no continente”. A UCR rechaça este projeto, então. Por fim, na questão das Malvinas, a “*Unión Cívica Radical*” ratifica que a via diplomática é a única válida para a recuperação de nossas ilhas, usurpadas pela Grã-Bretanha em 1833”.

Nome / Sigla: UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO (UDCeDé)

Site: Não possui

Tamanho da PE: Não possui PE.

QRP: 3

Resumo das diretrizes de PE: Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

ANEXO II - Fichas temáticas sobre a posição de cada partido em relação à PEA

	Relação com Brasil
ACCIÓN POR LA REPÚBLICA (AR)	A favor de relações “especiais” com os países sul-americanos, uma vez que a ação conjunta entre eles possibilita ganhos relativos maiores. Por outro lado, é necessário não permitir que o governo brasileiro cresça politicamente demais (não seja um “líder regional”, nem atinja um assento no CS da ONU), nem atue com políticas do tipo “beggar-the-neighbor”.
AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)	O partido crê que a extensão das relações com os países vizinhos, Brasil e Chile, são benéficas para a Argentina
AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)	O Brasil (ou o governo brasileiro) figura-se como um país sub-imperialista, com intuítos de explorar aqueles sul-americanos mais pobres, incluindo aí a Argentina. Contudo, o partido possui fortes vínculos com movimentos sociais brasileiros, em especial o MST.
COMUNISTA (PCA)	Postura parecida com a do AYL, tecendo também fortes críticas à atitude ao governo de Lula, na medida em que não atendeu às expectativas esperadas da ideologia socialista.
CONFEDERACIÓN LABORISTA	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CONSERVADOR POPULAR (PCP)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CORRIENTE PRÁXIS	Apesar de não possuir uma posição explícita no que tange às relações com o Brasil, a Corriente Práxis vê na liderança regional brasileira uma forma de se combater o imperialismo norte-americano na região. Vincular essa liderança com o parceiro vizinho – a Argentina – seria benéfico para ambos os países, bem como para a região como um todo. Ao mesmo tempo, o partido possui excelentes relações com o PSOL, garantindo o fortalecimento de laços ideológicos entre os dois países.
DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os países da América Latina, incluindo o Brasil, uma vez que os mesmos configuram-se como sendo uma “comunidade de origem, de valores e de destino” iguais.
DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)	Acreditam que Argentina deve estar orientada à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo o Chile e o Brasil.
FRENTE PARA LA VICTORIA	Acreditam que Argentina deve estar orientada à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo o Chile e o Brasil.
FRENTE MOVIMIENTO POPULAR	Não possui diretrizes sobre este tema de Política Externa em seu programa
MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)	Não possui uma posição explícita no que tange às relações

MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)	com o Brasil. Contudo, assim como no caso do Chile, a posição de “líder regional”, parece causar más impressões ao partido, tendo o país como um ator “sub-imperialista”, que está à disposição da influência de Washington. O partido prega a manutenção de boas relações com todos, em especial com seus vizinhos.
MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR	Não possui uma posição explícita no que tange às relações com o Brasil, apesar de professarem a Unidade Latino-americana. Contudo, assim como no caso do Chile, a aplicação de medida de liberalização comercial no Brasil, bem como sua postura de “liderança regional”, parecem causar más impressões ao partido, tendo o país como um ator “sub-imperialista”.
PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)	Não possui uma posição explícita no que tange às relações com o Brasil. Contudo, assim como no caso do Chile, a posição de Lula de “negociar com os americanos”, bem como sua postura de “liderança regional”, parecem causar más impressões ao partido, tendo o país como um ator “sub-imperialista”, que está à disposição da influência de Washington.
PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
PARTIDO FEDERAL (PF)	Apresenta uma postura pragmática no que tange aos países latino-americanos. Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os mesmos, incluindo o Brasil, uma vez que, assim, a Argentina possa obter “ganhos estratégicos” com tais relações.
PARTIDO HUMANISTA (PH)	O partido apresenta em seu programa diretrizes muito amplas, sem se deter em temáticas específicas de Política Externa.
PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)	Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os países da América Latina, incluindo o Brasil, uma vez que a integração latino-americana é essencial para a superação do jugo da “dependência” capitalista, assegurando a “autodeterminação de cada nação” e criando uma base comum à “toda forma de domínio”.
PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	O partido possui como um de seus princípios norteadores da Política Externa, a intensificação das relações com todos os países, sem “distinção ideológica, econômica ou política” . Desta forma, promover relações com o Brasil – desde que mantendo a tríade “Justiça Social, Independência Econômica e Soberania Política” – bem como com qualquer outro país, faz parte da doutrina justicialista.
PARTIDO OBRERO (PO)	O Brasil (ou o governo brasileiro) figura-se como um país sub-imperialista, em prol dos interesses das grandes multinacionais e com intuítos de explorar aqueles sul-americanos mais pobres, incluindo aí a Argentina.
PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO	O partido prega fortemente uma integração “clara, previsível e positiva” com todo o mundo, visando assim, ganhos relativos maiores à Argentina. As relações com o

PARTIDO SOCIALISTA (PS)	Brasil fazem parte desse almejo liberal, portanto. As relações com os países latino-americanos como um todo, incluindo aí o Brasil, devem ser pautadas pelo signo socialista, constituindo-se “uma convergência das forças progressistas da região, sustentada na mais genuína vocação internacionalista”.
PARTIDO SOCIALISTA AUTÉNTICO (PSA)	O Brasil (ou o governo brasileiro) figura-se como um país sub-imperialista, em prol dos interesses das grandes multinacionais e com intuitos de explorar aqueles sul-americanos mais pobres, incluindo aí a Argentina.
UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)	O partido advoga o emprego do multilateralismo, acreditando, assim, que o aumento das relações com os países, sem distinção ideológica, geográfica ou política, pautado no Direito Internacional, é a chave para a inserção mundial e o desenvolvimento em um mundo globalizado.
UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO (UDCeDé)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

Relação com Chile	
ACCIÓN POR LA REPÚBLICA (AR)	O Chile é visto como um parceiro atualmente confiável, com um modelo econômico ideal para os países em desenvolvimento, incluindo aí a Argentina. Estreitar as relações com o vizinho é, então, fundamental, segundo o partido.
AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)	O partido crê que a extensão das relações com os países vizinhos, Brasil e Chile, são benéficas para a Argentina
AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)	Chile é visto como um país que está aos serviços imperialistas dos EUA na América Latina. Contudo, o governo socialista que ascendeu ao poder na última eleição, dá alento às expectativas de não-subserviência aos americanos.
COMUNISTA (PCA)	Chile é visto como um país que está aos serviços imperialistas dos EUA na América Latina. Contudo, o governo socialista que ascendeu ao poder na última eleição, dá alento às expectativas de não-subserviência aos americanos.
CONFEDERACIÓN LABORISTA	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CONSERVADOR POPULAR (PCP)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CORRIENTE PRÁXIS	Posicionam-se contra qualquer aproximação com o Chile – sendo contra também o gabinete de Bachelet –, pois o vêem como uma nação subserviente aos EUA e ao modelo neoliberal do Consenso de Washington.
DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os países da América Latina, incluindo o Chile, uma vez que os mesmos configuram-se como sendo uma “comunidade de origem, de valores e de destino” iguais.

DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)	Acreditam que Argentina deve estar orientada à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo o Chile e o Brasil.
FRENTE PARA LA VICTORIA	Acreditam que Argentina deve estar orientada à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo o Chile e o Brasil.
FRENTE MOVIMIENTO POPULAR	Não possui diretrizes sobre este tema de Política Externa em seu programa
MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)	Não possui uma posição explícita no que tange às relações com o Chile, porém posicionam-se contra o modelo neoliberal, vendo o Chile como uma nação subserviente aos EUA, e que age a favor do capitalismo.
MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)	O partido prega a manutenção de boas relações com todos, em especial com seus vizinhos.
MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR	Não possui uma posição explícita no que tange às relações com o Chile, porém pregam pela “Unidade Latino-americana” em termos bolivarianos. Ao mesmo tempo, por se posicionarem contra o modelo neoliberal, podem ver o Chile como uma nação subserviente aos EUA, o que bateria de frente com a doutrina do partido.
PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)	Não possui uma posição explícita no que tange às relações com o Chile, porém posicionam-se contra o modelo neoliberal, vendo o Chile como uma nação subserviente aos EUA, e que age a favor do capitalismo.
PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
PARTIDO FEDERAL (PF)	Apresenta uma postura pragmática no que tange aos países latino-americanos. Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os mesmos, incluindo o Chile, uma vez que, assim, a Argentina possa obter “ganhos estratégicos” com tais relações.
PARTIDO HUMANISTA (PH)	O partido apresenta em seu programa diretrizes muito amplas, sem se deter em temáticas específicas de Política Externa.
PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)	Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os países da América Latina, incluindo o Chile, uma vez que a integração latino-americana é essencial para a superação do jugo da “dependência” capitalista, assegurando a “autodeterminação de cada nação” e criando uma base comum à “toda forma de domínio”.
PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	O partido possui como um de seus princípios norteadores da Política Externa, a intensificação das relações com todos os países, sem “distinção ideológica, econômica ou política” . Desta forma, promover relações com o Chile – desde que mantendo a tríade “Justiça Social, Independência Econômica e Soberania Política” – bem como com qualquer outro país, faz parte da doutrina justicialista.
PARTIDO OBRERO (PO)	O Chile (assim como o Brasil) figura-se como um país sub-imperialista, em prol dos interesses das grandes multinacionais e com intuítos de explorar aqueles sul-

PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO	americanos mais pobres, incluindo aí a Argentina. O partido prega fortemente uma integração “clara, previsível e positiva” com todo o mundo, visando assim, ganhos relativos maiores à Argentina. As relações com o Chile fazem parte desse almejo liberal, portanto.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	As relações com os países latino-americanos como um todo, incluindo aí o Chile, devem ser pautadas pelo signo socialista, constituindo-se “uma convergência das forças progressistas da região, sustentada na mais genuína vocação internacionalista”.
PARTIDO SOCIALISTA AUTÉNTICO (PSA)	O Chile (assim como o Brasil) figura-se como um país sub-imperialista, em prol dos interesses das grandes multinacionais e com intuítos de explorar aqueles sul-americanos mais pobres, incluindo aí a Argentina.
UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)	O partido advoga o emprego do multilateralismo, acreditando, assim, que o aumento das relações com os países, sem distinção ideológica, geográfica ou política, pautado no Direito Internacional, é a chave para a inserção mundial e o desenvolvimento em um mundo globalizado.
UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO (UDCeDé)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

Relação com EUA	
ACCIÓN POR LA REPÚBLICA (AR)	É necessário manter as relações estreitas, porém ampliando o leque de atuação argentina, autonomizando a PE e diminuindo a dependência à potência do Norte. Os EUA são vistos, assim, como um parceiro com quem não se podem romper ligações, não podendo, por outro lado, manter-se relações apenas com eles.
AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)	Não foi possível obter informação sobre o partido acerca deste tema.
AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)	São inteiramente anti-americanos, considerando-os um país “imperialista e terrorista”. Pregam, assim, uma ideologia de rechaço à potência.
COMUNISTA (PCA)	São inteiramente anti-americanos, considerando-os um país “imperialista e terrorista”. Pregam, assim, uma ideologia de rechaço à potência.
CONFEDERACIÓN LABORISTA	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CONSERVADOR POPULAR (PCP)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CORRIENTE PRÁXIS	Posicionam-se contra o governo Bush, o FMI, a OMC e a ALCA. Rechaçam a postura imperialista norte-americana, se opondo à aproximações e concessões para com os EUA.
DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	O Partido não se posiciona contra os EUA, apesar de também não advogarem um alinhamento automático com os mesmos. Para o Partido, a Argentina não deve inserir no cenário internacional a qualquer preço, garantindo sua autonomia e

DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)	independência. Contudo, o mesmo assume a liderança que certos países possuem, tendo que esta ser aplicada na condução da paz, da promoção dos Direitos Humanos, e na cooperação internacional. A Argentina deve, assim, estar ao lado dos EUA nesta liderança, ao lado dos países da América Latina. Não foi possível obter informação sobre o partido acerca deste tema.
FRENTE PARA LA VICTORIA	Acreditam que Argentina deve estar orientada à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo o Chile e o Brasil. Em relação aos EUA, o mesmo pode ser dito, frisando apenas, que o partido não clama por “relações especiais” com tal país.
FRENTE MOVIMIENTO POPULAR	Não possui diretrizes sobre este tema de Política Externa em seu programa
MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)	Posicionam-se contra o governo Bush, o FMI, a OMC e a ALCA. Rechaçam a postura imperialista norte-americana, se opondo à aproximações e concessões para com os EUA.
MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)	O vínculo com os EUA deve ser mantido, desde que o mesmo implique em respeito recíproco e independência, não subordinação.
MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR	Posicionam-se contra o governo Bush, o FMI, a OMC e a ALCA. Rechaçam a postura imperialista norte-americana, se opondo à aproximações e concessões para com os EUA.
PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)	Posicionam-se contra o governo Bush, o FMI, a OMC e a ALCA. Rechaçam a postura imperialista norte-americana, se opondo à aproximações e concessões para com os EUA.
PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
PARTIDO FEDERAL (PF)	Posiciona-se a favor de se estreitar as relações com os EUA, de forma pragmática, para obter ganhos advindos da pujança da potência. Não se deve assim, pôr de lado as relações com tal país, ao mesmo tempo não sendo necessário relacionar-se automaticamente com o mesmo. Faz-se preciso, porém, estar do lado da potência, obtendo ganhos variados.
PARTIDO HUMANISTA (PH)	O partido apresenta em seu programa diretrizes muito amplas, sem se deter em temáticas específicas de Política Externa.
PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)	Posiciona-se contra a atuação americana em geral, uma vez que a mesma configura-se como “imperialista” e “neo-colonialista”. Os EUA apresentam-se, assim, como a expressão máxima da “dependência” capitalista, impondo seu regime neoliberal. A Argentina deve, desta forma, afastar-se do jugo americano, como forma de buscar sua própria “liberação” por meio do povo.
PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	O partido possui como um de seus princípios norteadores da Política Externa, a intensificação das relações com todos os países, sem “distinção ideológica, econômica ou política” . Desta forma, promover relações com os EUA – desde que mantendo a tríade “Justiça Social, Independência Econômica e

	Soberania Política” – bem como com qualquer outro país, faz parte da doutrina justicialista.
PARTIDO OBRERO (PO)	Posicionam-se contra o governo Bush, o FMI, a OMC e a ALCA. Rechaçam a postura imperialista norte-americana, se opondo à aproximações e concessões para com os EUA.
PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO	O partido prega fortemente uma integração “clara, previsível e positiva” com todo o mundo, visando assim, ganhos relativos maiores à Argentina. As relações com o EUA fazem parte desse almejo liberal, portanto.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	Posicionam-se contra o governo Bush, o FMI, a OMC e a ALCA. Rechaçam a postura imperialista norte-americana, se opondo à aproximações e concessões para com os EUA.
PARTIDO SOCIALISTA AUTÉNTICO (PSA)	Posicionam-se contra o governo Bush, o FMI, a OMC e a ALCA. Rechaçam a postura imperialista norte-americana, se opondo à aproximações e concessões para com os EUA.
UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)	O partido rechaça a atitude americana, de empregar um “unilateralismo [que] se transforma no inimigo natural das normas e convenções [que são] fruto do multilateralismo”. Ao mesmo tempo rechaça a política exterior dos Estados Unidos, que “busca mostrar ao mundo a sua preeminência no continente americano”.
UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO (UDCeDé)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

Ilhas Malvinas	
ACCIÓN POR LA REPÚBLICA (AR)	Advogam uma solução pacífica para a recuperação das Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, bem como sua soberania no território.
AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)	Advogam uma solução pacífica para a recuperação das Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, bem como sua soberania no território.
AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)	Não se posiciona oficialmente perante o assunto.
COMUNISTA (PCA)	Não se posiciona oficialmente perante o assunto.
CONFEDERACIÓN LABORISTA	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CONSERVADOR POPULAR (PCP)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CORRIENTE PRÁXIS	Não se posiciona oficialmente perante o assunto.
DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	Não se posiciona oficialmente perante o assunto.
DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)	Reivindica, sem concessões, a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul.
FRENTE PARA LA VICTORIA	Reivindica, sem concessões, a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul.
FRENTE MOVIMIENTO POPULAR	Não possui diretrizes sobre este tema de Política Externa em seu programa
MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)	Não se posiciona oficialmente perante o assunto.
MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y	O partido crê na superação do atual cenário, por meio da

DESARROLLO (MID)	ratificação da recuperação das Ilhas de modo pacífico, do princípio de respeito aos interesses (mas não seus desejos) dos habitantes das Ilhas, além da modificação do critério de concessões unilaterais, efetuado sem a obtenção de contrapartida.
MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR	Reivindica, sem concessões, a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul.
PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)	Foram (e ainda o são) contra a guerra como um todo, pois a mesma fora uma manobra para “abafar as sucessivas atuações sociais”. Contudo, uma vez instalada a guerra, posicionaram-se (e ainda o fazem) a favor do lado argentino, não como uma validação do governo ditatorial, mas sim como a expressão de um apoio pelo lado “oprimido” em detrimento do lado “opressor”.
PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
PARTIDO FEDERAL (PF)	Reivindica a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, com uma possível “recuperação” do território.
PARTIDO HUMANISTA (PH)	O partido apresenta em seu programa diretrizes muito amplas, sem se deter em temáticas específicas de Política Externa.
PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)	Reivindica a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, bem como sobre todo o território argentino, advogando assim, uma “recuperação” das ilhas.
PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	Reivindica a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, bem como a soberania de todos os Estados sobre seu território.
PARTIDO OBRERO (PO)	Reivindica a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, bem como a soberania de todos os Estados sobre seu território, contra o “imperialismo anglo-ianque”.
PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO	Reivindica a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e do Atlântico Sul, bem como sobre todo o território argentino, advogando assim, uma “recuperação” das ilhas.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	Não se posiciona oficialmente perante o assunto.
PARTIDO SOCIALISTA AUTÉNTICO (PSA)	Não se posiciona oficialmente perante o assunto.
UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)	Na questão das Malvinas, a “ <i>Unión Cívica Radical</i> ” ratifica que a via diplomática é a única válida para a recuperação de nossas ilhas, usurpadas pela Grã-Bretanha em 1833”.
UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO (UDCeDé)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

Liberalização comercial (abertura de mercados)	
ACCIÓN POR LA REPÚBLICA (AR)	São a favor de uma liberalização comercial paulatina, de forma a não manter a Argentina “distante do mundo e não fechar as portas para os investimentos” (nas palavras de Cavallo).
AFIRMACIÓN PARA UNA	Acreditam que as políticas de abertura de mercado são

REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)	vantajosas, dependendo do tipo de abertura econômica. Inteiramente contra qualquer tipo de liberalização comercial, por ser um mecanismo de manutenção do sistema capitalista e de exploração dos países pobres por parte dos desenvolvidos.
AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)	
COMUNISTA (PCA)	Inteiramente contra qualquer tipo de liberalização comercial, por ser um mecanismo de manutenção do sistema capitalista e de exploração dos países pobres por parte dos desenvolvidos.
CONFEDERACIÓN LABORISTA	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CONSERVADOR POPULAR (PCP)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CORRIENTE PRÁXIS	Opõem-se às medidas de liberalização comercial e de abertura de mercados, pois as mesmas configuram-se parte do modelo imperialista neoliberal.
DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	O Partido posiciona-se contra a liberalização comercial nos padrões neoliberais, uma vez que este modelo econômico provoca “o empobrecimento e a agudização da brecha entre os pobres e ricos”. Requer assim, o surgimento de um “novo modelo socioeconômico”, que seja capaz de conciliar uma economia forte com uma distribuição de renda mais eqüitativa.
DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)	Acredita que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para a economia argentina.
FRENTE PARA LA VICTORIA	Acredita que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para a economia argentina, dependendo do tipo de abertura econômica.
FRENTE MOVIMIENTO POPULAR	Não possui diretrizes sobre este tema de Política Externa em seu programa
MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)	Opõem-se às medidas de liberalização comercial e de abertura de mercados, pois as mesmas configuram-se parte do modelo imperialista neoliberal.
MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)	Partindo da premissa independentista e de defesa dos interesses nacionais argentinos, o partido propõe a quebra de barreiras protecionistas a produtos argentinos, porém não clama pela abertura comercial do país.
MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR	Opõem-se às medidas de liberalização comercial e de abertura de mercados, pois as mesmas configuram-se parte do modelo imperialista neoliberal.
PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)	Opõem-se às medidas de liberalização comercial e de abertura de mercados, pois as mesmas configuram-se parte do modelo imperialista neoliberal.
PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
PARTIDO FEDERAL (PF)	Posiciona-se a favor da liberalização comercial via abertura de mercados, uma vez que o fechamento dos mesmos é prejudicial para o sistema capitalista como um todo. A abertura leva, assim, a ganhos relativos por parte de todos os países, incluindo a nação argentina.

PARTIDO HUMANISTA (PH)	O partido apresenta em seu programa diretrizes muito amplas, sem se deter em temáticas específicas de Política Externa. Contudo, historicamente o partido mobilizou-se contra a adoção de políticas de cunho neoliberal durante o governo Menem, rechaçando tais medidas até hoje.
PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)	O Partido posiciona-se contra a liberalização comercial nos padrões neoliberais, uma vez que este modelo econômico provoca a dependência dos povos, bem como o empobrecimento dos mesmos. Requer assim, a superação deste modelo político-econômico, atingindo a “liberação”, ou seja, o estabelecimento de um governo popular de fato.
PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	Não se posicionam em relação às medidas de liberalização comercial, uma vez que no âmbito da economia internacional pregam a ideologia da “Terceira Posição”, criada por Perón.
PARTIDO OBRERO (PO)	Opõem-se às medidas de liberalização comercial e de abertura de mercados, pois as mesmas configuram-se parte do modelo imperialista neoliberal.
PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO	Posiciona-se a favor da liberalização comercial via abertura de mercados, incluindo a denúncia de práticas protecionistas pelos países desenvolvidos, uma vez que o fechamento dos mesmos é prejudicial para o sistema capitalista como um todo. A abertura leva, assim, a ganhos relativos por parte de todos os países, incluindo a nação argentina.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	São favoráveis às políticas de liberalização comercial e de abertura de mercados, dependendo do tipo de modelo empregado. A liberação deve ser “progressiva, equitativa e com regras equilibradas e respeitadas por todos os países”. Da mesma forma, a mesma não deve ser efetuada segundo as “condições fixadas pelos países desenvolvidos”, mas sim de acordo com os países em desenvolvimento.
PARTIDO SOCIALISTA AUTÉNTICO (PSA)	Opõem-se às medidas de liberalização comercial e de abertura de mercados, pois as mesmas configuram-se parte do modelo imperialista neoliberal.
UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)	Rejeita as “políticas neoliberais de fundamentalismo de mercado”, que acabaram por “destruir o Estado argentino”, uma vez que “os benefícios da liberalização comercial se concentram nas grandes empresas”.
UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO (UDCeDé)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

MERCOSUL	
ACCIÓN POR LA REPÚBLICA (AR)	São plenamente a favor do MERCOSUL, como mais uma via de abertura de mercados, ampliação de investimentos estrangeiros e inserção internacional.
AFIRMACIÓN PARA UNA REPÚBLICA IGUALITARIA (ARI)	São a favor do MERCOSUL, advogando seu aprofundamento e ampliação.
AUTODETERMINACIÓN Y LIBERTAD (AYL)	São contra o MERCOSUL, pois acreditam que o bloco está a serviço das empresas transnacionais, ícone máximo da lógica

COMUNISTA (PCA)	capitalista. São contra o MERCOSUL, pois acreditam que o bloco está a serviço das empresas transnacionais, ícone máximo da lógica capitalista.
CONFEDERACIÓN LABORISTA	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CONSERVADOR POPULAR (PCP)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.
CORRIENTE PRÁXIS	Posicionam-se a favor do MERCOSUL, tendo-o como um instrumento capaz de enfrentar o imperialismo norte-americano na região, aglutinando os países em um bloco que lhes dá maiores ganhos relativos. Cabe, entretanto, reformular certas “premissas neoliberais” do bloco.
DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os países da América Latina, uma vez que os mesmos configuram-se como sendo uma “comunidade de origem, de valores e de destino” iguais. O MERCOSUL é, assim, um instrumento capaz de pôr em prática tais objetivos.
DEMÓCRATA PROGRESISTA (PDP)	São plenamente a favor do MERCOSUL, advogando seu aprofundamento e ampliação.
FRENTE PARA LA VICTORIA	São a favor do MERCOSUL, advogando seu aprofundamento e ampliação, uma vez que a América Latina deve integrar-se em prol de seus “valores comuns”. O MERCOSUL é, assim, um instrumento imprescindível para alcançar a união latino-americana.
FRENTE MOVIMIENTO POPULAR	São a favor do MERCOSUL, assegurando que “reorientarão as políticas sobre o Mercosul, propiciando um mercado regional que seja o ‘MERCOSUL dos povos’; com livre circulação de bens, serviços e pessoas com homogeneidade de suas profissões para que deixe de ser apenas o MERCOSUL de alguns poucos comerciantes”.
MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)	Posicionam-se contra o MERCOSUL, pois o mesmo leva para uma “integração que favorece as grandes empresas capitalistas”, bem como o capital estrangeiro. A integração que almejam deve ser advinda de uma revolução do campesinato, e não da união em um bloco capitalista.
MOVIMIENTO DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO (MID)	O MERCOSUL possui prioridade estratégica para o partido, procurando-o revitalizá-lo e reforçá-lo, uma vez que o bloco é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento de todos os países que o integram
MOVIMIENTO LIBRES DEL SUR	Posicionam-se a favor do MERCOSUL, propugnando sua ampliação e consolidação, bem com a criação de um parlamento que contribua a uma maior integração e à unidade das nações pertencentes ao bloco.
PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)	Posicionam-se contra o MERCOSUL, pois o mesmo leva para uma “integração que favorece as grandes empresas capitalistas”, bem como o capital estrangeiro. A integração que almejam deve ser advinda de uma revolução do campesinato, e não da união em um bloco capitalista.
PARTIDO DEL PROGRESO SOCIAL (PPS)	Não foi possível obter acesso ao programa deste partido,

PARTIDO FEDERAL (PF)	<p>uma vez que o mesmo não possui website.</p> <p>O MERCOSUL é o “único órgão feito conjuntamente pelos países sul-americanos desde a Independência”, logo o mesmo deve ser reforçado e aprofundado. Além do mais, o mesmo traz ganhos para todos os países participantes, permitindo que a nação Argentina obtenha resultados que não alcançaria não estando no bloco.</p>
PARTIDO HUMANISTA (PH)	<p>O partido apresenta em seu programa diretrizes muito amplas, sem se deter em temáticas específicas de Política Externa. No que tange à integração, entretanto, prega a “eliminação de barreiras aduaneiras e a integração econômica mediante tratados específicos de complementação entre os países da mesma zona geográfica”.</p>
PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)	<p>Posiciona-se a favor de relações cada vez mais estreitas com os países da América Latina, uma vez que a integração latino-americana é essencial para a superação do jugo da “dependência” capitalista, assegurando a “autodeterminação de cada nação” e criando uma base comum à “toda forma de domínio”. O MERCOSUL é, assim, um instrumento capaz de pôr em prática tais objetivos.</p>
PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	<p>São a favor do MERCOSUL, advogando seu aprofundamento e ampliação, uma vez que o mesmo é capaz de aproximar e dar força aos países do Terceiro Mundo da América Latina.</p>
PARTIDO OBRERO (PO)	<p>Posicionam-se contra o MERCOSUL, “uma coalizão de Estados capitalistas”, pois o mesmo leva para uma “integração que favorece as grandes empresas capitalistas”, bem como o capital estrangeiro. A integração que almejam deve ser advinda de uma revolução do campesinato, e não da união em um bloco capitalista.</p>
PARTIDO RECREAR PARA EL CRECIMIENTO	<p>São plenamente a favor do MERCOSUL, advogando sua revitalização política e economicamente, uma vez que a integração entre todos os países é fundamental no sistema globalizado.</p>
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	<p>Para o partido, o Mercosul da forma como se apresenta hoje, é um “instrumento cativo dos grandes grupos econômicos”, sendo necessário que o mesmo “se transforme na ferramenta de intercâmbio comercial, cultural, científico, social e de consolidação política dos povos que o compõem, ampliando-o ao resto dos países latino-americanos e ocupando um lugar no processo globalizador a favor dos trabalhadores”.</p>
PARTIDO SOCIALISTA AUTÉNTICO (PSA)	<p>Posicionam-se contra o MERCOSUL, pois o mesmo leva para uma “integração que favorece as grandes empresas capitalistas”, bem como o capital estrangeiro. A integração que almejam deve ser advinda de uma revolução do campesinato, e não da união em um bloco capitalista.</p>
UNIÓN CÍVICA RADICAL (UCR)	<p>O MERCOSUL é um elemento central das bases do partido, clamando por uma expansão política do mesmo. Assim,</p>

**UNIÓN DEL CENTRO DEMOCRÁTICO
(UDCeDé)**

“construir um MERCOSUL aberto, democrático e participativo, que seja um instrumento de entendimento político, de desenvolvimento econômico e que favoreça a redução das disparidades sociais na região deveria ser uma prioridade na política exterior de nosso país”.

Não foi possível obter acesso ao programa deste partido, uma vez que o mesmo não possui website.

ANEXO III - Política Externa e Partidos políticos no Chile

Nome / Sigla:

Site:

QRP:

Tamanho da PE:

Resumo das diretrizes de PE:

Nome / Sigla: Partido Comunista (PCCh)

Site: <http://www.pcchile.cl/>

QRP: 4

Tamanho da PE: 3 páginas

Resumo das diretrizes de PE: Partido que em virtude de sua ideologia de esquerda, antiliberal, opõem-se ao governo Bush – bem como às práticas “imperialistas norte-americana” –, à OMC, ao FMI e à ALCA, considerando-os instrumentos de “exploração” que buscam impor o modelo de política neoliberal. São, assim, simpatizantes da Revolução Cubana e clamam pelo fim da hegemonia neoliberal estadunidense na região.

Destarte, no que tange à PE, o partido advoga uma política “ativa e em favor da colaboração entre as nações”. A participação em conjunto dos países em desenvolvimento em prol da “defesa de seus recursos naturais, autodeterminação dos povos e respeito irrestrito”, faz-se plenamente necessária. O partido, ademais, rechaça qualquer tipo de ameaça à paz, seja ela belicosa, ou na forma de sanção.

No que tange à integração, o partido se posiciona “decididamente partidário de avançar na integração econômica, política e cultural da América Latina e Caribe”. Esta, no entanto, não deve ser efetuada sob a égide do neoliberalismo econômico, mas, pelo contrário, “deve contribuir para aumentar a nossa capacidade frente aos outros blocos”. Esta integração deve visar à “cooperação financeira, tecnológica, científica, comercial, especialmente em empresas públicas, universidades e organismos regionais”. Assim, “neste contexto, o Chile deve integrar-se ao MERCOSUL e propiciar a convergência com o Pacto Andino”.

Nome / Sigla: Partido Humanista de Chile (PH)

Site: <http://www.partidohumanista.cl/>

QRP: 1

Tamanho da PE: 1 página

Resumo das diretrizes de PE: Partido que tem por bases princípios humanistas, calcados na sociabilidade e na “existência humana”. Em matéria internacional propicia uma política de não-alinhamento pacífica e desmilitarizada. Prega a “eliminação de barreiras aduaneiras e a integração econômica mediante tratados específicos de complementação entre os países da mesma zona geográfica”. Ademais, prega também, a “cooperação para a transferência científica e tecnológica internacional em base a compromissos específicos, porém enfatizando a idéia de que o desenvolvimento de todas as zonas do mundo produz uma ampliação de mercados”.

Nome / Sigla: Partido Socialista (PS)

Site: <http://www.pschile.cl/>

QRP: 9

Tamanho da PE: Não possui

Resumo das diretrizes de PE: O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.

Nome / Sigla: Partido Por la Democracia (PPD)

Site: <http://www.ppd.cl/>

QRP: 14

Tamanho: 1 página e meia

Resumo das diretrizes de PE: O partido prega, no que tange a temas de Política Externa, a democracia, o respeito aos Direitos Humanos e a conservação da natureza. Assim, “aspira a uma ordem internacional mais justa e cooperativa, fundada na preservação da paz mundial e no desarmamento, na solução pacífica das controvérsias, no respeito aos tratados e convênios internacionais livremente pactuados e na proteção do planeta”.

Desta forma, o partido crê que a relação multilateral com todos os países do globo, sem distinção ideológica ou política, e sem alinhamentos automáticos, é benéfica para a nação chilena. As relações com os EUA devem, então, manter-se no mesmo status das com outros países, embora visando um aprofundamento das relações com o mesmo e com os países latino-americanos. As políticas de abertura de mercado são, também, segundo o partido, vantajosas para o país.

No que tange à integração, entretanto, o partido acredita que o MERCOSUL não é vantajoso para o Chile, sendo preferível o fortalecimento da Comunidade Andina de Nações. Isto porque, segundo o partido, a “América Latina pode representar até o século seguinte uma ponte entre o Sul e o Norte, não apenas pela disposição de sua geografia, mas sim por sua dupla vinculação com a América do Norte e a Europa do Sul, presente esta última há cinco séculos no destino de nosso continente”.

Nome / Sigla: Partido Radical Socialdemócrata (PRSD)

Site: <http://www.partidoradical.cl/>

QRP: 3

Tamanho da PE: Não possui.

Resumo das diretrizes de PE: O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.

Nome / Sigla: Partido Demócrata Cristiano (PDC)

Site: <http://www.pdc.cl/>

QRP: 19

Tamanho da PE: Não possui.

Resumo das diretrizes de PE: O partido não apresenta temas de Política Externa em seu programa. Contudo, por meio das respostas dados ao questionário aplicado, é possível compreender sua posição nos temas. Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil. Em relação aos EUA, o mesmo pode ser dito, frisando apenas, que o partido não clama por “relações especiais” com tal país. No que tange à integração regional, o partido crê que o fortalecimento tanto do Mercosul quanto da Comunidade Andina das Nações é benéfico para a nação chilena. Por fim, acredita que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para a economia chilena.

Nome / Sigla: Renovación Nacional (RN)

Site: <http://www.rn.cl/>

QRP: 12

Tamanho da PE: 12 páginas

Resumo das diretrizes de PE: O partido crê que o “Chile deve ter uma Política Externa baseada nos interesses nacionais, orientando-se para objetivos estratégicos do país, a respeito dos quais devem convergir todos os atores do sistema social e político, evitando colocá-la a serviço de considerações ideológicas o ao da conveniência de um determinado setor. Por este, entendemos que a Política Externa deve ser desenhada e executada em cima dos interesses partidários e tendo em conta a opinião de todas as correntes e instituições da vida nacional, em particular, respeito de matérias em que se encontrem incrustados aspectos valorais o de grande sensibilidade social”.

No que tange à integração regional, o partido vê-se a favor do fortalecimento de blocos econômicos que possam tanto trazer benefícios diretos ao Chile (novos mercados, salvaguardas econômicas, etc.), bem como da “promoção da negociação de acordos regionais ou bilaterais de comércio de caráter compatível com as normas da OMC”. Assim, o partido propõe “o fortalecimento dos vínculos culturais privilegiados com a América Latina, para construir um espaço de solidariedade que contribua a um maior desenvolvimento de nossas nações, dando prioridade à integração regional”.

No que concerne às relações bilaterais, aquelas com os países vizinhos, como o Peru, a Argentina e a Bolívia, ganham uma “importância fundamental”, devendo as mesmas serem fortalecidas e expandidas. Ademais, as relações com o Brasil devem ser priorizadas. “Neste sentido, são importantes os esforços para fazer realidade os corredores bi-oceânicos e a abertura dos portos nacionais ao comércio do Brasil com os mercados da “Cuenca del Pacífico”. Do mesmo modo, é um aliado relevante nas iniciativas regionais e na coordenação de políticas nos foros internacionais. Ademais, é um mercado importante tanto para o comércio como para os investimentos nacionais”.

Ao mesmo tempo, o partido propõe o estabelecimento de relações estratégicas com os EUA, favorecendo a instalação da ALCA e dos interesses norte-americanos na região. Esta associação, segundo o partido, deve estar fundada na “defesa da democracia e do estado de direito, na economia aberta e no livre fluxo de pessoas, capitais e bens, em uma ordem social justa e no reconhecimento de que as instituições internacionais são fundamentais na promoção da paz e na solução dos conflitos”.

Nome / Sigla: Unión Demócrata Independiente (UDI)

Site: <http://www.udi.cl/>

QRP: 20

Tamanho: Não possui PE em seu programa

Resumo das diretrizes de PE: O partido não apresenta temas de Política Externa em seu programa. Contudo, por meio das respostas dados ao questionário aplicado, é possível compreender sua posição nos temas. Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil. Em relação aos EUA, o mesmo pode ser dito, frisando apenas, que o partido não clama por “relações especiais” com tal país. No que tange à integração regional, o partido crê que o fortalecimento tanto do Mercosul quanto da Comunidade Andina das Nações é benéfico para a nação chilena. Por fim, acredita que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para a economia chilena.

ANEXO IV - Fichas temáticas sobre a posição de cada partido em relação à PEC

Relação com Brasil	
PARTIDO COMUNISTA (PCCH)	O partido se posiciona “decididamente partidário de avançar na integração econômica, política e cultural da América Latina e Caribe”. Assim, as relações com os países da região devem ser fortalecidas, em prol da “defesa de seus recursos naturais, autodeterminação dos povos e respeito irrestrito”.
PARTIDO HUMANISTA DE CHILE (PH)	Apesar de não especificar em seu programa, as relações bilaterais do Chile, o partido advoga uma PE de cooperação entre as nações, “ênfatizando a idéia de que o desenvolvimento de todas as zonas do mundo produz uma ampliação de mercados”.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD)	O partido crê que a relação multilateral com todos os países do globo, sem distinção ideológica ou política, e sem alinhamentos automáticos, é benéfica para a nação chilena.
PARTIDO RADICAL SOCIALDEMÓCRATA (PRSD)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil.
RENOVACIÓN NACIONAL (RN)	O partido crê que as relações com o Brasil devem ser priorizadas. “Neste sentido, são importantes os esforços para fazer realidade os corredores bi-ocêânicos e a abertura dos portos nacionais ao comércio do Brasil com os mercados da “Cuenca del Pacífico”. Do mesmo modo, é um aliado relevante nas iniciativas regionais e na coordenação de políticas nos foros internacionais. Ademais, é um mercado importante tanto para o comércio como para os investimentos nacionais”.
UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE (UDI)	Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil.

Relação com Argentina	
PARTIDO COMUNISTA (PCCH)	O partido se posiciona “decididamente partidário de avançar na integração econômica, política e cultural da América Latina e Caribe”. Assim, as relações com os países da região devem ser fortalecidas, em prol da “defesa de seus recursos naturais, autodeterminação dos povos e respeito irrestrito”.

PARTIDO HUMANISTA DE CHILE (PH)	Apesar de não especificar em seu programa, as relações bilaterais do Chile, o partido advoga uma PE de cooperação entre as nações, “ênfatizando a idéia de que o desenvolvimento de todas as zonas do mundo produz uma ampliação de mercados”.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD)	O partido crê que a relação multilateral com todos os países do globo, sem distinção ideológica ou política, e sem alinhamentos automáticos, é benéfica para a nação chilena.
PARTIDO RADICAL SOCIALDEMÓCRATA (PRSD)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil.
RENOVACIÓN NACIONAL (RN)	No que concerne às relações bilaterais, aquelas com os países vizinhos, como o Peru, a Argentina e a Bolívia, ganham uma “importância fundamental”, devendo as mesmas serem fortalecidas e expandidas.
UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE (UDI)	Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil.

Relação com EUA	
PARTIDO COMUNISTA (PCCH)	Partido que em virtude de sua ideologia de esquerda, antiliberal, opõem-se ao governo Bush – bem como às práticas “imperialistas norte-americanas” –, à OMC, ao FMI e à ALCA, considerando-os instrumentos de “exploração” que buscam impor o modelo de política neoliberal.
PARTIDO HUMANISTA DE CHILE (PH)	Apesar de não especificar em seu programa, as relações bilaterais do Chile, o partido advoga uma PE de cooperação entre as nações, “ênfatizando a idéia de que o desenvolvimento de todas as zonas do mundo produz uma ampliação de mercados”. Entretanto, posiciona-se contra políticas liberais que possam tolher o desenvolvimento humano.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD)	O partido crê que a relação multilateral com todos os países do globo, sem distinção ideológica ou política, e sem alinhamentos automáticos, é benéfica para a nação chilena. As relações com os EUA devem, então, manter-se no mesmo status das com outros países, embora visando um aprofundamento das relações com o mesmo e com os países latino-americanos.
PARTIDO RADICAL SOCIALDEMÓCRATA (PRSD)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus

PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
RENOVACIÓN NACIONAL (RN)	Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil. Em relação aos EUA, o mesmo pode ser dito, frisando apenas, que o partido não clama por “relações especiais” com tal país.
UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE (UDI)	O partido propõe o estabelecimento de relações estratégicas com os EUA, favorecendo a instalação da ALCA e dos interesses norte-americanos na região. Esta associação, segundo o partido, deve estar fundada na “defesa da democracia e do estado de direito, na economia aberta e no livre fluxo de pessoas, capitais e bens, em uma ordem social justa e no reconhecimento de que as instituições internacionais são fundamentais na promoção da paz e na solução dos conflitos”. Acreditam que o Chile deve estar orientado à cooperação política, econômica e cultural, com todos os países do globo, incluindo a Argentina e o Brasil. Em relação aos EUA, o mesmo pode ser dito, frisando apenas, que o partido não clama por “relações especiais” com tal país.

Comunidad Andina de Naciones	
PARTIDO COMUNISTA (PCCH)	O partido se posiciona “decididamente partidário de avançar na integração econômica, política e cultural da América Latina e Caribe”. Esta, no entanto, não deve ser efetuada sob a égide do neoliberalismo econômico, mas, pelo contrário, “deve contribuir para aumentar a nossa capacidade frente aos outros blocos”. Assim, “neste contexto, o Chile deve integrar-se ao MERCOSUL e propiciar a convergência com o Pacto Andino”.
PARTIDO HUMANISTA DE CHILE (PH)	Apesar de não tratar especificamente de blocos econômicos, o partido prega a “eliminação de barreiras aduaneiras e a integração econômica mediante tratados específicos de complementação entre os países da mesma zona geográfica”.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD)	No que tange à integração o partido acredita que o MERCOSUL não é vantajoso para o Chile, sendo preferível o fortalecimento da Comunidade Andina de Nações. Isto porque, segundo o partido, a “América Latina pode representar até o século seguinte uma ponte entre o Sul e o Norte, não apenas pela disposição de sua geografia, mas sim por sua dupla vinculação com a América do Norte e a Europa do Sul, presente esta última há cinco séculos no destino de nosso continente”.
PARTIDO RADICAL SOCIALDEMÓCRATA (PRSD)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de

PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	temas de Política Externa. O partido crê que o fortalecimento tanto do Mercosul quanto da Comunidade Andina das Nações é benéfico para a nação chilena.
RENOVACIÓN NACIONAL (RN)	O partido vê-se a favor do fortalecimento de blocos econômicos que possam tanto trazer benefícios diretos ao Chile (novos mercados, salvaguardas econômicas, etc.), bem como da “promoção da negociação de acordos regionais ou bilaterais de comércio de caráter compatível com as normas da OMC”. Assim, o partido propõe “o fortalecimento dos vínculos culturais privilegiados com a América Latina, para construir um espaço de solidariedade que contribua a um maior desenvolvimento de nossas nações, dando prioridade à integração regional”. Contudo, é a favor do fortalecimento e implementação da ALCA, “que potencia a região como um interlocutor potente frente à União Européia e a um eventual acordo entre as economias da Ásia”.
UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE (UDI)	O partido crê que o fortalecimento tanto do Mercosul quanto da Comunidade Andina das Nações é benéfico para a nação chilena.

Liberalização comercial (abertura de mercados)	
PARTIDO COMUNISTA (PCCH)	Opõem-se às medidas de liberalização comercial e de abertura de mercados, pois as mesmas configuram-se parte do modelo imperialista neoliberal.
PARTIDO HUMANISTA DE CHILE (PH)	O partido não se posiciona contra determinados modelos econômicos, porém advoga a criação de “reformas impositivas e de novos modelos de autogestão e co-gestão que modifiquem a situação da propriedade e incentivem uma distribuição progressiva da riqueza”.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD)	O partido crê que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para o país, dada a “globalização dos mercados” e o possível encerramento do protecionismo dos países desenvolvidos, que tolhe o desenvolvimento das nações emergentes.
PARTIDO RADICAL SOCIALDEMÓCRATA (PRSD)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	O partido acredita que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para a economia chilena.
RENOVACIÓN NACIONAL (RN)	O partido acredita que as políticas de abertura de mercado são vantajosas para a economia chilena, “eliminando barreiras que entravam o comércio mundial” e podendo vir a “acabar com medidas protecionistas, como subsídios e ações anti-dumping”.
UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE (UDI)	O partido acredita que as políticas de abertura de mercado

são vantajosas para a economia chilena.

MERCOSUL	
PARTIDO COMUNISTA (PCCH)	O partido se posiciona “decididamente partidário de avançar na integração econômica, política e cultural da América Latina e Caribe”. Esta, no entanto, não deve ser efetuada sob a égide do neoliberalismo econômico, mas, pelo contrário, “deve contribuir para aumentar a nossa capacidade frente aos outros blocos”. Assim, “neste contexto, o Chile deve integrar-se ao MERCOSUL e propiciar a convergência com o Pacto Andino”.
PARTIDO HUMANISTA DE CHILE (PH)	Apesar de não tratar especificamente de blocos econômicos, o partido prega a “eliminação de barreiras aduaneiras e a integração econômica mediante tratados específicos de complementação entre os países da mesma zona geográfica”.
PARTIDO SOCIALISTA (PS)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD)	No que tange à integração o partido acredita que o MERCOSUL não é vantajoso para o Chile, sendo preferível o fortalecimento da Comunidade Andina de Nações. Isto porque, segundo o partido, a “América Latina pode representar até o século seguinte uma ponte entre o Sul e o Norte, não apenas pela disposição de sua geografia, mas sim por sua dupla vinculação com a América do Norte e a Europa do Sul, presente esta última há cinco séculos no destino de nosso continente”.
PARTIDO RADICAL SOCIALDEMÓCRATA (PRSD)	O partido não apresenta nenhum programa e mesmo seus documentos não possuem nenhuma informação acerca de temas de Política Externa.
PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC)	O partido crê que o fortalecimento tanto do Mercosul quanto da Comunidade Andina das Nações é benéfico para a nação chilena.
RENOVACIÓN NACIONAL (RN)	O partido vê-se a favor do fortalecimento de blocos econômicos que possam tanto trazer benefícios diretos ao Chile (novos mercados, salvaguardas econômicas, etc.), bem como da “promoção da negociação de acordos regionais ou bilaterais de comércio de caráter compatível com as normas da OMC”. Assim, o partido propõe “o fortalecimento dos vínculos culturais privilegiados com a América Latina, para construir um espaço de solidariedade que contribua a um maior desenvolvimento de nossas nações, dando prioridade à integração regional”. Contudo, é a favor do fortalecimento e implementação da ALCA, “que potencia a região como um interlocutor potente frente à União Européia e a um eventual acordo entre as economias da Ásia”.
UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE (UDI)	O partido crê que o fortalecimento tanto do Mercosul quanto da Comunidade Andina das Nações é benéfico para a nação chilena.

